



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVI PALMAS, SEXTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2016 Nº 2298



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Osires Damaso (DEM)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PR)

2º Vice-Presidente: Mauro Carlesse (PTB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico(SD)

2º Secretário: Dep. Elenil da Penha (PMDB)

3º Secretário: Dep. Júnior Evangelista (PRTB)

4º Secretário: Dep. Olyntho Neto (PSDB)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reunião às terças-feiras, às 15h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdemar Júnior (Pres.)
Dep. Wanderlei Barbosa (Vice-Pres.)
Dep. Nilton Franco
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Toinho Andrade
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às quartas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amélio Cayres (Pres.)
Dep. Valdez Castelo Branco (Vice-Pres.)
Dep. Olyntho Neto
Dep. Luana Ribeiro
Dep. José Salomão

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Cleiton Cardoso (Pres.)
Dep. Júnior Evangelista (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amélio Cayres

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião às quintas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Ricardo Ayres (Pres.)
Dep. Amália Santana (Vice-Pres.)
Dep. Rocha Miranda
Dep. Toinho Andrade
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Olyntho Neto
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quartas-feiras, às 18h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wanderlei Barbosa (Pres.)
Dep. Nilton Franco (Vice-Pres.)
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reunião às quintas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Rocha Miranda (Pres.)
Dep. Amélio Cayres (Vice-Pres.)
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Eduardo do Dertins

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amália Santana
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reunião às terças-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdez Castelo Branco (Pres.)
Dep. Luana Ribeiro (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Olyntho Neto
Dep. Amália Santana

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Zé Roberto

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reunião às terças-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Nilton Franco (Pres.)
Dep. Olyntho Neto (Vice-Pres.)
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Eduardo do Dertins

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às terças-feiras, às 18h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Ricardo Ayres (Pres.)
Dep. Eduardo do Dertins (Vice-Pres.)
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Olyntho Neto
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quartas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amália Santana (Pres.)
Dep. Valdez C. Branco (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Toinho Andrade
Dep. José Bonifácio
Dep. José Salomão

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reunião às quintas-feiras, às 14h30.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Vilmar de Oliveira (Pres.)
Dep. Rocha Miranda (Vice-Pres.)
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amélio Cayres

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

Mensagem Nº 6/2016

Palmas, 2 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual **OSIRES RODRIGUES DAMASO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

N E S T A

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Por intermédio da presente comunicação, cumpro o dever profícuo estabelecido no inciso V do art. 40 da Constituição Estadual, expondo, durante a reunião que inaugura os trabalhos legislativos de 2016, a situação do Estado à Egrégia Casa de Leis.

Inicialmente, rememorando os propósitos e as expectativas inscritos na Mensagem 5/2015, emitida no início desta Gestão, julgo oportuno reiterar meu compromisso de permanecer em diálogo com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e a Defensoria, sob a égide da transparência, da simplicidade e da verdade – valores que, até aqui, tem nos assegurado a manutenção de um ambiente conciliador e agregador, capaz de ampliar as perspectivas de desenvolvimento do Tocantins.

Com base nesse entender, reforço também a continuidade das tratativas de cooperação com a União e com os Municípios, ao tempo em que reafirmo a manutenção perene dos canais de diálogo com a sociedade civil, com as entidades de classe e com os conselhos setoriais e regionais, oportunizando a participação de cada tocantinense nas mais diversas ações que planejamos realizar.

Nesse ponto, em que vislumbramos os resultados do primeiro ano deste quadriênio e voltamos nossos esforços para o acendrado planejamento das políticas, dos programas, projetos e ações de Governo, convido-os a examinar o preocupante momento de crise por que passa o País, rogando-lhes que mantenham a salvo as esperanças e os planos que foram constituídos quando logramos os desígnios da vida política.

A conjuntura atual evidencia um nítido cenário de desaceleração do crescimento econômico, ocasionado, principalmente, pela queda gradual das commodities e pelos reflexos da situação ostentada pela economia mundial, que, por sua vez, reduziu o dinamismo do comércio e criou empecilhos ao desenvolvimento do setor externo brasileiro, implicando em um déficit primário do setor público em patamar equivalente a 0,59% do PIB.

O Governo Federal busca e argumenta a retomada do crescimento econômico de forma gradual e sustentável, adotando um amplo conjunto de ações voltadas para a estabilização da política fiscal e expansão de investimento.

Especificamente quanto ao Tocantins, é preciso destacar o panorama fiscal recebido por esta Gestão em 1º de janeiro

de 2015, que destoou do translúcido conjunto legal há muito regente, imprimindo às finanças públicas um cenário de desajuste entre receitas e despesas, assinalado por diversos compromissos financeiros contraídos e não honrados.

Como cediço, preceitua o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que “*é vedado ao titular de Poder ou Órgão referido no art. 20¹, nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.*”

Em outras palavras, a regra da LRF obriga o governante a transmitir ao sucessor as finanças públicas em completa ordem. Não se tendo encontrado essa complacência, a presente Gestão, contudo, envidou esforços e, dentro das possibilidades, tratou de adotar providências voltadas ao adimplemento de dívidas herdadas, que redundaram no desembolso de R\$ 700 milhões.

Mesmo diante da realidade desafiadora que se nos apresentou em 2015, o Tocantins superou obstáculos e contabilizou importantes conquistas.

Dentre elas, havendo as materializadas em documentos, formatadas em eventos ou adquiridas de modo procedimental, permito-me, independentemente do formato, enumerar as seguintes:

1. Agenda Estratégica do Estado do Tocantins: elaborada com base nos pilares intitulados de Social, Econômico e de Sustentabilidade, tendo como perspectiva o ano de 2030, apresenta um Mapa da Estratégia em dimensões, que, sob a forma de objetivos, são organizadas em: a) Novo Desenvolvimento; b) Condicionantes para Viabilização; e c) Modelo de Governança Transformadora², destacando-se, a partir de então, os desafios da redução das disparidades regionais e da inserção competitiva do Estado nas economias global e nacional, por meio de um novo modelo de governança, baseado no processo de cocriação do valor público, ao pressupor o fortalecimento das capacidades do governo e da sociedade na concepção, implementação e no controle social;

2. Plano Plurianual 2016-2019: elaborado com a participação dos órgãos e entidades públicas e representantes da sociedade civil organizada, a partir de oito encontros regionais que albergaram os 139 municípios tocantinenses, objetivou o apontamento das necessidades reais do nosso Estado, dispostas em seis eixos temáticos: a) desenvolvimento agrícola e meio ambiente; b) desenvolvimento regional, urbano e industrial; c) segurança; d) assistência social e direitos humanos; e) saúde; e f) gestão pública, educação e conhecimento;

3. Salão do Livro: em um contexto atento à contenção de despesas, desprovido de qualquer suntuosidade, destinou-se exclusivamente a fomentar a educação, a cultura e as manifestações artísticas e acabou por superar qualquer expectativa mercadológica, com 350 mil visitantes registrados, alcançando a movimentação de mais de R\$ 7,5 milhões,

¹LRF, art. 20, inciso III, alínea "c": Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: (...) II - na esfera estadual: (...) c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;"

²Tocantins 2030: o futuro do Estado e o Estado do futuro - <http://central3.to.gov.br/arquivo/240024/>

dos quais, R\$ 2,5 milhões em transações de compra e venda de livros são relativos ao Cartão Livro – um investimento do Governo do Estado que beneficia diretamente professores e servidores da rede estadual de ensino;

4. 11ª Feira de Folclore, Comidas Típicas do Tocantins – Fecoarte: paralelamente ao Salão do Livro, foi outra novidade que promoveu a divulgação de músicas, artesanato, folclore e comidas típicas regionais do Tocantins a um numeroso público;

5. Feira de Tecnologia do Tocantins – Agrotins – Edição 2015: fomentou a realização de negócios que alcançaram a marca de R\$ 606 milhões, significando R\$ 46 milhões a mais do que o processado na Edição 2014 (R\$ 560 milhões).

6. Contratos de operações de créditos: foram retomados financiamentos que estavam estagnados como, por exemplo: a) **Prodetur** – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Tocantins, cujos recursos, da ordem de R\$ 120 milhões, serão destinados ao Jalapão, especialmente com obras de pavimentação asfáltica; b) **Proinveste** – Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal, que liberou mais R\$ 8 milhões para serem aplicados na reforma do Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína e na reforma e ampliação do Hospital de Referência de Augustinópolis; c) **Proep** – Projeto de Infraestrutura de Escoamento de Produção, cujo objetivo é a modernização dos polos manufatureiros e a estruturação de pontes e rodovias; d) **Pró-Estado I e II**, que, em dezembro de 2015, teve liberados, respectivamente, R\$ 156 e R\$ 89,5 milhões dos contratos de financiamento;

7. Exclusão de valores e conquista de melhores condições para execução dos projetos pactuados nos contratos de empréstimos: foram excluídos US\$ 75 milhões da contrapartida do Estado pelo PDRIS – Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável, registrando-se também a redução das contrapartidas: do Prodoeste, em US\$ 25 milhões; do Pró-Estado I, em R\$ 36 milhões; e do Pró-Estado II, em R\$ 19 milhões, perfazendo-se uma economia de R\$ 455 milhões aos cofres públicos.

De modo geral, é possível contabilizar ações e providências que, mesmo não recebendo a total atenção que careciam dos canais midiáticos, se tornaram aptas a indicar que o ano de 2015 registrou muito mais avanços do que retrocessos.

Reconheço que ainda é grave situação da Saúde e, sem pretender acusar os agentes públicos da época ou apontar erros do passado, preciso, uma vez mais, requerer a compreensão popular e dos nobres Pares no sentido de que, comprovando a incansável dedicação do meu Governo para reparar tantos danos herdados, sejam justos e reconheçam todos os esforços que têm se mostrado positivos para o suprimento urgente de medicamentos, insumos, alimentação adequada e oferta satisfatória de leitos.

Oportunamente, convido-os a conhecer a “Carreta da Saúde” que, em duas edições, levou profissionais da saúde a realizarem, nos Municípios de:

I – Guaraí, além de 23 Municípios do entorno agregados, no período de 19 a 23 de dezembro de 2015, um total de 3.357 consultas, 1.689 cirurgias de catarata, além de outros 20.204 procedimentos de cunho oftalmológico;

II – Paraíso do Tocantins, além de 16 Municípios do entorno agregados, no período de 26 de janeiro a 1º de fevereiro de 2016, um total de 3.735 consultas, 1.432 cirurgias de catarata, além de outros 19.823 procedimentos de cunho oftalmológico.

Esses esforços se multiplicam não apenas no campo de

domínio da Saúde, mas se estendem a outras áreas de atuação do Estado que são igualmente importantes e que aguardam um modelo de gestão partilhada, adotada por meio do engajamento de entes distintos, segundo a orientação geográfica, histórica, cultural, social e regional, de modo que se obtenha o desenvolvimento global a partir da demanda regional.

Trata-se de uma abordagem contemporânea que, na práxis, por exemplo, já pode ser claramente vislumbrada por meio da integração e da representatividade de diversos gestores públicos em Missões Internacionais, Fóruns, Reuniões e na convenção para o estabelecimento de Programas e Projetos.

É conveniente anotar a participação ativa do Tocantins nas principais ocorrências dessa natureza, registradas atualmente:

1. Fórum Permanente de Governadores: tem por objetivo construir uma agenda comum de ações que possam melhorar a situação dos estados e, conseqüentemente, do Brasil;

2. Fórum de Governadores do Brasil-Central: reúne por Consórcio os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Rondônia, além do Distrito Federal, com o propósito de formatar e viabilizar projetos comuns, focados nos eixos estratégicos de desenvolvimento Econômico e Social, Infraestrutura e Logística, Agropecuária, Indústria, Empreendedorismo, Ciência, Tecnologia e Inovação e Educação, de modo a alavancar o crescimento e reduzir os índices de pobreza das Unidades Federadas;

3. Fórum de Governadores da Amazônia Legal, abordando questões ambientais e econômicas para a Região Amazônica, reúne os Estados do Acre, Mato Grosso, Amapá, Amazonas, Roraima, Maranhão, Rondônia e Pará;

4. Reunião da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas – GCF e Conferência das Partes sobre o Clima (COP-21): eventos integrados, de prospecção internacional, que tratam de definir ações para diminuir a marcha do aquecimento global;

5. Projeto Matopiba: designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, entendida pelo governo federal brasileiro como nova fronteira agrícola capaz de promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável, estando este fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

Coerente, pois, com esse contexto – que procura equilibrar as finanças, sanear antigos problemas relacionados à insuficiente e precária maneira de administrar a máquina pública, racionalizar o emprego dos recursos financeiros e dinamizar oportunidades de crescimento, possibilitando ao Estado engajar-se nessa proposta de cooperação maximizada em prol do desenvolvimento regional – considerarei ser a hora de adotar um novo modelo de gestão do Executivo Estadual.

Para tanto, o encerramento de 2015 se deu com o registro de ações e a adoção de medidas relativas aos devidos ajustes fiscais e ao equilíbrio das contas públicas, que se faz acompanhar da contínua tarefa de reduzir despesas e incrementar as receitas.

Por isso mesmo, uma providência adjacente a essa postura econômico-financeira é aquela adotada na Medida Provisória nº 3, de 27 de janeiro último, que cuidou de reorganizar o aparato que integra a Administração Direta e Indireta do Executivo Estadual.

Relativamente a essa nova conjectura, é imperioso consignar que, dentre as prioridades deste Governo, figura a recuperação

dos investimentos subtraídos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev Tocantins, com recomposição de todos os valores malversados.

Por fim, apresento, de modo minucioso, o cenário atual do Tocantins, bem como as muitas outras conquistas que fizeram de 2015 o ano inicial do ciclo de mudanças, na forma do Anexo Único a esta Mensagem, assim sistematizado:

I – Governança, Administração Fazendária e de Pessoal;

II – Saúde;

III – Segurança Pública;

IV – Educação;

V – Agricultura, Pecuária e Agronegócio;

VI – Infraestrutura, Transporte, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano;

VII – Meio Ambiente;

VIII – Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Turismo e Cultura;

IX – Desenvolvimento e Promoção do Investimento;

X – Assistência, Trabalho e Defesa Social;

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO À MENSAGEM Nº 6/2016

I – GOVERNANÇA, ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E DE PESSOAL

1. Controladoria - Geral do Estado

As atividades finalísticas da Controladoria-Geral do Estado, desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2015, referem-se às ações de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção, cujos resultados serão demonstrados adiante, de forma a destacar o cumprimento das finalidades do órgão, estabelecidas no art. 20 da Lei 2.735, de 4 de julho 2013.

No âmbito da finalidade de **verificar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado**, a CGE, primeiramente, avaliou as prestações de contas dos ordenadores de despesas, relativas ao exercício de 2014, cujo resultado evidenciou baixo índice de eficiência na execução do PPA em 25 contas das 72 analisadas no mês de fevereiro, além da elaboração do Relatório de Gestão das Contas Consolidadas do Governador, no mês de março. No decorrer do ano, houve acompanhamento e avaliações trimestrais dos resultados da execução do PPA, verificação do cumprimento das metas físicas e financeiras previstas nas ações orçamentárias de 24 órgãos, 16 entidades e 22 fundos especiais, totalizando 62 unidades orçamentárias, cujo principal resultado é possibilitar às unidades cumprir as metas e, caso contrário, tenham condições de demonstrar as razões de eventual baixo desempenho, quando da prestação de contas anual. Destaca-se, ainda, o aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento do PPA e do Orçamento, desenvolvido pela Controladoria-Geral, o que tem permitido acompanhar de perto e interagir com cada órgão e entidade sobre sua eficiência na execução do que foi planejado.

Com relação à **verificação da legalidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial**, os trabalhos foram desenvolvidos por meio da análise dos processos de prestação de contas apresentados pelos ordenadores de despesas, com posterior envio ao Tribunal de Contas do Estado, tendo sido emitidos 72 Relatórios de Auditoria e, conseqüentemente, 72 Pareceres de Auditoria, bem como por meio da análise de processos durante todo o exercício, tendo sido emitidos 550 Pareceres Técnicos, sobre as despesas que estavam sendo iniciadas ou já em andamento. Outra forma de verificação foi a aplicação das técnicas de controle interno, quais sejam, auditoria, inspeção, fiscalização e avaliação de resultados, onde foram realizadas oito auditorias, três fiscalizações, uma inspeção e uma avaliação de sistema operacional, tendo sido emitidas, durante o desenvolvimento dos trabalhos, 249 Solicitações de Ação Corretiva – SAC, e, ao final, os respectivos relatórios. Cabe destacar, também, o trabalho de acompanhamento e análise, de forma consolidada, da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos com detalhamento das Unidades por natureza, função, programas e ações governamentais, cujos resultados são demonstrados por meio de relatórios mensais e bimestrais, além de Orientações Técnicas, que auxiliam na tomada das decisões da Gestão, especialmente o acompanhamento do cumprimento dos limites constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para nortear os trabalhos, foi elaborada uma Matriz de Riscos, considerando critérios de materialidade, relevância e criticidade, com base na análise dos demonstrativos contábeis de todas as unidades orçamentárias, referentes ao exercício de 2014, bem como na programação orçamentário-financeira de 2015 e nas prioridades do governo estabelecidas nas ações prioritárias, contribuindo, assim, para indicar quais órgãos e entidades mereciam melhor atenção por parte da Controladoria-Geral, servindo, assim, para direcionar o planejamento de ações desenvolvidas no decorrer do ano. Para cumprimento dessa finalidade, a Controladoria Geral também realizou orientações formais (seis Notas de Orientação Técnica), via telefone e pessoalmente, além de ter instituído 02 normativos a serem observados pelos órgãos e entidades, e revisado 16 checklist's disponibilizados no sítio oficial do órgão. A fim de subsidiar os trabalhos das unidades de direção e dos próprios técnicos, foi desenvolvido o Sistema de Informações Gestão de Atividades – SIGA, onde, além de permitir gerir as atividades de cada setor, são agregadas as principais informações dos órgãos e entidades, tais como: área de atuação; corpo técnico, por cargo e nível de escolaridade; estrutura operacional; legislação pertinente; sistemas informatizados; e sistemas administrativos e operacionais. Ainda com relação aos sistemas informatizados desenvolvidos pela Controladoria Geral, destaca-se o aprimoramento do Sistema de Controle de Contratos, e do Sistema de Acompanhamento dos Adiantamentos.

Com vistas à **verificação da correta aplicação dos recursos entregues às entidades públicas e privadas**, houve a finalização do Sistema de Controle de Convênios, que tem permitido a identificação e catalogação de todos os convênios recebidos e concedidos, para fins de acompanhamento e controle da execução do objeto e aplicação dos recursos. Destaca-se, também, a elaboração, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Orçamento e os principais órgãos que concedem recursos, da minuta do decreto que tem como objetivo estabelecer as regras estaduais para a transferência de recursos, estando em fase de finalização dos respectivos anexos.

Em relação ao **controle das operações de crédito e das**

correspondentes garantias, bem como dos direitos e das obrigações do Estado, houve o acompanhamento contábil das receitas e despesas junto ao Siafem – Superintendência de Gestão Contábil, bem como dos limites de gastos e de endividamento do Estado, cujo resultado foi levado, por meio de relatório e orientações periódicas, ao conhecimento do Secretário-Chefe da Controladoria, aos Secretários dos órgãos pertinentes, e ao Governador, para auxiliar na tomada de decisões.

No que pertine à finalidade de **apoiar o órgão estadual de controle externo no exercício de suas atribuições institucionais**, esta Controladoria-Geral, instaurou seis procedimentos de tomada de contas especial e dois de apuração de responsabilidade, além de ter certificado outras 26 TCE's - Tomadas de Contas Especiais, instauradas pelas próprias unidades orçamentárias, apurando-se um dano na ordem de R\$ 3.896.840,51. Cabe ressaltar, também, o acompanhamento, junto aos órgãos entidades do Poder Executivo, que receberam recomendações do Tribunal de Contas do Estado, para a implementação de ações com vistas a corrigir falhas na gestão do Estado, adotando, ainda, as próprias medidas recomendadas por esta Corte de Contas.

Por fim, esse órgão de Controle também executou ações de assistência imediata ao Chefe do Poder Executivo, desenvolvendo atividades de **Ouvidoria** que permitiram ao cidadão manifestar suas reclamações, denúncias e elogios, as quais alertaram aos órgãos e às entidades para as áreas mais vulneráveis a falhas, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade dos serviços públicos. No exercício de 2015 houve 6.700 manifestações, sendo todas levadas ao conhecimento dos respectivos envolvidos para solução da demanda apresentada. Já o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, recebeu 1.578 solicitações, sendo que 95% foram respondidas em tempo hábil. Com relação à **Transparência Pública**, houve dificuldades no primeiro semestre de 2015, em razão da implantação da nova contabilidade aplicada ao setor público, que impossibilitou a geração de informações a serem disponibilizadas no Portal da Transparência do Estado; contudo, a Controladoria Geral teve importante atuação na solução do problema, disponibilizando técnicos da área de tecnologia da informação e de contabilidade para auxiliar a Secretaria da Fazenda na geração e validação das informações. Além de normalizar o acesso ao Portal, foram disponibilizadas mais informações e de forma bem acessível, o que permitiu ao Estado alcançar a 7ª posição no ranking nacional da transparência, na avaliação do Ministério Público Federal. Também foi realizado um trabalho em conjunto com a Associação Tocantinense de Municípios para a implantação do Portal da Transparência municipal, através da capacitação de 79 municípios para utilização do Sistema Urbem/Transparência (Gestão Municipal), e orientação sobre a Lei de Acesso à Informação - LAI, o Sistema de Ouvidoria - SGO e o Serviço de Informação ao Cidadão- SIC.

2. Procuradoria-Geral do Estado

A principal atribuição da PGE é a defesa dos interesses jurídicos e patrimoniais do Estado. O Órgão tem no seu quadro de pessoal um total de 192 servidores, sendo 133 efetivos. Dentro do que se propõe, em 2015, a Procuradoria Geral do Estado empreendeu diversas ações em defesa do Estado, conforme pode ser verificado nas ações de cada uma de suas unidades, quais sejam: Gabinete do Procurador-Geral, Corregedoria, Subprocuradoria de Consultoria Especial, Subprocuradoria do Centro de Estudos, Subprocuradoria de Patrimônio Imobiliário e Ambiental, Subprocuradoria Judicial, Subprocuradoria Administrativa, Subprocuradoria Fiscal e Subprocuradoria de

Precatórios e Ações Trabalhistas.

O Gabinete do Procurador-Geral do Estado é formado pela Subprocuradoria-Geral e demais servidores, cuja função é prestar assistência e assessoramento direto ao Procurador-Geral. Conforme lhe compete, a Subprocuradora-Geral substituiu e representou o Procurador-Geral em suas ausências e impedimentos, ordenou despesas, determinou abertura de sindicância ou processo administrativo, celebrou convênios com vistas ao intercâmbio jurídico, coordenou e distribuiu processos às demais especializadas, baixou portarias e outros atos internos sobre a organização da Procuradoria-Geral, bem como recebeu citações, intimações e notificações nas ações propostas contra o Estado.

Dentre as funções que lhe são atribuídas destacamos, ainda, a emissão de parecer final sobre os mais diversos temas e o assessoramento à Administração Direta e Indireta em assuntos de competência da Procuradoria-Geral.

Os trabalhos da Corregedoria Geral, no decorrer deste ano, foram, basicamente, a elaboração de pareceres de processos referentes à Subprocuradoria Administrativa e a consolidação dos relatórios de atividades de todas as especializadas, dando origem ao relatório final de 2015. A Corregedoria Geral também fez o recebimento e avaliação dos relatórios de atividades, dos meses de janeiro a novembro do corrente ano, das seguintes especializadas: Subprocuradoria Administrativa, Subprocuradoria do Centro de Estudos, Subprocuradoria de Consultoria Especial, Subprocuradoria Fiscal e Tributária, Subprocuradoria Judicial, Subprocuradoria do Patrimônio Imobiliário e Subprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas.

Este setor atuou também em representações perante o Colégio de Corregedores das Procuradorias Gerais e apresentou representação junto a Ouvidoria Geral do Estado, além de atuar diante da Secretaria do Conselho de Procuradores.

A Subprocuradoria de Consultoria Especial é unidade de execução finalística e tem como atribuição assessorar o Procurador-Geral, o Subprocurador-Geral e as demais unidades do órgão, sob a forma de estudos e pesquisas, pareceres e revisões de pareceres, avaliações, análises e interpretação de atos normativos. Também cabe a esta Especializada, preparar e despachar os expedientes institucionais.

No decorrer do ano de 2015, foram analisados 6.227 processos administrativos das diversas secretarias, sendo que foram elaborados 616 pareceres e 5.611 despachos no âmbito desta especializada.

No âmbito dos despachos, os assuntos predominantes das Subprocuradorias Especializadas foram: regularização fundiária, aposentadoria e pensão, autorizações para escrituração de imóveis, análises de procedimentos licitatórios e contratações diretas, aditamento de contratos, revisões de proventos, dentre outros.

Já na Subprocuradoria Fiscal e Tributária tramitou, durante o ano de 2015, um total de 23.358 processos distribuídos – sendo 18.587 processos com atos praticados, e um saldo de 4.771 com prazos em andamento.

Informamos, ainda, que foram ajuizadas 2.905 execuções fiscais no valor total de R\$ 253.195.929,31, não restando mais Certidões de Dívidas Ativas - CDA's a serem protocoladas para o ano de 2015.

Outrossim, foram protocoladas 3.119 petições de suspensão

de processos, referentes a parcelamentos dos débitos tributários, ao passo que foram providenciados 1.923 pedidos de extinção, em razão da quitação integral das dívidas.

Na Subprocuradoria Administrativa as principais ações realizadas em 2015 foram:

- Instrução do Procedimento Administrativo que culminou na anulação da Nota Técnica nº 001/2014, que concedia contagem do tempo de Pioneiro do Tocantins ao tempo de magistério, ao cargo de natureza estritamente policial e à Corporação Militar;

- Revisão, mediante ampla defesa, de todos os Procedimentos Administrativos que concederam a contagem do tempo de Pioneiro do Tocantins na forma daquela Nota Técnica;

- Revisão, mediante ampla defesa, de todos os Procedimentos Administrativos que concederam alteração de benefício previdenciário, com pedido formulado após o prazo prescricional;

- Emissão de pareceres opinando pela impossibilidade jurídica de revisão de benefício previdenciário, e outros pedidos correlatos, referentes as promoções concedidas no fim de 2014;

- Concessão de aposentadorias, visando, com brevidade, à desoneração da folha de pagamento do Estado do Tocantins.

Na Subprocuradoria do Centro de Estudos foram distribuídos e praticados 354 atos, sendo processos analisados, executados e devolvidos. Além destes, outros 325 pareceres, 72 petições de execução de sentenças (honorários sucumbenciais), 64 processos devolvidos a outras subprocuradorias e 138 ciências em processos judiciais. Além disso, coube a esta Especializada, a celebração de vários termos de convênio e cooperação técnica, abaixo relacionados:

- Centro Educacional Damásio de Jesus para descontos em cursos e treinamentos; IDA – Instituto Brasileiro de Direito Aplicado com isenção total de custos para capacitação de Procuradores e Assessores para o novo Código de Processo Civil; Ministério Público - intercâmbio cultural, científico e tecnológico. Outro convênio foi com o Centro de Ensino Ricardo Saraiva – CERS e com a Ascampa - Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas para a doação de resíduos recicláveis.

Na Subprocuradoria Judicial, os procuradores do Estado atuaram em várias ações judiciais, dentre as quais destacam-se:

- Ações no sentido de impedir os bloqueios judiciais, bem como seu estorno de pagamento de fornecedores de medicamentos;

- Ação civil pública relativa à excepcionalidade na promoção de Policiais militares. Diversos apensos relativos ao mesmo assunto, inclusive Ação Direta de inconstitucionalidade, que redundou em êxito parcial ao Estado;

- Decisões liminares favoráveis ao ente estatal, no sentido de retirar o Igeprev/TO da inscrição no Cauç;

- Declaração da ilegalidade da greve organizada pelo Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, com homologação de acordo nos autos;

- Improcedência da Ação proposta pelo Ministério Público visando a Interdição total da Ursa - Semiaberto de Araguaína.

- Indeferimento de liminar em ação proposta pelo Ministério Público em face do Estado do Tocantins visando a interdição do Centro de Internação provisória de Santa Fé do Araguaia – Ceipnorte.

- Sentença favorável ao Estado em ação sobre o Concurso do Quadro Geral.

- Ação de improbidade em fase de instrução relacionada ao Igeprev/TO

- Ação contra suspensão da inscrição do Estado do Tocantins no Cadin e Siafi;

- Ação visando declaração de ilegalidade de movimento paredista da Educação. Liminar deferida;

- Defesa dos interesses da Unitins em aproximadamente 4.000 ações.

- Além destas, há diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade propostas perante o Egrégio Tribunal de Justiça Estadual.

Já a Subprocuradoria do Patrimônio Imobiliário apresentou um número considerável de manifestações em processos administrativos e judiciais, promovendo-se, desta forma, todos os encaminhamentos pertinentes e cabíveis na defesa dos interesses da Fazenda Publica.

É importante destacar as ações de desapropriações promovidas objetivando a expropriação de áreas destinadas à pavimentação asfáltica de diversos trechos de rodovias estaduais, bem como visando a implantação do Programa de Desenvolvimento do Sudoeste do Estado do Tocantins – Prodoeste, e ainda, em outras áreas de utilidade pública, cujas imissões provisórias na posse – indispensáveis em feitos desta natureza, foram prontamente obtidas pela Procuradoria Geral do Estado, já tendo sido sentenciados alguns feitos.

Na proteção do patrimônio imobiliário do Estado, esta Especializada também protocolizou importantes ações possessórias para desocupações de áreas de domínio do Estado, tendo-se obtido êxito tanto no deferimento de liminares como no julgamento definitivo.

Destacam-se, ainda, as seguintes ações: a) ajuizamento de ação rescisória com o fim de cassar sentença condenatória proferida contra Fazenda Pública e obstar a cobrança indevida de valor executado; b) acompanhamento de Ações Civis Originárias, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), que têm por objeto a definição das divisas entre os Estados da Bahia, Tocantins, Piauí e Goiás.

A Suprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas realizou 2.163 atos entre iniciais, contestações, informações, recursos, contrarrazões, manifestações, pareceres, alegações, ofícios e audiências, tendo ocorrido uma diminuição, no percentual de 38%, na propositura de novas ações contra o Estado nesta área, as quais passaram de 494 no ano de 2014, para 307 ações intentadas em 2015.

A sobredita redução foi compensada pelas demandas advindas da Fundação Universidade do Tocantins, que passaram a ser acompanhadas por esta Especializada, as quais, em sua maioria, já se encontravam em andamento, razão pela qual não majoraram o número de ações propostas.

Neste campo, importa destacar a propositura de ações anulatórias visando a nulidade de autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego contra a Unitins, por supostas infrações à CLT, os quais somados superam R\$ 2 milhões; bem como as ações rescisórias individuais objetivando anular decisões judiciais que reconheceram direitos trabalhistas a servidores da Fundação.

Ainda na seara trabalhista, ressalta-se a ocorrência de questões relacionadas a sindicatos, tais como contribuições sindicais – em especial quanto à forma do recolhimento, e disputas intersindicais, bem como um elevado número de demandas oriundas do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens (judiciais e administrativas), nas quais se prestou orientação acerca de desvio de função, verbas rescisórias a dependentes e aposentadorias especiais e voluntárias.

Cumprir mencionar, ainda, o acompanhamento às ações trabalhistas promovidas contra o Igeprev em diversos Estados da Federação, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, assim como as que tratam de matéria trabalhista típica requerida por servidores, como insalubridade, adicional noturno e horas extras, as quais culminaram, inclusive, com a propositura de Mandado de Injunção objetivando a regulamentação da concessão, processo ainda em andamento.

Acrescente-se que, neste ano, manteve-se elevado o número de demandas relativas à insalubridade, posto que a portaria da Secretaria da Administração que reconheceu o dever de adequar a verba indenizatória de insalubridade e efetuar os pagamentos retroativos das diferenças apuradas não teve efeito prático, culminado com a propositura de novas demandas jurídicas, nas quais se busca a solução mediante novo acordo entre o Executivo e os Sindicatos para pagamento por meio de parcelas.

Em decorrência do trabalho desenvolvido, foi obtido um proveito econômico, no campo trabalhista, superior a R\$ 2 milhões e 500 mil.

No tocante a atuação desta Especializada em matéria de precatórios, foi mantida a regularidade no pagamento dos títulos, que continuaram a ser pagos nos moldes do Regime Especial introduzido pela EC 62/2009, com transferência dos valores da parcela anual ao Tribunal de Justiça dentro do prazo legalmente estabelecido; restando cumprida, tanto em quantitativo, quanto em prazo, a meta constitucional e orçamentária estabelecida.

Destaca-se nesta seara a importante atuação desta Subprocuradoria na proteção do erário tocantinense, com protocolização de revisões de cálculos junto a precatórios constituídos, e adequação dos valores de novos precatórios expedidos, obtendo êxito na totalidade dos casos com relação a redução de valores, tendo a atuação gerado para o erário do Tocantins economia na ordem de R\$ 1.252.237,18 apenas no âmbito de precatórios, o que corresponde a aproximadamente 8% do valor pago a título de precatórios em todo o exercício financeiro de 2015.

3. Casa Civil

Em consonância com os princípios da Administração Pública, visando à persecução da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços públicos no âmbito do Poder Executivo, a Casa Civil desenvolveu ações distintas daquelas executadas pelos demais órgãos e entidades que compõem o Executivo Estadual, tendo em vista as competências que lhe foram atribuídas no inciso II do art. 7º da Lei 2.425, de 11 de janeiro de 2011.

Desse modo, em 2015, esta Pasta incumbiu-se de assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, verificando previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais.

Pontualmente, elaborou projetos de lei, encaminhados por mensagens governamentais à Casa de Leis, acompanhou os atos relativos ao processo legislativo e publicou as leis editadas e os

atos do Poder Executivo.

Nesse norte, administrou o funcionamento do Diário Oficial do Estado, promoveu o controle e o arquivamento, em meios físicos e eletrônicos, dos atos praticados pelo Governador e acompanhou as matérias inerentes aos demais Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes.

Resumidamente, os atos, publicados ou aprovados, conforme o caso, podem ser assim relacionados, considerando-se o período de 2 de janeiro a 29 de dezembro de 2015:

Atos vinculados ao Gabinete do Governador	Qtd.
Atos Diversos: (Agradar, Anular, Atribuir, Autorizar, Considerar, Delegar, Designar, Exonerar, Manter, Nomear, Promover e Retificar)	2.237
Decretos	158
Medidas Provisórias	49
Mensagens à Assembleia Legislativa	105
Projetos de Lei Ordinária e Complementar	45
Leis Ordinárias e Complementares	122
TOTAL	2.716
Atos específicos da Casa Civil	Qtd.
Portarias: (Exonerar, Retificar, Suspender, Designar, Anular, Ceder, Determinar e Revogar)	1.351
Apostilas	313
Edições online do Diário Oficial do Estado e Suplementos	350
TOTAL	2.014

Desse rol, destacam-se, por sua importância ou campo de abrangência, alguns atos que, transcendendo o domínio da técnica legislativa, da Política e do Direito, requereram arte e dedicação da equipe colaboradora deste Órgão, até que sobreviesse o alcance de resultados de demandas extraordinárias, carecedoras de respostas válidas, aplicáveis a circunstâncias ainda não experimentadas na história do jovem Tocantins.

Primeiramente, pontuam-se as seguintes Medidas Provisórias:

a) nº 2, de 2 de janeiro de 2015, constituída com o propósito de sanear o imbróglio resultante do não encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária ao Legislativo em 2014, o que descumpriu a Lei Complementar nº 78, de 11 de abril de 2012;

b) nº 8, de 4 de março de 2015, que teve por escopo disciplinar, no plano legislativo estadual, o credenciamento de prestadores de serviços, nas hipóteses em que a satisfação do interesse público demande a contratação múltipla e simultânea de todos os interessados, observadas as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

c) nº 11, de 16 de março 2015, que criou, na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, cursos especiais cujo propósito era o de corrigir o contexto anômalo de promoções, em que o pessoal efetivo foi conduzido a postos e graduações sem que se considerasse o critério de formação profissional continuada;

d) nº 23, de 4 de maio de 2015, que criou, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, cursos especiais que, corrigindo distorções havidas em promoções anteriores, se destinariam à promoção, segundo o critério da antiguidade, de Oficiais de Administração – CEHOA, recepcionando Subtenentes detentores do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, com dezesseis anos ou mais de efetivo serviço, e Sargentos – CEHS, alcançando Cabos com sete anos ou mais de efetivo serviço;

e) nº 31, de 29 de maio de 2015, dedicada a assegurar o pleno funcionamento dos *Campi* de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis, criados pela Lei nº 2.829, de 26 de março de 2014.

Esclareço que todas essas Proposituras foram convertidas em Lei e, acerca desta última, é importante manifestar o empenho com que procede a gestão de Sua Excelência, o Governador **MARCELO MIRANDA**, para garantir à Unitins a elevação dos índices de qualidade na prestação de serviços educacionais, por meio dos quais já graduou, em cursos presenciais e a distância, mais de 17.000 alunos.

Cessado o período de urgências do primeiro semestre de 2015, comum às providências iniciais de cada quadriênio da Administração Pública, o esforço governamental se deu em função de adotar, preferencialmente, as vias do Projeto de Lei, perfazendo, ao longo deste ano, um total de 44 Proposituras apresentadas à Casa de Leis.

Desse quantitativo é mister referenciar sete matérias que demonstram notória preocupação com diversas áreas da vida em sociedade.

Por ordem cronológica, anoto o Projeto de Lei nº 18/2015, que tratou de buscar a autorização para que o Poder Executivo doasse à Associação dos Falcêmicos do Estado do Tocantins – Afeto uma área de terreno urbano destinada à construção de sua sede administrativa.

Tal projeto apresentou grande valor social, tendo em vista que a Afeto, desde sua institucionalização, em 2005, tem se incumbido de divulgar os conhecimentos relativos a uma doença severa que, no Tocantins, submete cerca de 500 pessoas a um delicado tratamento médico: a Anemia Falciforme.

O Projeto de Lei nº 20/2015, por sua vez, buscou ratificar o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins e o Distrito Federal, objetivando a constituição de Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.

Outra providência em função do desenvolvimento estadual foi a de constituição do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FecoeP-TO, apresentado ao Legislativo nos termos do Projeto de Lei 22/2015, segundo as normas da Lei Complementar Federal 111, de 6 de julho de 2001, materializando os compromissos assumidos na Constituição Federal de 1988, de modo a fazer transparecer o modelo de justiça social que temos perseguido, sobretudo ao eleger a dignidade da pessoa humana enquanto fundamento diretivo da atuação deste Estado.

No pertinente à Segurança Pública, o Projeto de Lei nº 34/2015 representou um marco histórico por buscar instituir o Fundo de Modernização da Polícia Civil do Estado do Tocantins – Fumpol-TO, apto a prover, em caráter complementar, recursos financeiros destinados à modernização, ao reaparelhamento, à manutenção, qualificação e execução de serviços da Polícia Civil.

No domínio da Educação, o Projeto de Lei nº 37/2015 cuidou de obter a liberalidade para instituir o Colégio Estadual Família Agrícola José Porfírio de Souza, localizado no Município de São Salvador do Tocantins, ouvindo a demanda das famílias dos reassentamentos rurais atingidos pela Usina Hidrelétrica de São Salvador.

No campo da Cultura, o Projeto de Lei nº 43/2015 dispôs sobre o Sistema de Cultura do Tocantins – SC/TO, buscando acompanhar a evolução do Sistema Nacional, de maneira condizente com os esforços que emanam do Ministério da Cultura,

no sentido de fortalecer a cultura regionalizada dos Estados e Municípios.

Como uma das últimas proposições de 2015, correspondendo à adoção das urgentes providências esperadas de todos os governos ao redor do mundo, a presente Gestão, por meio do Projeto de Lei 41/2015, submeteu à apreciação legislativa a Política Estadual de Incentivo à Geração e Uso da Energia Solar no Estado do Tocantins – Pró-Solar.

Tal política pretende estimular, de modo imediato, o desenvolvimento da cadeia produtiva, desde a fabricação, venda e instalação de equipamentos e sistemas, até a comercialização da energia solar, incentivar a consecução de pesquisas tecnológicas relacionadas à matéria e preconizar a composição de legislação orçamentária voltada à destinação de recursos financeiros para o custeio de atividades, programas e projetos que contemplem esse tipo de energia limpa.

Dos 44 Projetos de Lei encaminhados ao Parlamento, 37 foram aprovados e convertidos em Lei e 7 aguardam a deliberação legislativa.

Por fim, anote-se a improrrogável e destemida providência registrada nos Decretos 5.189, 5.190, 5.191, 5.192, 5.193, 5.194, 5.195, 5.196, 5.197, 5.198, 5.199, 5.200, 5.201, 5.202 e 5.203, todos de 10 de fevereiro de 2015, que reconheceram a nulidade de atos e suspenderam a execução dos efeitos financeiros de leis, sendo estes, atos e leis, praticados em período defeso, sem os respectivos estudos de impacto orçamentário-financeiro, entendidos, portanto, como grande ameaça à frágil situação econômica do Estado, anunciada para o presente ano.

4. Comunicação

4.1. Secretaria de Comunicação Social

Em 2015, a Secretaria de Comunicação Social do Estado atualizou a marca do Governo, que passa a adotar o lema “Mais perto de Você”. Desde janeiro, todas as ações de comunicação do Poder Executivo Estadual foram veiculadas como a nova marca. Durante esse período, por intermédios de duas agências de publicidade, a secretaria desenvolveu 55 campanhas publicitárias, sendo 41 de caráter utilidade pública e 14 institucionais, atendendo a solicitações das demais secretarias e autarquias. As campanhas referidas contabilizam um total de **R\$ 8.671.387,96**.

A Secretaria de Comunicação com a participação de todos os departamentos elaborou o Planejamento Estratégico para os próximos 4 anos, gerenciou os questionamentos realizados pelo SIC – Sistema de Informação ao Cidadão como também o Portal da Transparência, juntamente com a Diretora da Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Estado. Através do departamento de Contabilidade e Planejamento, alimentou o UNI – Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento com as ações e seus custos do exercício de 2015.

Na Diretoria de Imprensa, para atender às necessidades de engajamento do quadro de servidores comissionados, a área responsável pelo fomento de informações, gestão dos sites e atendimento à imprensa foi reestruturada.

Destacam-se algumas ações:

Assessorias integradas

- Acompanhamento e assessoramento diários do material produzido pelas Assessorias de Comunicação das pastas, orientando quanto à padronização de linguagem e política comunicacional de divulgação, fomento e fortalecimento das ações de Governo.

- Acompanhamento das relações com a imprensa, servidores e gestores institucionais.

Coberturas especiais

- Levantamento e produção de informações e materiais jornalísticos de relevância no Estado, para publicação e inserção em veículos de comunicação nacionais e locais, atendendo a necessidade de destacar ações direcionadas do Governo.

Para isso, foi implementado junto às rádios comunitárias, emissoras de TV, jornais impressos e sites na internet, um trabalho de difusão de informações com linguagem regionalizada, direcionadas a cada veículo como forma de propagar uma linha de pensamento que demonstre coesão, união e objetivos claros e precisos.

A estratégia já rendeu bons resultados na divulgação do Plano de Recuperação do Tocantins, na Agrotins, Salão do Livro e nas Missões Internacionais.

Redes Sociais

As redes sociais do Governo do Tocantins agora são frentes fundamentais na divulgação da política de Governo. Os perfis governamentais promovem hoje a interação, reconhecendo que esses instrumentos de propagação são as formas que o Estado tem para quebrar barreiras e buscar o diálogo e a aproximação do cidadão.

As redes sociais oficiais, que contam com páginas no *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, evidenciam as políticas do governo utilizando estratégias para estimular a interação com os usuários, disseminando boas práticas e promovendo respostas ágeis aos questionamentos feitos pelos usuários.

A linguagem adotada prima pela clareza e simplicidade na construção das mensagens, evitando opiniões pessoais, respeitando os direitos autorais, a opinião e a privacidade das pessoas.

Também foi promovido o realinhamento, organização e planejamento das redes sociais dos demais órgãos do Governo, hoje com coordenação centralizada na gerência de Informação.

Zap Tocantins

O Zap Tocantins é mais uma plataforma criada para estreitar a relação do Governo do Estado com os tocaninenses. A ferramenta inclui textos e fotos enviados pelo aplicativo, disponível para iPhones e smartphones com sistema Android, e modelos *Blackberry*, *Nokia* e *Windows Phone*. O canal ajuda na divulgação rápida de conteúdos e acontecimentos importantes.

Rádio Secom

Dentro da proposta de aproximação maior com o cidadão, um novo formato e linguagem foi proposto para a Rádio Secom, com elaboração de um programa diário, enviado para as rádios comunitárias do interior e da capital do Tocantins, atualmente em processo de finalização.

A equipe de rádio também mantém participação efetiva na programação da 96 FM, jornalístico da Redesat – Fundação de Radiodifusão Educativa do Tocantins.

Parceria com a Assembleia

Produção e envio de fotos e notícias do Governo para alimentar os monitores *indoor* da Assembleia Legislativa.

Clipping e acervo digital

Acompanhamento e registro diário dos sites de informação do Tocantins quanto às publicações e assuntos relacionados ao Governo, como medidor de produção e trabalho, direcionado junto aos veículos.

Sites

Em com o objetivo de aprimorar a comunicação na área digital, o fornecimento de informações atualizadas e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo do Tocantins, todo o sistema está passando por reformulação e estruturação, com a adoção de uma Identidade Padrão de Comunicação Digital, conforme recomendação do Programa de Governo Eletrônico do Governo Federal (e-PWG).

O procedimento garante o nível de qualidade, além de diminuir o tempo e o custo de desenvolvimento e manutenção das páginas, acelerando o processo de adaptação às tecnologias mais modernas, e ainda aumentando a qualidade da comunicação com a sociedade.

A unificação da linguagem e da arquitetura da informação dos meios digitais contribui para o fortalecimento da imagem do Governo do Estado. Mais que um compromisso ou estratégia de comunicação, prover informação ao cidadão é prova da transparência da gestão.

Já foram reformulados e estão no ar 41 novos sites, outros 4 estão em fase de conclusão (dentre eles, o novo Portal do Tocantins).

Segue abaixo as campanhas mais relevantes que foram executadas em 2015:

Caráter	Campanha	Valor
Utilidade Pública	Ações de Conscientização	R\$ 14.848,70
Utilidade Pública	Carnaval Consciente 2015	R\$ 19.736,10
Utilidade Pública	Pronunciamento do Governador - 2015	R\$ 70.424,20
Utilidade Pública	IPVA 2015	R\$ 55.074,14
Utilidade Pública	IPVA 2015 – MARÇO	R\$ 105.354,91
Utilidade Pública	3ª Licitação Terra Palmas	R\$ 70.163,20
Utilidade Pública	Agrotins - 2015	R\$ 127.267,64
Utilidade Pública	REFIS 2015	R\$ 19.054,80
Utilidade Pública	IPVA 2015 - ABRIL	R\$ 118.977,42
Utilidade Pública	Agrotins 2015 - Parte II	R\$ 451.214,59
Utilidade Pública	Febre Aftosa 2015 - 1ª Etapa	R\$ 108.231,97
Utilidade Pública	Temporada de Praia 2015	R\$ 71.030,71
Utilidade Pública	Salão do Livro 2015 - Parte I	R\$ 29.253,80
Utilidade Pública	Salão do Livro 2015 - Identidade Visual	R\$ 24.378,00
Utilidade Pública	Febre Aftosa 2015 - 2ª Etapa	R\$ 79.309,04
Utilidade Pública	Banco de Leite 2015	R\$ 31.550,10
Utilidade Pública	Plano Est de Resíduos Sólidos - Parte I	R\$ 84.007,00
Utilidade Pública	Agrotins - 2015 - Parte I	R\$ 291.322,65
Utilidade Pública	REFIS 2015 - VEICULAÇÃO	R\$ 91.223,03
Utilidade Pública	Comunicado Governo 2015 - Junho	R\$ 67.678,78
Utilidade Pública	Temporada de Praia 2015 - Veiculação	R\$ 95.450,57
Utilidade Pública	Levantamento de Dados - Educação	R\$ 87.550,00
Utilidade Pública	Levantamento de Dados - Saúde	R\$ 87.550,00
Utilidade Pública	Identidade Visual BEM - Veiculação	R\$ 37.193,07
Utilidade Pública	Salão do Livro 2015 - Parte II	R\$ 178.885,30
Utilidade Pública	Salão do Livro 2015 - Parte III	R\$ 505.765,85

Utilidade Pública	JUCETINS - Simplificar para Crescer	R\$ 109.656,54
Utilidade Pública	Doação de Órgãos 2015	R\$ 8.079,40
Utilidade Pública	Sedetur no Salão do Livro	R\$ 27.119,22
Utilidade Pública	Plano Plurianual 2015	R\$ 10.670,60
Utilidade Pública	Vídeo Bombeiros	R\$ 43.160,00
Utilidade Pública	É Pra Já 2015 - Araguaína	R\$ 56.656,80
Utilidade Pública	ABAV 2015	R\$ 33.817,30
Utilidade Pública	Doação de Sangue 2015	R\$ 71.906,15
Utilidade Pública	Piracema 2015 - Parte I	R\$ 469.048,04
Utilidade Pública	Plano Est de Resíduos Sólidos - Parte II	R\$ 90.631,50
Utilidade Pública	Prevenção a Da dengue 2015	R\$ 441.993,72
Institucional	Jogos Mundiais Indígenas 2015	R\$ 57.764,30
Institucional	Natal em Família 2015	R\$ 32.844,35
Institucional	Romaria do Bonfim	R\$ 112.970,40
Institucional	A Mudança já Começou	R\$ 1.227.206,97
Institucional	Tocantins Terra de Investimentos	R\$ 959.143,75
Institucional	Potencialidades do Tocantins - 2015	R\$ 75.050,00
Institucional	Tocantins 27 Anos	R\$ 585.341,84
Institucional	Identidade Visual do AEM	R\$ 14.403,68
Institucional	Kit Governo 2015	R\$ 149.225,66
Institucional	Identidade Visual BEM	R\$ 61.245,15
Institucional	Manual de Aplicação da Logomarca do Governo	R\$ 19.901,52
Institucional	Festival da Cultura Japonesa	R\$ 21.424,00
Institucional	Prestação de Contas 2015	R\$ 1.069.631,50

Execução do orçamento destinado às ações de publicidade durante o exercício 2015

Ações	Executado	%
Campanhas Utilidade Pública	R\$ 4.285.234,84	24,49
Campanhas Institucionais	R\$ 4.386.153,12	25,07
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 591.738,22	3,38
Total	R\$ 9.263.126,18	
Valor Autorizado	Executado	%
R\$ 17.497.100,00	R\$ 9.263.126,18	52,94

4.2. Redesat

No exercício de 2015, a Redesat dedicou-se à sustentabilidade das ações e políticas voltadas para sua missão, que é a de produzir e difundir conteúdos informativos, culturais, educativos e de entretenimento para contribuir com a construção da consciência crítica do cidadão. Em 2015, a palavra de ordem na programação da TVE Tocantins e da 96 FM foi. Além da ampliação das coberturas jornalísticas sobre as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado, a TVE Tocantins produziu e veiculou uma série de interprogramas (vídeos de até 2 minutos) com foco na valorização da cultura quilombola, das comunidades do Jalapão, das festividades juninas do Estado e dos costumes e tradições dos povos indígenas do Tocantins. Além disso, as riquezas do artesanato, os costumes seculares e os atrativos turísticos do Jalapão ganharam espaço de uma hora em rede nacional (TV Brasil, associadas estaduais e TV Brasil Internacional) na edição especial do programa *Caminhos da Reportagem*, que foi roteirizado, produzido e finalizado pela equipe da TVE Tocantins, divulgando o Estado para todo o País e para o mundo.

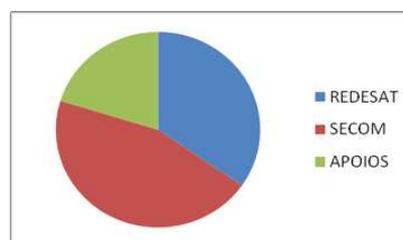
Também o programa *Vitrine do Campo*, em suas 52 edições veiculadas em rede nacional, divulgou para todo o País a vocação natural do Tocantins para o agronegócio.

Na 96 FM, uma nova grade de programação foi elaborada e levada ao ar, estabelecendo de fato a identidade da emissora como uma rádio pública educativa, e cumprindo sua finalidade de oferecer aos ouvintes entretenimento de qualidade, cultura, lazer e informação com credibilidade. Diariamente, foram produzidas 19 horas de conteúdo, sendo uma hora de jornalismo e o restante com programação musical, artística, educativa e cultural diversa. Cumprindo um dos objetivos da comunicação pública, qual seja promover a cultura regional, a Rádio 96 FM

abriu maior espaço, em sua programação, para execução de músicas de compositores e cantores tocantinenses. Atualmente, ao menos uma música regional é executada a cada bloco de quatro músicas.

Em 2015, os veículos de comunicação da Fundação Redesat cumpriram seu papel social, não só com a produção de conteúdos, mas também com a veiculação de anúncios institucionais (mídias). Foram processadas mídias num valor parcial (até 22/12/2015) de R\$ 1.595.501,48. Desse valor, R\$ 322.790,32, correspondem a mídias sociais, ou seja, isentas de pagamento por se tratarem de apoio cultural/social da Redesat, uma de suas premissas. Outros R\$ 719.633,04 correspondem a mídias da Secretaria de Comunicação do Estado (campanhas institucionais, educativas e de serviços do Governo do Estado), também isentas de pagamento.

	Produção R\$
REDESAT	553.078,12
SECOM	719.633,04
APOIOS	322.790,32
TOTAL	1.595.501,48



Diante das dificuldades financeiras, o ano foi de desafios para a Redesat. Mesmo assim, foi cumprido o papel de informar, levando aos lares tocantinenses os principais fatos que foram notícia em 2015, e também as ações do Governo Estadual. Entre as novidades implantadas neste ano, destacam-se:

- Dois novos programas jornalísticos na 96 FM: *Minuto a Minuto*, com 234 edições, e *Direto ao Ponto* com 28 edições exibidas. Os dois programas são diários, de segunda a sexta-feira, com duração de 30 minutos e 60 minutos, respectivamente. A emissora também passou a realizar a partir de junho deste ano, participações diárias ao vivo 7 vezes por semana, de segunda a sexta-feira na Rádio Nacional de Brasília, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, nos programas *Revista Brasil*, *Bom dia Ministro* e *Repórter Amazônia*.

- Na TVE Tocantins, além dos telejornais diários (*Jornal do Meio-Dia*, *Jornal da Noite* e *TVE Esporte*, totalizando 717 exibições) e do semanal (*Vitrine do Campo*), houve a transmissão ao vivo da posse do Governador Marcelo Miranda em janeiro deste ano; produção de uma série de reportagens sobre as 8 regiões do Estado do Tocantins, exibida nos telejornais da TVE Tocantins e durante as audiências públicas para elaboração do Plano Plurianual - PPA 2016-2019. Também foram realizadas coberturas especiais e transmissões ao vivo de importantes eventos, como a 1ª Edição dos Jogos Mundiais Indígenas, enviando para a Rede Nacional um programa especial sobre os jogos. O quadro de entrevistas com os secretários de Estado foi outra ação desenvolvida pelo jornalismo da TVE, além de entrevistas ao vivo com candidatos à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil no Tocantins (OAB-TO) - Eleições 2015 (inclusive na 96 FM). Recentemente, houve a estréia do quadro *TVE Trabalho*, no *Jornal do Meio-Dia*, oferecendo aos telespectadores informações sobre vagas de emprego e mercado de trabalho no Estado.

A retomada de investimentos na produção de conteúdos e o estreitamento da relação com a Empresa Brasil de Comunicação - EBC trouxeram importantes resultados para a Redesat em 2015. Entre eles, a retomada do contrato de produção de conteúdo com a EBC, que além de ampliar a participação do Tocantins na programação nacional da rede, possibilita o repasse de recursos mensais, da EBC para a Redesat, que podem variar de R\$ 20.000 (vinte mil reais) a R\$ 45.000,00. Esta parceria viabilizou ainda a elaboração de projeto técnico para a 96 FM - exigido pelo Ministério das Comunicações - pela área de engenharia da EBC, gerando uma economia de R\$ 10.000,00 à Redesat. Também está em andamento, por meio dessa parceria, a elaboração de projetos técnicos para a implantação da TV Digital em 12 municípios tocaninenses, gerando uma economia de R\$ 120.000,00.

No ano de 2015, a Redesat restabeleceu o sinal via satélite da Geradora da TVE em Palmas para as retransmissoras no interior do Estado. O sinal da TVE esteve presente em 32 municípios com sinal em Palmas e nas seguintes cidades retransmissoras: Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Miracema do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Tocantinópolis, Formoso do Araguaia, Porto Nacional, Silvanópolis, Santa Rosa, Porto Alegre, Dianópolis, Ponte Alta do Bom Jesus, Arraias, Paranã, Palmeirópolis, Jaú do Tocantins, Nova Rosalândia, Lagoa da Confusão, Caseara, Dois Irmãos, Lizarda, São Félix do Tocantins, Mateiros, Novo Acordo, Lagoa do Tocantins, Santa Teresa, Centenário, Recursolândia, Itacajá e Arapoema. Ao todo, o sinal da TVE Tocantins chegou a aproximadamente 836.000 (oitocentos e trinta e seis mil) pessoas, de acordo com os dados de população estimada do IBGE 2015.

A Fundação Redesat conquistou ainda, assento na nova diretoria da Abepec - Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais. Posição estratégica para atuar no fortalecimento das TVs Públicas Educativas e lutar por recursos federais para a digitalização das emissoras nos estados.

Também foi o ano da implementação da nova estrutura organizacional aprovada pelo Legislativo através da Lei Complementar 100, de 23 de setembro de 2015, publicada na edição 4.469 Diário Oficial do Estado do Tocantins, de 1º de outubro de 2015.

Foi elaborado o Plano Estratégico Institucional - PEI e definido o Mapa Estratégico, resultante de reuniões e discussões com a equipe da Secretaria do Planejamento e Orçamento para atingir os objetivos da Redesat nos próximos 5 anos.

Por fim, o ano de 2015 foi marcado pelo processo de reestruturação nas finanças, na capacidade de transmissão dos sinais das emissoras e na produção de conteúdos educacionais, esportivos, culturais e informativos da região, restabelecendo a qualidade e credibilidade de seus conteúdos perante o cidadão tocaninense.

5. Secretaria do Planejamento e Orçamento

Para a Secretaria do Planejamento e Orçamento, o ano de 2015 foi definido como o ano do planejamento. Os instrumentos de planejamento obrigatórios, que contemplam o Plano Plurianual 2016-2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e os discricionários, Planejamento Estratégico do Estado e os Planejamento Estratégico Institucional das Secretarias, Órgãos e Entidades do Poder Executivo foram coordenados pela Seplan e preparados para dar foco à uma gestão para resultados. O grande desafio é institucionalizar o monitoramento e avaliação dos instrumentos obrigatórios e discricionários de planejamento

para fazer cada vez mais e melhor com menos, ao gerar capacidade de qualificar as políticas públicas, mediante o desempenho dos programas, projetos e das instituições envolvidas na Administração Pública Estadual.

Para isso estão sendo desenvolvidas iniciativas em três frentes:

I - Planejamento:

Uma nova Agenda de Desenvolvimento a partir da elaboração de um plano estratégico para o Estado que coloca as bases para o desenvolvimento sustentável numa perspectiva de longo prazo, levando em consideração as demandas e expectativas dos diversos segmentos da sociedade tocaninense.

O fortalecimento das capacidades institucionais a partir da elaboração de planos estratégicos para as secretarias estaduais alinhados com a Agenda Estratégica do Estado.

Um novo planejamento de médio prazo a partir da formulação do PPA 2016 - 2019, conforme a Lei 3.051, de 21 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2016-2019. Construído de forma harmônica com as iniciativas anteriores e, construído de forma regional e participativa. O PPA 2016-2019 organiza a atuação governamental em programas e ações de Governo, definidas para o período de sua vigência, as quais se encontram expressas na dimensão estratégica do Plano, orientados por eixos estratégicos: I - Saúde; II - Educação e Conhecimento; III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos; IV - Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente; V - Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura; VI - Gestão Pública.

Os 20 Programas Temáticos do PPA foram distribuídos em seis Eixos Estratégicos. O PPA conta com 120 Objetivos de Governo que deverão ser avaliados por 178 indicadores e 443 metas. São necessárias 508 ações orçamentárias para alcance das metas previstas no Plano. Também faz parte do Plano os Programas de Manutenção do Estado, com suas 304 ações de manutenção. Há ainda cinco programas que pertencem aos Órgãos dos outros Poderes, distribuídos em seus respectivos eixos.

II - Construção de um novo modelo de Gestão do Tocantins: A Gestão para Resultados:

Dentro do debate sobre o papel das instituições e a necessidade de seu fortalecimento para o alcance de objetivos de desenvolvimento não é novo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, desde os anos 70 inclui o tema do desenvolvimento institucional em suas estratégias de redução da pobreza no mundo.

O desafio de promover transformações de qualquer natureza (nacional, regional, setorial) pressupõe:

- Definir claramente a situação desejada a partir dos principais resultados a alcançar;

- Conhecer, em profundidade, a situação atual, objeto de transformação, a partir da identificação das principais potencialidades e limitações;

- Estabelecer um plano de intervenção incluindo a definição de ações e projetos que promovam a mudança da situação atual na direção da situação desejada.

III - Agenda Estratégica Estadual:

A Agenda Estratégica é um conjunto de definições sobre os propósitos de uma visão de futuro, sobre os resultados a serem

alcançados sob forma de mapa estratégico contendo objetivos, indicadores e metas e como alcançá-los sob forma de um plano de ações ou projetos. Para que esta agenda seja considerada positiva e proveitosa, devem ser atendidos os seguintes critérios: legitimidade, coerência e foco. O Planejamento Estratégico do Estado do Tocantins tem seu Mapa Estratégico, que tem como visão de futuro o “Estado Símbolo do Desenvolvimento Sustentável no novo Milênio”;

IV – Planejamento Estratégico Institucional:

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) representa o que a organização é em seu sentido mais profundo de existir: o que ela representa no momento e o que virá a ser nos próximos anos com seus objetivos alcançados. No PEI, foram definidos os Componentes Estratégicos (Missão, Visão, Valores, Negócio, FCS), Mapa Estratégico (Objetivos Estratégicos), Indicadores (Metas e Plano de Ação).

Foram elaborados 25 Planejamentos Estratégicos Institucionais: Secretaria do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Administração, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria da Infraestrutura, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação, Secretaria da Agricultura e Pecuária, Agência de Defesa Agropecuária, Agência Tocantinense de Regulação, Agência Tocantinense de Saneamento, Banco do Empreendedor, Corpo de Bombeiro Militar, Departamento de Estradas de Rodagem, Instituto de Terras do Tocantins, Polícia Militar, Fundação de Radiodifusão Educativa, Instituto de Desenvolvimento Rural, Secretaria da Comunicação Social, Secretaria da Defesa Social, Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude, Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins.

Foram realizadas, no mês de agosto de 2015, quatro Consultas Públicas Indígenas envolvendo 27 Aldeias da Ilha do Bananal dos Karajás, Javaés e Krahô-Kanela. As Comunidades Indígenas elegeram os trechos prioritários para melhorias de infraestrutura de transporte de acordo com os critérios estabelecidos no PDRIS. As próximas etapas são os estudos de viabilidade técnica e elaboração dos Projetos Rodoviários.

Foram divulgadas as seguintes publicações:

- Perfil Socioeconômico Municipal do Estado do Tocantins versão 2015 (conjunto de informações sobre as diversas dimensões da realidade dos municípios, desde seus aspectos geográficos até indicadores sintéticos de sua população e suas condições de vida);

- Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins versão 2015 (estudo que retrata os aspectos demográficos, sociais, econômicos do Estado do Tocantins, onde as informações reunidas apresentam o mapeamento de indicadores cruciais para a realização de políticas públicas que viabilizem uma melhor qualidade de vida para cada cidadão);

Produto Interno Bruto – PIB do Tocantins: valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do Estado do Tocantins, em um determinado período.

O cálculo do PIB Estadual e Municipal apresenta um retrato da realidade econômica e social do Tocantins e dos seus 139 municípios, que permite acompanhar como crescem e se desenvolvem ao longo do tempo proporcionando um embasamento para o desenvolvimento das políticas públicas e investimentos privados.

Em razão da metodologia de cálculo das contas regionais, o Produto Interno Bruto de todos os Estados é calculado com uma defasagem de dois anos (entre dados básicos e divulgação). Em 2015, o IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, trouxe a público as Contas Regionais - referência 2010, cujos resultados, contemplando o período de 2010 a 2013, são comparáveis entre si e integralmente compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, estando, portanto, em conformidade com o novo manual *System of National Accounts* 2008, SNA 2008.

A data da divulgação do PIB Regional foi dia 19 de novembro de 2015 e a data da divulgação do PIB Municipal foi dia 18 de dezembro de 2015.

Em 2015, quatro técnicos participaram do II Encontro Nacional de Contas Regionais e XXIV Encontro Nacional do PIB dos Municípios, promovido pelo IBGE no período de 14 a 18 de setembro de 2015, onde foram apresentadas as estimativas dos resultados preliminares e a avaliação dos resultados de 2010, 2011 e 2012 por UF no novo ano de referência 2010.

Foi entregue pelo consultor José Gerley Díaz Castro o relatório dos planos amostrais em 14 municípios da região sudeste do Estado do Tocantins, para seleção dos domicílios nas comunidades beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS e nos trechos de controle.

Foram concluídas a aplicação dos questionários do Marco Zero (um ano antes do início das obras), nos municípios de Formoso do Araguaia, Dueré, Cariri do Tocantins, Gurupi, Aliança, Brejinho de Nazaré, Santa Rita, Fátima, Silvanópolis e Ipueiras, Porto Nacional e Crixás, Monte do Carmo e Aparecida do Rio Negro.

- Elaboração do *Plano Cartográfico do Estado do Tocantins*. Realizado com apoio financeiro e institucional do Banco Mundial, no escopo do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável. O objetivo do trabalho é dotar o Estado do Tocantins de produtos cartográficos precisos e atualizados que atendam às necessidades dos diversos segmentos da administração pública e dos projetos privados desenvolvidos no território tocantinense. Foram elaborados quatro produtos - (i) *Roteiro Metodológico*; (ii) *Diagnóstico da Infraestrutura de Dados Geoespaciais do Estado do Tocantins*, e *Estrutura Organizacional da Comissão Estadual de Cartografia*; (iii) *Plano Cartográfico*; (iv) *Definição e Implantação de Normas e Especificações para Geração de Documentos Cartográficos*. Os produtos foram editorados pela equipe técnica da GIES/Seplan e para disponibilizados à sociedade no sítio da Seplan.

- Iniciada elaboração do *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins*, instrumento de ordenamento territorial fundamental as ações de planejamento produtivo e ambiental, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS).

- Elaboração e disponibilização pública no sítio da Seplan de cartas imagens, mapas, e mosaicos de imagens de satélite, utilizando-se recursos do Laboratório de Geoprocessamento da Seplan. As cartas-imagens abrangem os 139 municípios do Tocantins, utilizando-se imagens *Landsat 8* do ano de 2014, e informações da base cartográfica do Tocantins. Os mapas foram gerados em escala 1:1.000.000 e englobam informações sobre características geográficas, socioeconômicas, infraestrutura e

aspectos político-administrativos. As imagens de satélites são de média resolução espacial, referentes ao período 2011 a 2014, e recortados segundo os limites territoriais dos 139 municípios tocantinenses.

- Atualização de dados socioeconômicos e geográficos da área do Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Tocantins, no âmbito do projeto *Uniformização do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal e Integração com Zoneamentos Agroecológicos da Região*, realizado em parceria com a Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e CNPq.

- Atendimento as demandas internas e externas de usuários das informações de Zoneamento Ecológico-Econômico, Gestão Territorial, Base Cartográfica Digital Contínua e Base de Dados Geográficos do Estado do Tocantins, efetivada mediante o apoio, elaboração e geração de mapas; disponibilização em meio digital e impresso de informações contidas na Base de Dados Geográfico da Seplan e nos levantamentos realizados e/ou coordenados por esta Coordenação, no suporte técnico a projetos executados por outras diretorias ou autarquias de Estado, elaboração de pareceres técnicos, e esclarecimentos sobre as informações disponibilizadas à coletividade.

No ano de 2015 foram efetivadas várias contratações no PDRIS, conforme tabela abaixo.

CONTRATAÇÕES	VALOR
OBRAS	R\$ 15.889.365,62
AQUISIÇÕES	R\$ 305.976,00
CONSULTORIA	R\$ 15.245.149,46
TREINAMENTO	R\$ 549.554,44
TOTAL	R\$ 31.990.045,52

No ano de 2015, foram assinados 14 contratos de Consultoria, sendo oito contratos com a Seplan como executor. Podemos destacar:

CONSULTORIA	EXECUTOR	VALOR
Contratação de serviços de consultoria para elaboração de planejamento estratégico para 11 órgãos.	SEPLAN	R\$ 712.600,79
Contratação de serviços de consultoria para elaboração Zoneamento Ecológico-Econômico.	SEPLAN	R\$ 7.498.781,56
Contratação de serviço de consultoria para elaboração do programa de desenvolvimento regional da área de influência da Ferrovia Norte-Sul no Estado do Tocantins.	SEPLAN	R\$ 765.498,90
Contratação de consultoria para Elaboração do Plano de Marketing dos Polos: Jalapão, Cantão e Palmas.	SEDETUR	R\$ 960.236,08
Contratação de empresa para Elaboração da Política Estadual de uso Sustentável do Capim Dourado e Buriti.	SEMARH	R\$ 290.119,18
Contratação de consultoria para Serviços para Planejamento e Aplicação de Curso de Capacitação para Habilitação em Fiscalização Ambiental.	NATURATINS	R\$ 568.411,62
Contratação de consultor individual para apoiar a SEMARH na estruturação e acompanhamentos de projetos e processos do Banco Mundial.	SEMARH	R\$ 198.000,00
Contratação de consultoria para Treinamento e Certificação de Observadores de sala de aula e formação dos professores com base nos resultados da pesquisa <i>stalling</i> .	SEDUC	R\$ 347.477,83
Contratação de consultoria para realizar Estudo Longitudinal de alunos do Ensino Médio ao longo dos 4 anos.	SEDUC	R\$ 2.854.719,27
Assistência Técnica Individual para apoio à UGP.	SEPLAN	R\$ 161.170,92
Serviços de Tradução de Documentos do PDRIS.	SEPLAN	R\$ 144.238,00
Contratação de serviço de consultoria para auditar as contas do PDRIS no 2º ano.	SEPLAN	R\$ 61.637,92
Contratação de consultoria para desenvolver e implementar sistema de gerenciamento do PDRIS.	SEPLAN	R\$ 570.905,26
Contratação de consultor individual para apoiar a área administrativa da UGP.	SEPLAN	R\$ 111.352,13
Contratação de serviços de consultoria para elaboração de planejamento estratégico para 11 órgãos.	SEPLAN	R\$ 712.600,79
TOTAL		R\$ 15.245.149,46

Neste ano, foram feitos diversos treinamentos e visitas técnicas, conforme descrito abaixo:

TREINAMENTO	VALOR
Visita técnica para conhecer os consórcios em Salvador - Bahia.	R\$ 16.095,85
Visita técnica dos servidores da Diretoria do Meio Ambiente, Projetos e Orçamentos Rodoviários para execução do PDRIS.	R\$ 242.800,00
Audiências públicas realizadas pelos servidores da Seplan nas comunidades indígenas.	R\$ 19.208,25
Visita técnica para conhecer o modelo de gestão para resultados em Recife - PE.	R\$ 13.760,40
Visita técnica para troca de experiência em gestão de convênios e do Sistema de Gestão de Convênios no Rio de Janeiro.	R\$ 8.434,26
Participação de servidores da Seplan no II Encontro Nacional de Contas Regionais e XXIV Encontro Nacional do PIB dos Municípios no Rio de Janeiro.	R\$ 10.842,66
Capacitação dos servidores da Seplan em SICONV em Brasília.	R\$ 36.302,58
Capacitação em Políticas Públicas e Sistemas Jurisdicionais de PSA, Mudanças Climáticas, REED+ e Ativos de Carbono.	R\$ 38.000,00
Capacitação dos servidores do Núcleo Contábil UGP, no curso Encontro da Mulher Contabilista, em Foz de Iguaçu - PR.	R\$ 6.182,86
Treinamento em aspectos fiduciários dos servidores do Núcleo Contábil da UGP em Fortaleza - CE.	R\$ 7.148,61
Treinamento dos servidores da Seplan em aquisições do Banco em Fortaleza - CE.	R\$ 8.877,00
Visita dos servidores da SEDUC nos municípios onde foi realizada a pesquisa de gênero.	R\$ 38.745,00
Visita técnica de servidores da Seagro e Semarh para conhecer estudos relativos às inovações, tecnologias e práticas para o desenvolvimento da agricultura com sustentabilidade: de água e esgoto, incluindo o reuso e a dessalinização; o gerenciamento de recursos hídricos e o programa de água de Israel em Tel Aviv - Israel.	R\$ 77.121,08
Participação dos servidores da Seplan no Evento de Contabilidade Pública em São Paulo - SP e 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade em Fortaleza - CE.	R\$ 16.774,14
Realização de Oficinas pelos servidores da Seplan no Tocantins para elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional da FNS.	R\$ 9.261,75
TOTAL	R\$ 549.554,44

Temos 13 contratos de obras de Reabilitação nas Rodovias Vicinais e nas Redes Estaduais Pavimentadas - CREMA assinados e em andamento. Sendo que alguns estão com quase 100% das obras concluídas. Temos mais nove contratos de obras em processo de finalização da licita e em via de iniciar sua execução, em fase de finalização licitatória e de assinatura de contrato. Dentre eles, a execução das Obras dos Lotes R2, R3, R4, R5 e R6 do Crema no valor de R\$ 305.000.000,00.

Temos 44 atividades em processo de licitação sendo finalizados. Foram dadas 14 Não objeções em TdRs e nove Editais e shoppings aprovados pelo Banco.

No ano de 2015 houve três desembolsos, totalizando R\$ 55.605.393,87 (US\$ 15,914,983,28). O total de pagamentos feitos no ano foi de R\$ 68.948.760,67 (US\$ 21.797.431,41).

Em 2015, ocorreram quatro missões do Banco Mundial, nos meses de março, abril, setembro e novembro. A última missão trouxe importantes avanços no projeto. Foi a missão de revisão de meio termo do projeto, com realocação do orçamento e a negociação da eliminação do financiamento da contrapartida de 20% do Estado.

A tabela abaixo demonstra como ficará o projeto com a eliminação da contrapartida e realocação do orçamento.

Categorias	CONTRATO ASSINADO	PROPOSTA DE REMENAJAMENTO	PROPOSTA ATUAL
Total Categoria 1A	\$233,000,000.00		\$233,000,000.00
Subcomponente 1.1	\$73,000,000.00	-\$29,000,000.00	\$44,000,000.00
Subcomponente 1.2	\$160,000,000.00		\$160,000,000.00
Subcomponente 1.3	\$0.00	\$29,000,000.00	\$29,000,000.00
Total Categoria 1B	\$7,000,000.00		\$7,000,000.00
Subcomponente 1.4	\$7,000,000.00		\$7,000,000.00
Total Categoria 2A	\$44,000,000.00		\$40,000,000.00
Subcomponente 2.1	\$14,000,000.00		\$14,000,000.00
Subcomponente 2.2	\$8,000,000.00		\$8,000,000.00
Subcomponente 2.3	\$14,000,000.00		\$14,000,000.00
Subcomponente 2.4	\$8,000,000.00	-\$4,000,000.00	\$4,000,000.00
Total Categoria 2B	\$7,250,000.00		\$11,250,000.00
Subcomponente 2.1	\$7,250,000.00	\$4,000,000.00	\$11,250,000.00
Total Categoria 3A	\$8,000,000.00		\$8,000,000.00
Subcomponente 3.1	\$8,000,000.00		\$8,000,000.00
TAXA FRONT-END	\$750,000.00		\$750,000.00
TOTAL DO PROJETO	\$300,000,000.00		\$300,000,000.00

6. Secretaria da Fazenda

A Secretaria da Fazenda vem cumprindo com sua missão de arrecadar e gerir recursos com equidade e eficiência, apesar do panorama econômico do país, o que revela um quadro de grandes desafios para a Pasta. Desta forma, faz-se necessário aumentar, permanentemente, a efetividade das atividades da Sefaz, sustentadas na evolução da tecnologia, na modernização da administração tributária e nas mudanças no modo de gerir o negócio da Secretaria.

O cenário atual da Sefaz aponta para uma completa revolução organizacional, eliminando o esquema de unidades, processos e tomada de decisões isoladas, voltando-se para operar cada vez mais sob a forma de redes, dinâmicas e abertas, viabilizadas pela comunhão de valores e princípios, e pela complementaridade das atividades dos diferentes processos. Essas redes, sustentadas crescentemente pela evolução das tecnologias de informação e telecomunicações, vão constituir um verdadeiro ecossistema, nos qual os servidores e as unidades, conscientes de sua interdependência, se envolvam significativamente no desenvolvimento e execução de processos e projetos eficazes.

A Sefaz conta hoje com um importante projeto estruturante, o PMF/TO – Projeto de Modernização Fiscal do Tocantins (Profisco). O projeto busca a implantação de metodologias e técnicas modernas para melhor gerir a receita e as despesas públicas, bem como aumentar a eficiência e a transparência da gestão fiscal. É financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com recursos na ordem de US\$ 45 milhões, sendo US\$ 40,4 milhões do BID e US\$ 4,5 milhões de contrapartida do Estado.

Assim sendo, no âmbito do Profisco, a Sefaz contratou os serviços de consultoria do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT, para o desenvolvimento de projeto de Modernização da Administração Tributária, bem como da implantação do Planejamento e Gestão Estratégica, do Novo Modelo de Gestão de Pessoas e Capacitação dos servidores fazendários. É importante destacar que na execução do Profisco, o envolvimento e a sensibilização de todos os servidores da

Sefaz são de extrema importância neste processo de modernização, e este ano ratificou este aculturamento.

A consultoria do CIAT, juntamente com a equipe técnica da Sefaz, fez todo o mapeamento, diagnóstico e redesenho dos processos tributários existentes, para que o fluxo de trabalho seja sistematizado, tornando-o mais eficiente e eficaz. Para isso, foi licitada a contratação de uma Fábrica de *Software*, que iniciou suas atividades em Janeiro de 2016.

Também, com recursos do Profisco, foram construídas duas Salas de Alta Disponibilidade, com investimento no valor de R\$ 2.121,00. A sala de alta disponibilidade é um sistema modular composto por painéis remontáveis para proteção física de equipamentos de hardware, construída e equipada com tecnologias de suporte à operação de equipamentos de TIC fabricados para operar 24 horas por dia e sete dias por semana com total controle e integridade dos componentes independentes das variáveis externas, tem como função portanto, de garantir a disponibilidade de funcionamento de *Data Center*, proporcionando maior rapidez e segurança na prestação de serviços à sociedade.

Foi adquirido um novo prédio que vai permitir a ampliação das instalações físicas da Secretaria da Fazenda e, consequentemente, mais espaço e conforto aos servidores e usuários dos serviços. O novo anexo tem 2.428,87 m2 e fica cerca de 750 metros de atual sede. O investimento contempla além do espaço físico, móveis e redes lógicas.

O Sistema Integrado de Gestão Orçamentário, Financeira e Contábil da Secretaria será desenvolvido com recursos do Profisco, que se encontra em fase de procedimento licitatório.

Com relação ao Planejamento Estratégico da Secretaria foi elaborado o Mapa Estratégico, em oficinas de trabalho, com especificação da missão, visão, valores e objetivos estratégicos, indicadores, metas, e ações estratégicas. Para acompanhamento e avaliação das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico foi instituído o Escritório de Projetos da Secretaria. O acompanhamento e monitoramento ocorrem mensalmente, com avaliações trimestrais em reuniões de acompanhamento estratégico, por meio da aquisição ferramenta de Gerenciamento de Projetos – Gpweb. O Planejamento o estratégico está em plena execução.



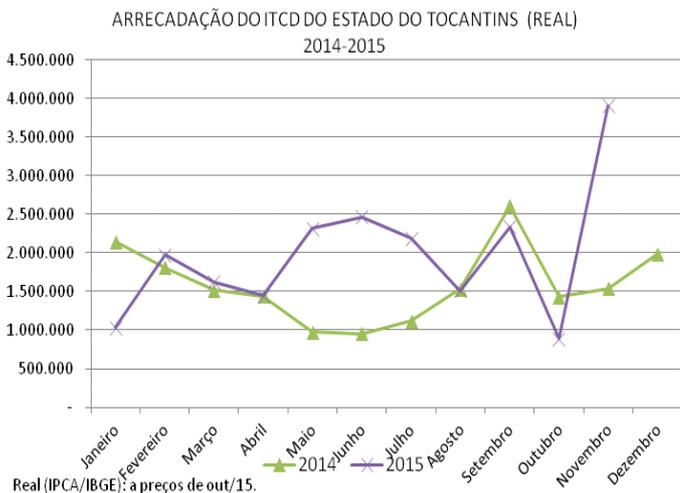
Outras práticas de gestão serão implantadas na Secretaria: Gestão por Processos, Gestão de Pessoas, Gestão do Conhecimento e Comunicação Efetiva.

Com relação a arrecadação, o Tocantins possui o 3º melhor

desempenho da arrecadação do ICMS no Brasil, com crescimento de 10,96% no comparativo de jan-out de 2015 com jan-out de 2014. Nesse mesmo período, a média brasileira foi de 4,11%



A mudança na forma de cobrança e fiscalização do ITCD ocasionou um aumento de arrecadação em relação ao ano de 2014 de 39%, ficando o acumulado de jan-nov/2015 em R\$ 21.016.553,00 contra jan-nov/2014 de R\$ 15.119.357,00.



Em 2015 a ampliação da base de empresas fiscalizadas, representou um aumento de 90,46% na constituição do crédito tributário.



Fonte: Sefaz-TO

Outras ações:

- Implantação de comitês com o objetivo de representar e validar as decisões de forma participativa, a fim de garantir a transparência na execução do projeto e efetividade dos resultados esperados – Comitê de Gestão Estratégica, Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação e Comitê de Capacitação; todos em pleno funcionamento.

- Elaboração do Código de Ética e Regimento Interno da Sefaz;
- Elaboração e implantação do Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI Versão 1.0;
- Instituição da plataforma para registro de demandas de TI – GLPI, entre outras.

7. Secretaria da Administração

7.1. Políticas de Recursos Humanos adotadas em 2015

Ajustar a despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

- A despesa com pessoal se manteve em um percentual acima do limite prudencial permitido de 46,55%, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Não foram geradas novas despesas como aumento do número de comissionados, o que representa um percentual baixo em relação ao comprometimento. O Governo tomou as seguintes medidas para conter as despesas com pessoal:

a) Adequações nas estruturas operacionais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, através da Lei nº 2. 896/2015, com redução da quantidade de cargos comissionados e de 16 órgãos da Administração Direta e Indireta, estando providos 3.235 cargos, dos quais 29% são ocupados por servidores ocupantes de cargo efetivo.

b) Revisão de todas as concessões de promoções ou progressões concedidas em 2014 a fim de se verificar a legalidade.

c) Parcelamento da data-base de 2015 e das progressões dos servidores que não progrediram em 2014, após negociação com as entidades classistas.

d) Suspensão de todos os reajustes concedidos com impacto nos anos de 2015 a 2018.

Aperfeiçoar a política de carreiras do Poder Executivo Estadual

- Foram assegurados todos os direitos e vantagens constantes dos diversos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Executivo, em 2014, tais como:

a) Concessão de progressões e promoções aos servidores e militares dos diversos Quadros do Poder Executivo, não aplicadas no ano de 2014, beneficiando 11.379 servidores.

b) Concessão de revisão geral anual de todos os servidores do Poder Executivo Estadual no percentual de 8,3407% que beneficiou 35.749 servidores.

c) Renegociação de débitos referente a concessões ou acordos firmados remanescentes do ano de 2014.

7.2. Recadastramentos:

Banco de Dados dos Quadros de Pessoal do Poder Executivo do Estado:

Em 2015 foi realizado o recadastramento do banco de dados dos quadros de pessoal do Poder Executivo, que teve como objetivo garantir a confiabilidade dos sistemas de gestão, recolhimento de digitais e identificação dos servidores.

% de Servidores Recadastrados

(% até 23/12/2015)

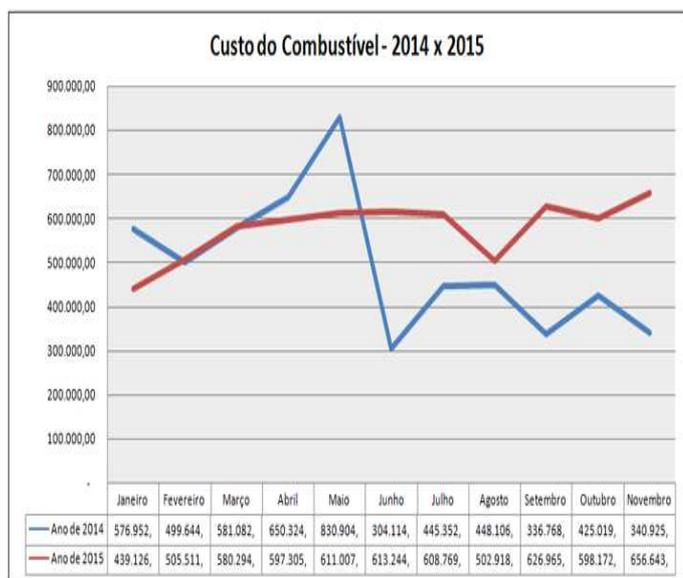
Até o dia 23 de dezembro 97,21% do total de servidores do estado foram recadastrados, os 2,79% restantes terão o salário suspenso a partir da folha de dezembro de 2015 e só retornará quando a situação estiver regularizada.

Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins -Plansaúde

% de Servidores Recadastrados - PLANSÁUDE

(% até 23/12/2015)

Visando manter uma base de dados atualizada e segura e consequentemente uma comunicação efetiva com os usuários, realizamos o recadastramento dos beneficiários assistidos do Plansaúde onde 24.697 usuários foram recadastrados. Os 3.671 usuários, que ainda estão pendentes, terão o plano de saúde suspenso a partir de 11 de janeiro de 2016.

7.3. Gestão de Combustíveis do Estado

A partir de agosto de 2015 foram adotadas medidas para redução de custos de combustível, onde pode-se destacar a permanência em regime de cotas, não havendo abastecimento

nas sextas-feiras para os veículos de uso geral, administrativo e locados, com exceção dos veículos operacionais da PM, Corpo de Bombeiros, Secretaria da Saúde (hospitais e ambulâncias), Secretaria da Fazenda (Fiscalização Fazendária), Secretaria da Segurança Pública, Casa Militar, veículos em viagem, e aqueles, previamente, autorizados através de ofício ao Secretário da Administração.

Apesar da adoção destas medidas o valor pago a Petrobrás em 2015 é maior que em 2014 em decorrência do aumento do custo do combustível no ano e o aumento da frota atendida.

7.4. Sistema de gestão dos “É Pra Já”

A Diretoria de Tecnologia de Informação da Secad desenvolveu o sistema de gerenciamento do atendimento do “É Pra Já” possibilitando a melhoria do atendimento e a economia de **R\$ 117.016,04** (anual) para a Secad.

7.5. Análise de Processos para Aposentadoria

No início da gestão os processos para análise de certidão de tempo de contribuição junto ao Igeprev e de histórico funcional para fins de aposentadoria voluntária, proporcional, compulsória, invalidez e para fins de atualização previdenciária estavam com mais de 180 dias de atraso. A Secretaria realizou um mutirão em que resultou em 1202 processos analisados. Vale ressaltar que esse total não representa o número de aposentadorias concedidas, uma vez que a concessão é realizada no Igeprev.

8. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-Tocantins

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-Tocantins, reorganizado na conformidade da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e suas alterações, tem a função de gerir os ativos financeiros originados das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando a maximização desses ativos por meio de aplicações no mercado de capitais, em conformidade com as normas específicas, com a finalidade de cumprir suas obrigações previdenciárias, bem como o passivo previdenciário oriundo dos direitos aos benefícios de aposentadorias, reserva remunerada, reformas, bem como pensão por morte aos dependentes, com a finalidade de assegurar aos beneficiários os meios de subsistência nos eventos de idade, morte e invalidez.

No início desta gestão encontramos o Igeprev-Tocantins sem a estrutura administrativa adequada para seu funcionamento e uma situação de inadimplência junto ao Ministério da Previdência Social – MPS, em razão de irregularidades nas áreas de arrecadação e de investimentos do Instituto, impedindo a renovação do Certificado de Regularização Previdenciária – CRP e, de consequência, o Estado de receber recursos federais mediante transferências voluntárias, empréstimos e outras operações. Em outras palavras, um Instituto sem credibilidade perante os seus segurados e a comunidade em geral.

Na área de arrecadação, entre outras irregularidades, estava a falta de repasse ao Igeprev-Tocantins, pela gestão anterior, das contribuições previdenciárias recolhidas dos servidores, bem como da parte patronal, dos meses de setembro a dezembro de 2014 e o 13º salário, cuja regularização foi feita em fevereiro de 2015 com o repasse das contribuições dos servidores e o parcelamento do montante referente à parte patronal, conforme demonstrado abaixo:

I – Contribuição Patronal não Recolhida ao Igeprev-Tocantins:

**VALOR ATUALIZADO À EPOCA: R\$ 123.909.201,13
(PERÍODO DE REFERÊNCIA: 09/2014 a 01/2015)**

**SITUAÇÃO: Parcelamento feito no mês de fevereiro/2015,
em 60 parcelas, com vencimento a partir de 30/04/2015.**

II – Contribuição previdenciária recolhida dos servidores e que não haviam sido repassadas ao IGEPREV-TOCANTINS:

VALOR: R\$ 48.912.444,58

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 09/2014 A 12/2014

SITUAÇÃO: Regularizada em fevereiro/2015.

Após exaustivas negociações entre o Governo do Estado e o Ministério da Previdência Social para renovação do CRP, o Executivo quitou a parte referente às contribuições compulsórias dos servidores e a parte patronal foi regularizada mediante acordo de parcelamento. Além disso, outras questões que impediam a renovação do Certificado e que também foram prontamente regularizadas dizem respeito à reestruturação dos Colegiados – Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos –, à aprovação da Política de Investimentos para 2015 e à questão relacionada ao enquadramento de Fundos de Investimento irregulares, ao todo nove fundos, sendo este último quesito de forma provisória, por meio de Liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, por depender de mais tempo para regularização definitiva. Porém, esta nova gestão, após a realização de intensas negociações e várias diligências, conseguiu o reenquadramento de quatro fundos, restando até a presente data cinco fundos que estão sendo objeto de novas rodadas de reuniões e renegociações para solução em definitivo do problema.

Apenas para ilustrar a profundidade dos problemas encontrados na área de investimentos do Instituto, citamos a Sindicância realizada logo no início da gestão, onde ficou registrado o levantamento dos dados e o apontamento das irregularidades praticadas pelos gestores do Instituto, abrangendo os últimos quatro anos (2011/2014), na área de investimentos dos recursos previdenciários, tendo sido identificadas aplicações em 10 fundos que apresentam perdas já apuradas de quase R\$ 300 milhões e de potencial prejuízo em outros 27 fundos irregulares, que não possuem liquidez nem solidez, no montante aproximado de R\$ 1,1 bilhão, dados estes que estão se consolidando com o aprofundamento das investigações pelos órgãos competentes e amplamente divulgados em meios de comunicação a nível nacional.

As principais irregularidades encontradas foram: a) aplicações em Fundos sem que tenha havido o devido credenciamento das suas empresas administradora e gestora; b) inexistência de processo de avaliação prévia de risco em relação às aplicações feitas nesses períodos; c) inobservância dos limites legais e regulamentares para realização das aplicações financeiras, caracterizando sucessivos desenquadramentos de Fundos; d) várias aplicações em Fundos que já previam, em seus regulamentos, altos riscos de liquidez; e) falta de acompanhamento e avaliação periódica dos ativos adquiridos pelos Fundos dos quais o Igeprev-TO era cotista; f) aplicações em Fundos com o Instituto na condição de único cotista, com manifesto risco de prejuízo; g) sucessivos atos de extinção e incorporação de ativos de Fundos em outros Fundos em condição de risco maior; h) concentração de expressivos recursos em Fundos com ativos de um mesmo grupo econômico, como é caso da empresa Brasil Food Service Group S/A – BFG Porcão; i) várias aplicações em fundos com projetos imobiliários alocados em vários Estados, com questionável viabilidade de execução.

A reorganização do Instituto e sua reestruturação operacional foi essencial, pois passou a contar com uma Diretoria Executiva e um quadro de servidores adequados e extremamente comprometidos com o resgate da credibilidade e confiança desgastadas nos últimos anos.

Para melhor comodidade e bem estar dos servidores e segurados, foi feito investimento superior a R\$ 422 mil para substituição do mobiliário antigo por um novo, adequado às normas trabalhistas. Com recursos de convênio com o Ministério da Previdência Social foram adquiridos, também, equipamentos de informática modernos e com mais capacidade de processamento e armazenamento.

Nessa reestruturação, a Diretoria Executiva deu atenção especial à área de atendimento previdenciário, pois havia uma grande morosidade no tempo de atendimento ao segurado do Instituto, o que gerava inúmeras reclamações e, conseqüentemente, atrasos nas concessões de benefícios que os servidores faziam jus. Em janeiro/2015, havia atraso de até cinco meses na análise dos processos para concessão de benefícios e no decorrer do ano de 2015 fizemos uma série de mutirões, com foco na regularização desse passivo e principalmente para não deixar acumular novamente. Chegado dezembro/2015, estamos analisando processos de novembro/2015, ou seja, praticamente em dia e já com prospecção de, em janeiro/2016, passarmos a analisar os processos dentro do próprio mês de entrada da solicitação do benefício. Até novembro/2015 foram realizados 16.120 atendimentos, na sede em Palmas e nos Postos do “É pra Já” de Gurupi e Araguaína, beneficiando 1.022 segurados, com 746 aposentadorias, 100 pensões, 18 reformas e 158 reservas remuneradas.

Outra questão que merece destaque foi a constatação de pagamentos de benefícios a pessoas já falecidas. A Administração, ao tomar conhecimento da situação, solicitou um amplo levantamento para que o Instituto solicitasse às instituições financeiras a devolução dos valores creditados indevidamente aos “de cujus”. No total, foram 98 casos com valores próximos a R\$ 1 milhão de reais, dos quais já resgatamos administrativamente aproximadamente R\$ 200 mil e estamos entrando com ações judiciais para recuperação do restante.

Para evitar casos semelhantes, o Instituto implantou procedimento de controle de óbito semelhante ao utilizado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, utilizando o sistema de controle Sisobe. Além de tal procedimento, o Instituto lançou o programa de recadastramento que se encontra em andamento, tendo sido iniciado em 03/11/2015 e com previsão de encerramento em 31/12/2015. Os segurados e pensionistas que não se recadastrarem, terão seu benefício suspenso até a regularização. Até esta data, o recadastramento se aproxima de 75% do total de segurados.

Outra área que também mereceu especial atenção desta gestão foi a de Arrecadação, onde se constatou não haver um processo consistente que garantisse ao Instituto um controle minucioso e preciso dos valores devidos pelos órgãos. A Diretoria Executiva não mediu esforços para reestruturar e dar condições à área para que pudesse executar o controle necessário ao processo, de forma a eliminar eventuais dúvidas quando aos recebíveis do Instituto, tendo sido realizado nos meses de setembro e outubro/2015, com a área técnica de todos os órgãos do executivo estadual e dos demais poderes, reuniões de trabalho para padronização dos repasses das contribuições previdenciárias.

Ainda dentro do processo de melhoria da gestão do Instituto,

está sendo trabalhada a substituição do atual sistema de informação que se encontra em estado precário e já não confere celeridade e confiabilidade na gestão de seus processos. Para o procedimento de aquisição já foi superada a fase de homologação do Termo de Referência – TR junto à Secretaria de Planejamento, estando apto para iniciar o processo licitatório de uma nova ferramenta de informação bem especificada e que atenda adequadamente as necessidades do Instituto.

Não obstante os prejuízos já confirmados e os eventuais que porventura possam se concretizar com o desenrolar das liquidações dos investimentos em fundos duvidosos, o Igeprev-Tocantins é uma Instituição sólida e vem mantendo o pagamento de seus segurados rigorosamente em dia, apesar de todo o cenário econômico e político adverso por que passa o País e, por consequência, o Estado do Tocantins.

Em janeiro/2015 recebemos o Instituto com 8.856 segurados e uma folha mensal no valor de R\$ 34.913.652,01. Com a celeridade adotada por essa gestão na análise e concessão dos benefícios aos segurados, em novembro/2015 chegamos a 9.697 segurados, com o valor da mensal folha fechando em R\$ 43.435.863,88, totalizando o desembolso de R\$ 427.337.482,59. Houve um crescimento de 9,50% em relação ao número de segurados e de 24,41% em relação aos valores, ou seja, um crescimento expressivo, apesar de que neste número já está incluso o reajuste da data base de 2015, que foi de 8,3407%.

Na área de investimentos, a Administração optou por construir uma política de investimentos conservadora, segura e que em nenhum momento trouxesse riscos ao patrimônio do Instituto. Com isso, foi decidido que as aplicações no ano de 2015 ocorreriam sempre em instituições oficiais e bancos de primeira linha e que resguardasse os ganhos necessários à valorização dos recursos investidos, sempre acima do Índice da Meta Atuarial, que é de IPCA + 6% a.a., o que de fato ocorreu, tendo sido aplicados neste ano R\$ 247 milhões de sobras de contribuições novas, no Banco do Brasil (R\$ 153,1 milhões) e na Caixa Econômica Federal (R\$ 93,9 milhões), que geraram uma receita de R\$ 22,9 milhões.

Todas as aplicações realizadas em 2015 foram devidamente aderentes à Política de Investimentos estabelecida pelo Conselho de Administração do Instituto; dentro dos limites e exigências da Resolução CMN nº 3.922/2010; atendendo aos procedimentos previstos na Portaria nº 519/2011 e suas alterações; de acordo com as regras de credenciamento; e em conformidade com o assessoramento do Comitê de Investimentos.

Do total geral da Carteira de Investimentos do Instituto, no valor de R\$ 3,662 bilhões, cerca de R\$ 2 bilhões são considerados seguros e aplicados no Banco do Brasil e CEF (R\$ 1,275 bilhão e R\$ 715 milhões, respectivamente), que geraram em 2015 uma receita de R\$ 209 milhões. Por outro lado, aproximadamente R\$ 1,1 bilhão encontra-se investido em fundos de instituições sem solidez e liquidez, que ocasionaram perdas de R\$ 124,1 milhões neste ano. Ressalte-se que estes fundos fraudulentos foram objeto da Sindicância realizada no início desta gestão e estão sob investigação mais aprofundada para efeito de adoção de medidas judiciais cabíveis pelas autoridades competentes.

A reestruturação administrativa e a recuperação da credibilidade do Igeprev-Tocantins, com o saneamento econômico-financeiro, modernização dos processos e procedimentos, aperfeiçoamento dos instrumentos e programas de Tecnologia da Informação, postura austera e transparente da

Diretoria Executiva, foram ações que se transformaram em confiança e proporcionaram a retomada dos trilhos deste Instituto.

II – SAÚDE

A Assistência Farmacêutica (AF) engloba um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e seu uso racional. Tem, portanto, caráter sistêmico e multidisciplinar e representa, atualmente, atividade de grande impacto financeiro no âmbito do SUS, em razão da crescente demanda por medicamentos. Possui como objetivo majoritário garantir a integralidade do tratamento medicamentoso em todas as fases evolutivas das doenças contempladas, em nível ambulatorial. No estado, 5.210 usuários estão cadastrados na AF. No ano de 2015, aproximadamente 4.900 usuários cadastrados foram atendidos mensalmente (94%) e 250 usuários sob demanda judicial.

No serviço de Hemorrede destacam-se os exames ambulatoriais realizados no anexo no Hospital Geral de Palmas – HGP. Até 30 de novembro o ambulatório de hematologia realizou 1.995 consultas específicas para portadores de doenças hematológicas com 4.764 exames ambulatoriais e 1.674 atendimentos por equipe multiprofissional (psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista, dentista). Foram captadas 30.539 pessoas para doação de sangue onde 21.793 (71%) estavam aptos para doação. Foram produzidas 53.849 bolsas de sangue e hemocomponentes para atender às demandas de 100% da rede hospitalar do Estado seja ela pública ou privada, 4.764 pessoas estão cadastradas como doadores de medula óssea no estado.

Até o mês de outubro de 2015 realizaram-se 4.875 cirurgias eletivas na rede pública e hospitais contratualizados com o Estado, das eletivas 79% (3.872) foram realizadas na rede própria do Estado. Na rede hospitalar própria, os cinco hospitais estaduais que mais realizaram eletivas foram respectivamente: Hospital Regional de Araguaína (15%), Hospital Regional de Porto Nacional (13%), Hospital Regional de Gurupi (12%), Hospital Regional de Miracema (11%) e Hospital Regional de Pedro Afonso Leonício de Sousa Miranda (10%). Ainda em referência as realizações de cirurgias eletivas obtiveram um avanço de 341 cirurgias eletivas no mês de janeiro para 608 eletivas em outubro nos hospitais públicos próprio, municipal e contratualizados do Estado, crescimento de 78% em 10 meses.

Na primeira ação da Carreta da Saúde de 19 a 23 de dezembro em Guaraí, foram atendidos 23 municípios da Região de Saúde Cerrado Tocantins Araguaia, sendo Bandeirante do Tocantins, Palmeirópolis, Colinas do Tocantins, Juarina, Pequizeiro, Brasilândia do Tocantins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Tupiratins, Goianorte, Colméia, Guaraí, Tupirama, Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins, Santa Maria do Tocantins, Itacajá, Recursolândia, Centenário, Arapoema, Bernardo Sayão, Presidente Kennedy e Couto de Magalhães. Foram contabilizados 3.357 consultas, 1.689 cirurgias de catarata, 52 pterígio, 78 yag, 18.761 procedimentos (como paquimetria, mapeamento de retina e tonometria) e 1.313 pós- Catarata.

O atendimento ambulatorial realizado nas dezenove unidades hospitalares estaduais até outubro alcançou 2.428.924 procedimentos, razão de 1,6 procedimentos ambulatoriais por habitante. Destes 1.036.097 foram procedimentos com finalidade diagnóstica, 1.368.769 procedimentos clínicos, 16.061 procedimentos cirúrgicos e 7.997 foram ações de promoção e prevenção em saúde. O Hospital Geral de Palmas realizou 21% de todos os procedimentos ambulatoriais entre os 19 hospitais do

Estado, o Hospital Regional de Araguaína e de Augustinópolis realizaram, respectivamente, 14% e 6% dos procedimentos.

As internações hospitalares foram 56.186 nos dezenove hospitais do Estado. 32.229 internações foram para realização de procedimentos clínicos de média e alta complexidade e 23.909 procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade. Até outubro o Hospital Geral de Palmas realizou 10.246 internações, destes 6.323 foram procedimentos considerados cirúrgicos. O Hospital Maternidade Dona Regina teve 7.490 internações com 2.703 procedimentos cirúrgicos e 4.787 procedimentos clínicos de média e alta complexidade. Os hospitais regionais de Araguaína, Gurupi e Augustinópolis apresentam um total de internação, respectivamente, de 7.258, 6.029 e 4.805. Dos serviços privados contratualizados com o SUS, entre janeiro e novembro 543 internações foram realizadas nos leitos de UTI. 200 internações neste período foram para UTI pediátrica, destes 101 no Hospital Cristo Rei e 99 internações no Hospital Oswaldo Cruz. Realizamos 181 internações em UTI neonatal e 162 internações em UTI adulto no Instituto Ortopédico de Palmas. No hospital Dom Orione 48.168 procedimentos realizados para o SUS, 84% foram procedimentos ambulatoriais para diagnóstico, 15% foram procedimentos clínicos ambulatoriais (entre elas consultas). Das internações no hospital Dom Orione, foram realizados 54.937 procedimentos para diagnóstico, 3.486 internações clínicas, 3.132 internações com finalidade cirúrgica, totalizando 61.455 procedimentos de internação hospitalar.

Foram realizados até outubro 56.698 procedimentos de serviços de Hemodiálise localizados em Araguaína, Palmas e Gurupi. Destes 51.175 procedimentos foram de hemodiálise e 4.013 consultas para pacientes em tratamento nos serviços de diálise. 22.017 diálises foram realizadas em Palmas pela fundação Pró-Rim, 16.177 pelo o Instituto de Doenças Renais do Tocantins LTDA, em Araguaína e 12.981 pela fundação pro-rim de Gurupi.

A Secretaria da Saúde gerencia 62,77% dos leitos do Estado onde executa 85% das internações no Estado, utilizado 59,58% de recursos próprios na remuneração de profissionais; considerando a remuneração dos profissionais, 81,59% são executados relativamente ao objetivo da Atenção Especializada; Destinando 61,10% de Recursos Próprios na assistência hospitalar e ambulatorial (ações da Programação Anual de Saúde de Modernização da Gestão e Gerência Hospitalar e Ambulatorial própria; aquisição de serviços de saúde e manutenção de recursos humanos na atenção especializada ambulatorial e hospitalar).

Implantou em parceria com os municípios 16 (dezesseis) novas unidades de tratamento ao fumante nos municípios de: Araguaína, Bernardo Sayão, Chapada de Areia, Palmas, Gurupi, Miracema do Tocantins, Miranorte, Paraíso do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Silvanópolis, Taguatinga, Tocantínia, Wanderlândia, Xambioá, Porto Nacional e Divinópolis. Formação para 46 profissionais de saúde de 10 municípios para ampliação das unidades de tratamento ao fumante: Abreulândia, Araguaína, Divinópolis, Palmas, Gurupi, Goianorte, Pugmil, Miranorte e Pedro Afonso.

Treinamento de profissionais de saúde de 133 municípios para operacionalização do Sistema de Informação do Câncer-Siscan, o qual é responsável pelo registro dos seguimentos em câncer de colo e útero.

O percentual de Serviços de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para o ano de 2015 teve uma alteração positiva de 0,93% para 1,05%, com a abertura de novos serviços nos municípios de Sítio Novo do Tocantins, Novo Acordo, Miracema do Tocantins,

Buriti do Tocantins, Augustinópolis (CAPS I) e em Araguaína (CAPS infantil), totalizando 22 serviços de CAPS no Estado. O percentual de cobertura do CAPS no Estado em 2015 apresenta-se acima do parâmetro nacional que é de 0,77%. Implantação do serviço de atendimento a criança e adolescentes em Araguaína através do CAPS infantil, aberto em agosto de 2015. Intercâmbio e momentos de discussão e estudo técnico sobre os processos de trabalho em saúde mental, entre 14 municípios no Projeto Percursos Formativos da Rede de Atenção Psicossocial corroborando para a melhoria do atendimento não só na saúde mental, mas em todos os dispositivos da Rede de Saúde. Realização do curso de aperfeiçoamento em atendimento a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, executado em parceria com a Unitins, onde 60 profissionais concluíram o curso com propostas de intervenção em seus locais de trabalho. Produção da rede de atenção psicossocial e Hospital Geral de Palmas.

Produção dos CAPS no Estado

Procedimentos	Total
Atendimento individual	45.963
Acolhimento diurno	34.521
Atendimento em grupo(qualquer tipo de grupo)	15.585
Ações de redução de danos	12.693
Atendimento familiar	5.502
Práticas corporais	5.418
Práticas expressivas e comunicativa (Visitas: museu, cinema, teatro etc.)	4.680
Atendimento domiciliar	2.247
Fortalecimento do protagonismo de usuários	1.857
Acolhimento inicial	1.842
Atenção as situações de crise	1.659
Ação de articulação de redes intra e intersetoriais.	1.221
Promoção de contratualidade	1.131
Matriciamento de equipes dos pontos de atenção da urgência e emergência, e dos serviços hospitalares de referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas.	321
Acolhimento Noturno CAPS III e AD III	303
Ações de reabilitação psicossocial (pacientes encaminhados de volta ao trabalho)	195
Acompanhamento de serviço residencial terapêutico	96
Matriciamento de equipes	63
Total	135.297

Fonte: RAAS

Hospital Geral de Palmas	Total
Tratamento Clínico para contenção de comportamento desorganizado	135
Tratamento Clínico em Saúde Mental em situação de risco elevado de suicídio	39
Tratamento Clínico para avaliação diagnóstica e adequação terapêutica incluindo necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool e outras drogas	228
Tratamento Clínica Transtornos mentais e comportamentais. Devido uso de Alcool	27
Tratamento Clínica Transtornos mentais e comportamentais. Devido uso de Crack	18
Tratamento Clínico dos Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de demais drogas	15
Total	462

Fonte: SIA/SUS

Implantação da Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio com equipe técnica do Hospital Geral de Palmas. Participação de profissionais dos Hospitais Regionais de Augustinópolis, Xambioá, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Miracema do Tocantins, Dianópolis, Pedro Afonso, Arapoema e Guaraí, Hospital Infantil de Palmas e Hospital e Maternidade Tia Dedé no Curso de Urgência e Emergência em Pediatria realizado pelo Hospital Albert Einstein em São Paulo.

Realizados 9.225 atendimentos na Central de Regulação Médica de Urgência-CRMU, onde 1.002 foram para Araguaína, 2.098 para o município de Gurupi e 6.125 para Palmas.

Redução do número absoluto de óbitos maternos, dados parciais, 10 confirmados de janeiro a agosto; redução de 29% em comparação a 2014.

Realizados 15.710 atendimentos no serviço especializado em reabilitação de Porto Nacional, 15.486 atendimentos no serviço

especializado em reabilitação em Araguaína, 12.410 atendimentos no centro especializado de reabilitação – APAE de Colinas do Tocantins, 5.621 atendimentos no centro de especializado em reabilitação de Palmas e 534 atendimentos no Centro Estadual de Diagnóstico e Reabilitação Auditiva – CEDRAU, totalizando 49.761 atendimentos à pessoa com deficiência (dados parciais).

Indicadores dos Objetivos Estratégicos do PPA – Resultado 2015

OBJETIVO	INDICADORES	PREVISÃO ANUAL	RESULTADO 2º QUAD. 2015
95- Qualificar os trabalhadores do Sistema Único de Saúde do Tocantins com vistas a melhoria dos serviços ofertados.	Número de trabalhadores do SUS/TO qualificados	3.928	521
96- Reduzir os riscos, doenças e agravos de relevância epidemiológica, sanitária e ambiental à saúde da população, por meio das ações de promoção, prevenção, proteção e Vigilância em Saúde.	Número de ações de gerenciamento do risco sanitário executadas	699	495
	Proporção de notificações com encerramento oportuno de investigação	85%	76,26%
97-Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde Mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.	Percentual de Serviços de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ampliados	100%	056%
98-Promover atenção integral à saúde da mulher, criança e adolescente no Estado do Tocantins, visando garantir acesso universal, igualitário e resolutivo nos serviços de atenção primária, média e alta complexidade.	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	54%	59,27%
	Taxa de mortalidade infantil (Tx) Mil	18,26	14,5
112-Garantir assistência farmacêutica integral através do atendimento humanizado, fornecendo produtos de qualidade com ênfase no uso racional de medicamentos no âmbito do SUS.	Taxa de municípios atendidos com Assistência Farmacêutica	100%	16,70%
121-Assegurar a auto-suficiência e qualidade do sangue e seus componentes para atender a demanda transfusional das unidades de saúde do Tocantins, viabilizando a assistência aos portadores de doenças hematológicas no âmbito do SUS.	Taxa da cobertura transfusional no Estado do Tocantins	120%	99%,
123-Ampliar o acesso ao atendimento com qualidade das necessidades de saúde da população aos serviços de atenção especializada (média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar).	Número de consultas médicas especializadas/habitante/ano	0,4	0,18
129-Viabilizar a Gestão Estratégica e Participativa no âmbito do SUS, fortalecendo as relações interfederativa, intra-institucional e institucional através de ações de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão, controle, auditoria, assistência jurídica, ouvidoria comunicação, gestão e regulação do trabalho e controle social, com centralidade na garantia de acesso e gestão por resultados.	Percentual de plano de saúde enviado ao Conselho de Saúde	100%	82,73%
131-Promover o acesso da população aos serviços de Atenção Primária com qualidade e resolutividade, contribuindo no processo de organização das Redes de Atenção à Saúde, por meio das áreas estratégicas e ciclos de vida fortalecendo a Política de Atenção Primária nos municípios.	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	74%	94,39%
	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	89%	100%

III – Segurança Pública

1. Secretaria da Segurança Pública

A situação atual encontrada na Secretaria da Segurança Pública expressa a falta de investimentos nos últimos anos, resultando:

Em 2015, foram inaugurados o Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, Delegacia de Polícia no Distrito de Luzimangues e início da Implantação do Centro Integrado de Comando e Controle no Estado do Tocantins – CICC.

Modernização dos sistemas de informação das unidades de

segurança pública com restabelecimento da Delegacia Virtual e o Reparelhamento do Sistema Integrado de Operações Policiais, com a aquisição de 4 novos gravadores digitais para gravação e rastreamento das chamadas através do Serviço 190.

Foram recebidos através de doação pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Tribunal Regional Federal, Justiça Federal, Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União mais de 4.200 itens de mobiliários e equipamentos de informática. Recebimento em doação de 2 veículos do Ministério Público do Trabalho, 2 veículos do Tribunal Regional do Trabalho, 10 veículos da Receita Federal e cessão/cautela por Juízes das Comarcas do Tocantins de 34 veículos. Houve ainda a formalização do Acordo de Cooperação Técnica com a Energisa para manutenção e reforma dos veículos da SSP/TO.

Restabelecimento e Funcionamento do Conselho Superior da Polícia Civil, que ficou sem reuniões por mais de um ano. Porém neste ano de 2015 já foram julgados 281 processos, em nove sessões, restabelecendo os direitos dos servidores. Aprovação do Fundo de Modernização e Aparelhamento da Polícia (Funpol) e da Instituição de Indenização por Plantões dos Delegados de Polícia Civil.

Modernização do Atendimento Social e Desenvolvimento Pelo Instituto Médico-Legal, com aquisição de: 14 geladeiras, 28 aparelhos de ar condicionado, 14 fogões e 14 computadores, com recurso do Convênio nº 751265/2010. Reparelhamento Das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, com a aquisição de 5 veículos, Renault Clio, zero quilômetro, destinados a atender às Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs de Porto Nacional, Araguaína, Gurupi e Palmas, com recursos do Convênio nº 770552/2012. Estruturação e Fortalecimento do Setor de Estatística e Análise da SSP, com a aquisição de 10 Licenças de uso de Software; Licenças de Solução de Inteligência Analítica e capacitação de servidores “In Company”, com recursos do Convênio nº 776367/2012. Aparelhamento da Seção de Sexologia Forense de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Núcleo de Medicina Legal do IML de Gurupi com a aquisição de dois arquivos de aço, cinco mesas em L, dois armários baixo, cinco gaveteiros, dois armários alto, 10 cadeiras fixa executiva, duas cadeiras longarinas e uma VAN, recursos do Convênio nº 774344/2012. Reparelhamento da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Palmas, com a aquisição de seis rádios transceptor portátil HT, seis baterias, dois GPS, sete no-breaks e cinco computadores, através do Convênio nº 793365/2013 SENASP/MJ. Reparelhamento da Delegacia de Repressão a Conflitos Agrários: aquisição de dois GPS, Convênio nº 774220/2012 MDA.

Aprimoramento do ensino e da capacitação continuada dos policiais civis e científicos, através das seguintes ações da Academia da Polícia Judiciária: Aquisição de um micro-ônibus com capacidade para 16 lugares, adaptado e transformado em Academia de Polícia Móvel, com recursos do convênio no 775948/2012. Capacitação de 45 policiais, sendo 35 civis e 10 militares, no Curso de Entrevista e Interrogatório, ministrado por agentes especiais do FBI - Agência Federal de Investigação dos Estados Unidos, com parceria com a Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Embaixada Americana no Brasil. Conclusão da Pós-Graduação Latu Sensu em Gestão de Segurança Pública, no município de Palmas com 54 capacitados, no município de Araguaína com 40 capacitados e Gurupi com 50 capacitados, recursos do Convênio nº 775948/2012 MJ/Senasp. Com recursos do Convênio nº 774261/2012 MJ/Senasp, com o Projeto Atenção à Saúde Biopsicossocial de Policiais Civis e Polícia Técnico Científica, foi realizado o Curso de Capacitação em Dependência

Química, onde foram capacitados 30 profissionais de segurança pública, e foi realizado ainda Pesquisa/diagnóstico dos riscos ocupacionais, fatores de adoecimento e perfil epidemiológico dos policiais civis e científicos, com 431 policiais atingidos.

A Polícia Civil realizou neste ano a autuação de 3.802 Autos de Prisões em Flagrante Delito – APF e ainda 333 Adultos presos em virtude de Mandados Judiciais. Foi lavrado no período 41.281 Boletins de Ocorrência – B.O., foram lavrados 5.085 Termos Circunstanciados de Ocorrência – TCO, e ainda foram realizadas a apreensão de 230 adolescentes em conflito com a lei, lavrando o competente Autos de Apreensão em Flagrante Delito – AAFD. De janeiro a outubro deste ano foram recuperados 603 veículos, foram apreendidas 432 armas de fogo e 310 armas brancas (faca, facões e etc.), em todo o território Estadual.

Foram instaurados 6.243 Inquéritos Policiais, tendo remetido ao Poder Judiciário 4.828 Inquéritos Policiais – I.P com autoria definida e ainda 263 concluídos, entretanto sem autoria definida. A Polícia Civil implementou, no ano de 2015, 30 operações que foram destaques na mídia estadual, resultando em inúmeras apreensões de drogas e prisão de criminosos. A meta é intensificar o efetivo combate aos crimes de homicídio, tráfico de drogas, roubo a bancos, residência e estabelecimentos comerciais.

A Polícia Civil realizou a apreensão de aproximadamente 1,3 Toneladas de Maconha, 21.33 Kg de Crack, 7.36 Kg de Cocaína, 68,60 gramas de Haxixe, 1.69 Kg de Ecstasy, MDMA, 215 gramas de LSD, em todo o território estadual, conforme tabela abaixo:

Período: Janeiro a Outubro/2015

Tabela 2 - Atividades de Polícia Judiciária

Procedimentos	Nº Absolutos	
	Total	Unid.
Apreensão de Entorpecentes	Quantidades	Unid.
Crack	21.338,66	gramas
Maconha	1.312.773,76	gramas
Pés de Maconha	26	Nº de pés
Cocaína	7.366,89	gramas
Haxixe	68,60	gramas
Ecstasy, MDMA	1.693,51	gramas
Stanazolol	1,00	gramas
LSD	215,00	gramas

Fonte: Secretaria da Segurança Pública/Gerência de Inteligência, Análise e Estatística/Unidades Policiais.

A Polícia Científica composta pelos Institutos de Identificação, Criminalística, Médico Legal e Genética Forense, tiveram as seguintes atividades realizadas no ano de 2015: emissão pelo Instituto de Criminalística, um total de 18.781 laudos periciais, sendo 7.569 atendimentos de ocorrências realizadas em Palmas e 11.312 atendimentos de ocorrências realizadas no interior do Estado. No Instituto Médico Legal foram 8.090 perícias, sendo em sua maior parte de lesão corporal. O Instituto de Identificação expediu 80.163 carteiras de identidade, emissão de 37.739 1ª via de RG e 42.424 2ª via de RG. No Instituto de Genética Forense foram feitas 42 perícias.

2. Polícia Militar do Estado do Tocantins

O ano de 2015 iniciou-se como um ano de grandes desafios pelas limitações impostas pela conjuntura política e econômica. Nesse sentido, foi um período de muito trabalho e de exploração da habilidade gestora, mas também de significantes resultados no campo da segurança pública, sobretudo no que tange à missão da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

As informações aqui prestadas demonstram a consolidação

dos principais resultados obtidos pelas ações realizadas em 2015. Para elaboração deste relatório, efetuamos o refinamento dos mais destacados assuntos, a fim de que pudéssemos traduzir de forma mais sucinta os resultados alcançados por esta Corporação, com vista à sua competência como órgão de segurança pública responsável pela polícia ostensiva e a preservação da ordem pública no Estado do Tocantins, visando à execução da política governamental de segurança e paz social em todos os municípios tocantinenses.

Dos Resultados

A Polícia Militar é uma organização estruturada nos três níveis de planejamento: estratégico, tático e operacional. Eles se relacionam de modo integrado a fim de que se alcancem os objetivos da organização, os quais são perseguidos por meio de efetivas ações institucionais e de investimentos.

Os resultados ora apresentados revelam também a execução da programação orçamentária e financeira do período, bem como a política de gestão organizacional.

No âmbito da dimensão estratégica, sob a coordenação técnica da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, visando-se à melhoria da gestão institucional e à pactuação do Programa Gestão para Resultados do Governo do Estado, elaboramos o Planejamento Estratégico – 2016-2019 – da Polícia Militar.

Na esfera tática, foi um ano oportuno para o desenvolvimento de ações temáticas que culminaram com os seguintes resultados: o aparelhamento das Unidades Policiais Militares (UPM); implantação de UPM; reformas de UPM; ampliação da frota; ampliação do armamento; ampliação da rede de comunicação; informatização das UPM, com a aquisição de 213 computadores desktop, 213 nobreaks, 40 notebooks, 45 impressoras multifuncional; ampliação da capacidade de proteção individual dos policiais militares, destacando-se a aquisição de 1.000 coletes balísticos; capacitação profissional; assistência biopsicossocial. Nessa esfera também foram desenvolvidas as ações de gestão cujos resultados traduzem-se na efetivação de indenizações, coordenação e manutenção de serviços gerais, serviços de informática e manutenção de recursos humanos.

No campo da valorização profissional, destacamos as 3.519 capacitações e habilitações de policiais militares, o que equivale à qualificação de 89,7% do efetivo ativo da Corporação. Ainda nesse contexto, as 1.517 promoções de policiais militares, o que corresponde à ascensão de 38,7% do efetivo da Corporação legalmente promovido.

Na esfera operacional, no exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, os resultados foram alcançados por ações preventivas e repressivas qualificadas. Nesse segmento, destacamos o alcance do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd – que atendeu 41.104 crianças e adolescentes e 771 pais em todo o Estado. Ainda nesse diapasão, as Unidades Operacionais, compreendidas nos Grandes Comandos, que se organizam em Comando do Policiamento da Capital, Comando do Policiamento do Interior e Comando do Policiamento Especializado, desempenharam suas atribuições e obtiveram resultados positivos nas mais diversas frentes de serviço, dentre as quais destacamos o Policiamento de Carnaval, Policiamento Agropecuário, Policiamento de Praia, Policiamento da Romaria do Senhor do Bonfim, Policiamento de Eventos Culturais, Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e, sobretudo, o Policiamento Ordinário, que tem propiciado a ordem e a paz social diuturnamente.

3. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO) tem como missão preservar vidas e riquezas da população tocaninense, proteger o meio ambiente, garantir o bem-estar social e a ordem pública. Por ter uma área de ação tão abrangente, faz-se necessário um planejamento estratégico coerente e eficaz, capaz de atender simultaneamente as diversas demandas da sociedade tocaninense. Neste viés as primeiras ações do Comandante-Geral do CBMT, CEL QOBM Dodsley Yuri Tenório Vargas, foi a publicação de uma Diretriz de Comando, a qual estipulava metas a serem atingidas, bem como a implantação da seção de planejamento estratégico.

Com o apoio indelével do Governador do Estado, MARCELO MIRANDA, o CBMTO fecha 2015 com um balanço positivo. Entre os resultados deste apoio, cita-se: a promoção esperada a mais de cinco anos, momento ímpar, no qual um terço de todo o efetivo militar do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Tocantins, 235 oficiais e praças, foram promovidos; a realização de cursos de formação e a aquisição de bens.

Com os recursos disponibilizados, os bombeiros conseguiram realizar até o dia 29 de dezembro, em todo o Tocantins, mais de 14.522 atendimentos, em 2014 os atendimentos foram 13.300. O maior número registrado foi de atendimentos pré-hospitalares. Em 2015, os bombeiros em todo o Estado receberam mais de 7,2 mil chamados; em primeiro lugar ficou as emergências clínicas, com 3.405 ocorrências. No ano anterior o número foi de 3.174. Em segundo lugar, estão os acidentes de trânsito, saindo de 2.306 atendimentos em 2014 para 2.400 em 2015. O combate a incêndios representou 1.205 chamados; em 2015 o número cresceu 11% com relação ao ano anterior que registrou 1.088 atendimentos. A maior parte aconteceu em áreas de vegetação. Os bombeiros se deslocaram 810 vezes para apagar incêndios dessa natureza. No campo de busca e salvamento foram atendidos 1.892 chamados contra 1.753 registrados no ano anterior. Entre as ocorrências estão afogamentos com e sem vítimas fatais, resgate de cadáver, busca de pessoas, resgate e captura de animais, controle de insetos entre outras. No setor de atividades preventivas foram mais de 3.400 ocorrências, entre elas palestras, visitas preventivas, exercícios simulados, concentração de público e orientação aos banhistas em praias do Estado.

Em qualificação profissional, com autorização e apoio logístico do Governo do Estado, os bombeiros tocaninenses participaram de dois grandes eventos nacionais, os quais reuniram bombeiros de todos os Estados da Federação e de outros Países, sendo o primeiro "Protege Tocantins (Palmas-TO)", que envolveu todos os Comandantes Gerais dos Corpos de Bombeiros Militar além de palestrante de renome nacional e internacional nas áreas de regate, busca e salvamento. Pela primeira vez o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins realizou simultaneamente, dentro do Protege Tocantins, três eventos para discutir estratégias de atuação de defesa civil, políticas nacionais de bombeiro, protocolos, apresentar novos equipamentos, técnicas de trabalho e oferecer capacitação aos bombeiros do Estado. Dentro da programação do evento realizado em setembro, ocorreram o I Fórum Estadual de Redução de Riscos de Desastres com ênfase em prevenção e combate aos incêndios florestais, o I Simpósio Estadual de Bombeiros do Tocantins e a Reunião Extraordinária da Ligabom. Pela primeira vez na história da Corporação se reuniram mais de 70% dos bombeiros de todo o Estado. Foram realizadas palestras, debates e mostras tecnológicas de produtos. O objetivo foi oferecer capacitação nas áreas de prevenção, preparação e resposta rápida no serviço operacional.

O segundo, foi a Semana Nacional de Bombeiros – Senabom - (Goiânia-GO), cuja participação do CBMTO ficou reconhecida como maior delegação presente no evento. Mais de 60 bombeiros viajaram para o evento, com direito a transporte, hospedagem e alimentação. O Senabom é considerado o maior e mais conceituado evento de prevenção e combate a incêndio do País. Em 2015 os bombeiros tiveram de realizar diversos cursos que estavam parados a mais de quatro anos, entre eles o de Perícia de Incêndio, Análise e Vistorias, Salvamento Veicular, Salvamento em Altura, Busca com Cães, entre outros.

Projeto Bombeiros em Ação: o projeto nasceu em 2015 e já registrou a marca de mais de 5,5 mil atendimentos nas três edições realizadas. Foram atendidas as comunidades do setor Taquari em Palmas, Luzimangues em Porto Nacional e Gurupi. O objetivo do Bombeiros em Ação é levar cidadania, lazer, esporte, e ações sociais para a comunidade. O projeto é também uma forma que o Corpo de Bombeiros encontrou para agradecer a sociedade pelo alto Índice de Confiança Social (ICS) depositado na corporação.

Os bombeiros ocupam a primeira posição na pesquisa desde 2009 quando o IBOPE iniciou a análise e segue no topo do ranking com uma das maiores evoluções na confiança da população, saindo de 73 em 2014 para 81 pontos em 2015. Aquisição de equipamentos: o ano também contabilizou investimentos de R\$ 1.214.496,45 para aquisição de equipamentos destinados ao atendimento da população. Os valores foram provenientes de recursos próprios, convênios e doações. Entre as aquisições estão uma lancha de 18 pés e dois caminhões de combate a incêndio. Também foram construídos o Centro de Manutenção de viaturas e equipamentos do CBMTO e a Academia de Atividades Esportivas destinada aos bombeiros.

4. Departamento Estadual de Trânsito – Detran/TO

I. Realização de 618 bancas examinadoras para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH na Capital e principais cidades do interior, com o atendimento de aproximadamente 100.000 candidatos;

II. Crescimento da receita da arrecadação de taxas e serviços em 5,68%, totalizando um valor de R\$ 86.125.954,32 (até 15/12);

III. Investimentos da ordem de R\$ 425.250,00 em veículos para atender a fiscalização do trânsito e a educação para o trânsito;

IV. Investimentos de R\$ 120.730,00 em equipamentos de ar-condicionado para áreas de atendimento e Ciretrans no interior;

V. Aquisição de cartilhas e folders no valor de R\$ 605.000,00 para realização de campanhas educativas de trânsito, atingindo uma público estimado de 150.000 cidadãos;

VI. Fiscalização do transporte escolar nos 139 municípios do Estado, com vistorias de 1.523 veículos, que são utilizados por aproximadamente 30.000 estudantes;

VII. Realização de curso de Formação dos Fiscais de Trânsitos nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi com formação de 85 novos fiscais de trânsito;

VIII. Realização de 116 fiscalizações nas vias, com aplicação de 12.562 Autos de Infrações;

IX. Fiscalização de 58 Credenciados (Clínicas, CFC e Despachantes);

X. Realização de 591 veículos leiloados em Araguaína e 545 em processos de leilão em Gurupi e 443 de Palmas;

IV – Educação

Através da proposta da Educação Integral e Humanizada, no ano 2015, a Secretaria de Educação, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos realizou, por meio do Centro de Línguas, a formação de professores e alunos em Língua Inglesa e Língua Espanhola, proporcionando assim, o ensino eficiente de um segundo idioma aos alunos da rede estadual. Também pensando nessa política, foram realizados estudos e seminários para técnicos da Secretaria, a fim de que estes multipliquem aos nossos professores tais conhecimentos, visando desta forma implementar a Educação Integral a partir da Ressignificação do Currículo, do Tempo, do Espaço e das Relações Escolares.

A Secretaria da Educação priorizou o investimento nas dimensões mais fragilizadas, sendo estas: a Educação do Campo e Quilombola, Educação Especial, Educação para a Diversidade e Educação Indígena.

Pensando sempre na inclusão de pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja física ou mental, a Seduc promoveu, durante todo o ano, capacitações de profissionais que trabalham com estudantes portadores de necessidades especiais em todo o Estado. Desta forma, entre as ações desenvolvidas, estão formações em Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas áreas de Deficiência Intelectual, Altas Habilidades/Superdotação, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Deficiência Visual, atendendo assim a uma demanda de 2.203 alunos portadores das mais diferentes necessidades especiais.

Na Educação Indígena grande passo foi dado com a realização do Curso de Formação em Magistério Indígena, no qual participaram 81 cursistas oriundos dos sete povos indígenas do Estado do Tocantins.

A Educação do Campo no Estado do Tocantins atendeu em 2015 a 8.730 alunos, do ensino fundamental e médio, em 62 escolas localizadas em 48 municípios, proporcionando educação de qualidade aos alunos do campo.

Durante o ano de 2015 o Programa Brasil Alfabetizado teve as suas ações direcionadas para 41 municípios do Estado do Tocantins que possuíam índices de analfabetismo superior a 20%. Foram alfabetizados 2.439 adultos, envolvendo 263 alfabetizadores voluntários.

Objetivando garantir alimentação escolar a todos os nossos alunos, o Programa de Alimentação Escolar Tocantins, da Secretaria da Educação tem como público alvo 187.704 alunos matriculados na Educação Básica, atendendo estes em todos os níveis de ensino (Fundamental e médio parcial e integral, Educação de Jovens e Adultos, indígenas e quilombolas).

Neste ano de 2015, também realizamos grandes obras de construção e de infraestruturas nas escolas do nosso Estado do Tocantins, das quais podemos destacar a ampliação de 2 escolas, sendo uma em Araguaína e outra em Paraíso do Tocantins, a conclusão da construção de 01 escola no município de Aparecida do Rio Negro, e as reformas de 26 (vinte e seis) escolas em diversos municípios do Estado, tudo isto, para favorecer o processo de aprendizagem e garantir a formação integral e humanizada do aluno tocantinense.

Na realização dos JETs (Jogos Estudantis do Tocantins) e Parajets (Jogos Estudantis Paralímpicos do Estado do Tocantins) participaram 35.000 alunos de 115 municípios, contando assim com uma participação efetiva de 250 escolas, um investimento de R\$ 2.950,578,00.

Na dimensão do transporte escolar foram atendidos 26.795 alunos, sendo um total de R\$ 52.026.418, proporcionando a ida e volta dos alunos a suas respectivas escolas e residências, algo que lhes é seu por direito.

Em 2015, a leitura mereceu destaque por intermédio de mais uma edição do Salão do Livro. Houve a diversidade e a integração das pessoas, ao longo de nove dias, alcançando-se a marca de 350 mil visitantes que percorreram os espaços do evento realizado no Centro de Convenções Parque do Povo. As atrações nacionais e 21 apresentações regionais também movimentaram o evento. Ao todo, foram movimentados cerca de R\$ 7,5 milhões aquecendo a economia tocantinense, um compromisso assumido e cumprido com o povo do Estado do Tocantins.

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E SUPERIOR

1.1 Educação a Distância

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema do Ministério da Educação em parceria com os Estados, Municípios e Universidades Públicas de Ensino Superior para oferta de cursos de Graduação, Pós-Graduação e de Extensão Universitária visando ampliar o número de vagas da educação superior para a sociedade, promovendo a formação inicial e continuada para os profissionais do magistério e para os profissionais da administração Pública.

No Estado do Tocantins, o total de cursistas matriculados no Ensino Superior é de 3.486 alunos, em parceria com UNB, UFSP, UFMS, UFT, Unitins, IFPR E IFTO.

Outrora, o sistema Rede e-Tec Brasil oferta educação profissional técnica e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. No Tocantins, tem-se 1.043 alunos matriculados nos cursos técnicos em Agronegócio e Aquicultura, ofertados pela Agetec. Em se tratando de parceria, o IFTO atende cerca de 600 alunos. Os polos de educação a distância localizam-se nos municípios de Alvorada; Araguacema; Araguatins; Colinas do Tocantins; Cristalândia; Dianópolis; Guaraí; Natividade; Palmas; Pedro Afonso; Porto Nacional; Taguatinga; Tocantinópolis. Para 2016, espera-se desenvolver atividades da UAB nas seguintes cidades: Couto de Magalhães; Tocantinópolis; Natividade; Paraíso do Tocantins; Miracema do Tocantins; Colinas do Tocantins; Formoso do Araguaia; Pindorama; Araguaçu e Palmeirópolis.

1.2 Programas Educacionais e Financiamento Estudantil – Proeducar

Até o ano de 2012, o Estado contemplou com o benefício do Programa Proeducar aos alunos carentes dos cursos de graduação em instituições não públicas, o total de 5.354 (Cinco mil trezentos e cinquenta e quatro) alunos.

Em 2015, as atividades centraram-se na negociação das dívidas com as IES e alunos inadimplentes para então reestruturar o programa e publicar novo edital de seleção para novos beneficiados em 2016/2, conforme as Resoluções vigentes as quais regem o programa.

1.3 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec

Para a oferta dos cursos homologados junto ao Governo Federal no ano de 2015, tem-se os seguintes dados:

PRONATEC 2015
Municípios com Cursos Homologados: 99
Quantidade de Cursos Homologados: 52
Total de Vagas Homologadas: 4.500
Turmas de Cursos EaD e Presenciais: 218

O Governo do Estado, por meio da Agetec, realizou pagamentos aos bolsistas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no valor de R\$ 6 milhões no exercício de 2015, totalmente custeados com Recursos Ordinários – Administração Direta, ou seja, Fonte 0100.

Ademais, ainda tem-se dois CVT's (Centros Vocacionais Tecnológicos) já implantados nas cidades de Colinas do Tocantins e Miracema do Tocantins, ministrando inicialmente os cursos na área de Informática Básica, Eletricista e Instalador Predial.

2. Esporte

Os eventos esportivos são atividades que promovem a integração social das pessoas, especialmente das crianças, adolescentes e jovens. Como forma de contribuir para a prática esportiva no Estado são realizados e apoiados eventos esportivos em todas as cidades, e ainda apoio aos atletas que participam de competições em outros Estados.

Atendimento com transporte a Associações, Entidades Estudantis, Indígenas, Prefeituras e Federações e Entidades Esportivas: disponibilização de transporte para facilitar a participação de atletas em competições estaduais, nacionais e internacionais, tais como: Pan-Americano de Karatê na Argentina, Torneio Regional Centro-Oeste de Ginástica, 2ª Etapa da Copa do Brasil de BMX em Aparecida de Goiânia, Copa Norte e Nordeste de Ciclismo - Teresina-PI, Campeonato Brasileiro de Artes Marciais em Belém-PA, Seletiva Nacional Escolar da Modalidade Badminton, Teresina - PI, Campeonato Centro-Oeste de Natação Infantil a Sênior - Cuiabá-MT, Torneio Bulls Tocantins Dart Masters - Dardo em Palmas-TO, Jogos Centro-Oeste da Associação do Pessoal da Caixa em Cuiabá-MT, Etapa do Campeonato Banco do Brasil de Voleibol, Campeonato Estadual Sub -19 de Futebol, entre outros.

Parceria com outras pastas e outras entidades para realização de eventos esportivos: parceria em atividades da Federação Tocantinense de Atletismo, Secretaria da Educação, OAB, Associação Resgate Cultural Rádio Ativa FM de Guaraí, Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, Prefeitura Municipal de Porto Nacional, entre outras. Realização das Etapas Estaduais dos Jogos Estudantis do Tocantins, Categorias 12-14 anos e 15-17 anos em Palmas; 1ª Etapa do Circuito Noturno de Corridas de Rua, 5ª Corrida do Advogado, 2ª Corrida pela Saúde em Guaraí, Corrida de Rua pelo Aniversário de Tocantinópolis e II Corrida de Rua da Padroeira de Porto Nacional.

Atividades de recreação e lazer em parceria outras secretarias de estado, prefeituras municipais, igrejas e comunidade em geral: realização de atividades pelo Aniversário de Pedro Afonso, Prefeitura de Mãos dadas com a comunidade em Paraíso do Tocantins, 2º Aniversário da Rádio Ativa FM - Associação Resgate Cultural em Guaraí, Projeto cidadão em Ação do Colégio

Estadual Dr. Valdecy Pinheiro em Rio dos Bois, Feira Bom Samaritano da Catedral Divino Espírito Santo, Programa Pró Moradia da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação.

Outra forma de contribuir para o desenvolvimento do esporte no Estado foram feitas doações de material esportivo de algumas instituições: Comunidade Terapêutica Liberdade em Cristo em Palmas, Associação Comunitária Rio do Sono, Projeto Ver para Crer, você é Capaz, Nova Geração Associação de Apoio as Comunidades Carentes de Araguaína, Associação de Futsal - ASSENOVA, Boa Esperança Futebol Clube de Ponte Alta do Tocantins, Associação Comunitária Luta Pela Emancipação de Luzimangues, Escolinha de Futebol Unidos Por Cristo em Palmas, Associação Desportiva e Recreativa São José - Palmas, União dos Vereadores do Estado do Tocantins, Associação Beneficente de Araguatins, Associação Nova Esperança, Liga Palmense de Futebol Society de Palmas, Associação de Moradores de Laguna I, Associação Esportiva Arne 64, Assentamento Olga Benário de Fortaleza do Tabocão, Associação de Futebol Social Gutemberg Filho em Taquari, entre outras.

Parceria com a Redesat Tocantins, oportunizou aos desportistas do Estado do Tocantins acompanhar os jogos do representante tocantinense no Campeonato Brasileiro Serie D 2015, através de transmissões na Rádio 96 FM, estimulando o fomento e a prática de atividade esportiva a uma parcela significativa da população do Estado.

Realização das Etapas Estaduais dos Jogos Estudantis do Tocantins, Categorias 12-14 anos e 15-17 anos em Palmas, onde houve a participação de mais de 500 estudantes da rede pública e privada de ensino.

Realização da 1ª Etapa do Circuito Noturno de Corridas de Rua que aconteceu em Palmas, envolvendo mais de 1.000 corredores.

Realização de palestras sobre drogas nos municípios tocantinenses, em parceria com a Secretaria de Defesa e Proteção Social, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção, executando palestras preventivas com a utilização de material áudio visual, depoimentos de ex-dependentes químicos e entrega de material de cunho educativo preventivo, conscientizando a juventude a não ter o primeiro contato com a droga, apontando a realidade destrutiva da cena da droga no Brasil e suas consequências, bem como a adquirir hábitos sadios na vida. Foram alcançados, aproximadamente, 630 alunos de 5 escolas de Pequizeiro, Taipas do Tocantins, Conceição do Tocantins e Araguaçu.

Parceria com o Instituto Federal do Tocantins – IFTO para elaboração de ações integradas de prevenção às drogas voltadas aos estudantes secundaristas. Além dos trabalhos de prevenção, o projeto inclui, ainda, capacitação dos profissionais da instituição de ensino para a adequada abordagem de usuários e intercâmbio com unidades de tratamento.

A SEELJ e os representantes de diversos movimentos sociais e do poder público, reuniram em Audiência Pública, realizada em Palmas. No encontro, foram debatidas e propostas políticas públicas voltadas à realidade do jovem tocantinense com representantes do Estado. As pautas propostas foram registradas em carta para serem apresentadas aos órgãos competentes para execução de ações.

Com o objetivo de definir e promover um modelo de gestão que, integrado por diversas áreas de atuação do Poder Público,

atenda às demandas por garantia dos direitos dos jovens, foi criado, no Tocantins, o Comitê Intersectorial da Política Estadual de Juventude - COIJUV, vinculado à Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude. O Comitê composto por 24 membros é um órgão permanente de gestão e monitoramento das políticas públicas estaduais de juventude.

Reativação do Conselho Estadual de Juventude, desativado há vários anos no Tocantins. Composto por 13 representantes do Poder Público e 13 representantes da Sociedade Civil Organizada, tem caráter consultivo. O Conselho é um órgão interlocutor entre a sociedade e poder público com o objetivo de propor, junto aos segmentos, políticas públicas. Tem a função de apresentar demandas, indicar sugestões e direcionar as ações.

Com a proposta de incentivar os alunos de toda a rede pública do Tocantins a criarem Grêmios Estudantis e participarem ativamente da vida escolar, além de fortalecer e revitalizar àqueles já existentes e capacitar os líderes em cada unidade escolar do Estado, a equipe da Superintendência Estadual de Juventude deu início à formação de líderes de Grêmios Estudantis nos municípios tocantinenses.

O Encontro de Formação de Grêmios Estudantis ocorreu em cidades da região Norte - Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso e Araguatins -além de Palmas. Na Capital foram mobilizados cerca de 500 estudantes secundaristas de 15 escolas estaduais em evento no Palácio Araguaia. Em cada encontro, são distribuídos cartilhas e certificados aos participantes.

Parceria com a Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação na realização do 1º Mobiliza Agetec, evento realizado com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância da prática de atividades físicas e uma alimentação saudável.

Elaboração do Programa Grande Geração, de incentivo ao protagonismo juvenil. Para elaborar as ações, a equipe da Superintendência Estadual de Juventude realizou uma série de reuniões técnicas com representantes de grêmios estudantis e diretórios acadêmicos para entender as demandas e necessidades para, então, elencar as ações e projetos da comunidade estudantil.

Apoio as Atléticas, organizadoras de eventos esportivos e festas universitárias, na realização de Jogos Universitários, com a participação de estudantes de quatro instituições de ensino superior do Estado, envolvendo centenas de universitários.

Parceria com o ITPAC de Araguaína na realização da 14ª edição do projeto Super Calouro. Palestra antidrogas para mais de 700 estudantes, com o tema Vida e Atitude, e também para dialogar sobre as dificuldades e perigos da vida, preparação para o mercado de trabalho e cidadania. O Projeto inclui, ainda, campanha de arrecadação de alimentos e donativos para entidades beneficentes.

Ação integrada com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos na promoção de ações referentes a 6ª Semana Estadual da Água, em março. Entre as atividades realizadas que garantam a sustentabilidade, destacam-se: mutirão de limpeza e plantio de mudas às margens da TO-020, em Taquaruçu Grande, ações educativas e culturais como: o Dia da Aventura, Lazer e Cidadania, com a participação de estudantes da rede pública, além de palestras e seminários.

Através do Programa Segundo Tempo Padrão a Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude democratiza o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma que promove o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. O Programa é um

fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. O Programa atende 700 crianças e adolescentes em 7 municípios tocantinense (Araguatins, Gurupi, Sandolândia, Wanderlândia, Santa Terezinha do Tocantins, Darcinópolis e Arraias).

Escolinha Nilton Santos em Palmas é um projeto que oferece aulas de futebol, com especialistas em treinamento e iniciação esportiva, gratuitamente, a estudantes da rede de ensino municipal e estadual de Palmas. A Escolinha atende cerca de 250 crianças, adolescentes e jovens. São oferecidas aulas para alunos de 7 a 17 anos, divididos nas categorias Sub-9, Sub-11, Sub-13, Sub-15 e Sub-17, com turmas pela manhã e no período da tarde. Uma das exigências para fazer parte desse time de craques é a apresentação da declaração escolar.

A SEELJ trabalha de forma a incentivar o estudo com o pensamento de que "para ser bom de bola é preciso ser bom de nota". Os alunos têm a chance de participar de campeonatos de futebol, além de atividades extras nos fins de semana, gerando assim a interação dos alunos da Escolinha Nilton Santos com outras Escolinhas de Iniciação Esportiva.

Além do desenvolvimento da iniciação esportiva de forma direta, a SEELJ contribui para a inserção de crianças em atividades de iniciação esportiva em outros municípios do Estado com a doação de material esportivo. Esses materiais são doados para órgãos públicos de outras esferas governamentais e para instituições sem fins lucrativos (Associação de Futebol Social Gutemberg Filho em Taquari, Escolinha de Futebol Unidos por Cristo em Palmas, entre outras).

Com todos os eventos esportivos e de lazer foram atendidas mais de 15 mil atletas, torcedores, crianças, adolescentes, jovens e outras pessoas inteiradas nas áreas esportivas, através da promoção e apoio de mais de 100 eventos esportivos.

V – Agricultura, Pecuária e Agronegócio

1. Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária:

Grandes desafios foram enfrentados pela Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, principalmente diante das dificuldades orçamentárias e financeiras impostas a toda Administração Pública dos Estados e Governo Federal no exercício de 2015. Apesar de tais dificuldades, a Seagro alcançou bons resultados, conforme relatado abaixo.

1.1. A Feira de Tecnologia do Tocantins – Agrotins 2015:

Superou todas as expectativas em volume de negócios e público. O volume de negócios realizados na Agrotins 2015 chegou a R\$ 606 milhões, R\$ 46 milhões a mais que a edição do ano passado, que foi de R\$ 560 milhões. Destaque para a venda de máquinas, implementos e insumos agrícolas, pecuária e contratos de prestação de serviços, marcada pela participação de 558 expositores, numa área total de exposição de 790 mil m². Ressalta-se que as feiras mais tradicionais, como a "Agrishow" de Ribeirão Preto (SP) e "Tecnoshow" de Rio Verde (GO) tiveram decréscimo no volume de negócios, de 30% e 10%, respectivamente, enquanto que a Agrotins cresceu mais de 7%, demonstrando que o país está voltado para o Tocantins como o grande potencial do agronegócio brasileiro, culminando com a criação da região do Matopiba, que representa hoje a última fronteira agrícola do mundo, onde o nosso Estado está inserido com 38% do total da área, que inclui ainda os estados do Maranhão, Piauí e Bahia".

O público visitante também superou a expectativa, com mais

de 101 mil pessoas, mais de 10 mil que o ano passado. A Agrotins 2015 trouxe cerca de dois mil pequenos agricultores que vieram dos 139 municípios do Estado. Um serviço de suporte, transporte e estadia foi organizado pelo Governo do Estado para oferecer aos agricultores das pequenas comunidades, assentamentos rurais e colônias de pescadores o acesso às informações que foram oferecidas por meio das oficinas, workshops, clínicas e cursos.

Foram oferecidas 398 palestras, fóruns, seminários e clínicas tecnológicas, e ainda as unidades de campos e roteiros nas vitrines tecnológicas, dinâmicas para mostrar o funcionamento de máquinas agrícolas e melhor forma de plantio, onde foram capacitados mais de 10 mil produtores, estudantes e interessados.

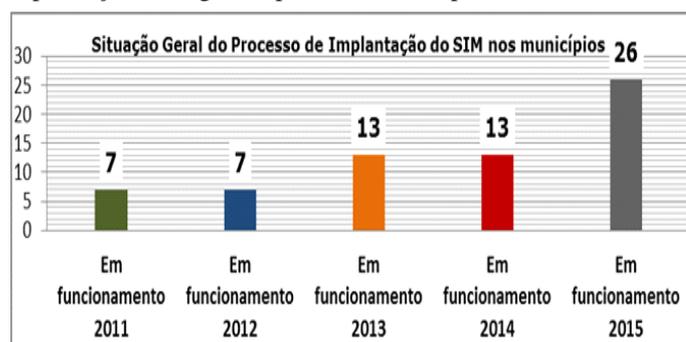
1.2. Agroindústria:

A Seagro promoveu apoio contínuo às agroindústrias por meio de orientações quanto a plantas arquitetônicas, fluxograma que impeça cruzamentos e contaminações de alimentos, orçamentos de obras, meio ambiente e treinamento em BPF – Boas Práticas de Fabricação, promovendo ainda o monitoramento nas fases de implementação.

Nos próximos anos haverá grande avanço no fornecimento de carnes inspecionadas à população de 17 municípios e suas regiões, com a construção de matadouros municipais no âmbito do Projeto PDRIS.

Para apoio às bacias leiteiras, a Seagro distribuiu tanques de resfriamento de leite aos municípios de Araguaína (23), Guaraí (05) e Paraíso do Tocantins (17), totalizando 45 equipamentos que possibilitarão a coleta, o transporte e o processamento de leite, assegurando a qualidade, com reflexos econômicos, sanitários e de segurança alimentar.

Ainda para a regularização sanitária e ambiental com vistas a permitir que os pequenos produtores rurais possam ter acesso aos mercados e programas governamentais como Compra Direta, PNAE, Conab e outros, a Seagro realizou atividades para implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM em 66 municípios do Estado, por meio de orientações técnicas e diversas capacitações de agentes públicos municipais.



1.3. Central de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros de Palmas:

Com vista à estruturação do sistema de comercialização e abastecimento, o Estado implantou e vem ampliando a Central de Abastecimento do Tocantins - Ceasa que tem a função de promover o abastecimento alimentar, garantindo a regularidade e sanidade dos produtos hortifrutigranjeiros para todo o Estado. Atualmente a Ceasa abastece 16 cidades da região metropolitana de Palmas, comercializando em torno de 16 mil toneladas de alimentos por ano. Por não possuir produção suficiente, organizada e direcionada para atender a demanda alimentar, o

Estado do Tocantins compra de outros Estados mais de R\$ 80 milhões por ano em hortifrutigranjeiros, situação que deverá ser revertida com investimentos em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), na ordem de R\$ 15 milhões. Pelo projeto, R\$ 12 milhões serão destinados a infraestrutura e R\$ 3 milhões para assistência técnica aos produtores rurais do cinturão verde de Palmas e 16 municípios da região metropolitana.

1.4. Plano ABC-TO

O Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura tem por finalidade promover ações tecnológicas que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no sistema produtivo agropecuário, aumentando a produção e a renda, preservando os recursos naturais e viabilizando qualidade de vida para as próximas gerações.

Para implantação do Plano ABC e alcance das metas estabelecidas pelo Brasil foi preciso a parceria entre Estados e Governo Federal, onde cada estado assumiu um compromisso institucional de consolidação de uma Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

O Plano ABC-TO foi satisfatoriamente implementado no Estado em 2015, tendo proporcionado desde o início de sua implementação a capacitação técnica de 5.400 pessoas, por meio de dias de campo, visitas técnicas, seminários, palestras e articulação Institucional, bem como 16 cursos de curta duração, beneficiando 428 técnicos da Embrapa, Ruraltins e Senar, compreendendo um total geral de 1.680 horas de aulas ministradas.

1.5. Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS:

O PDRIS busca promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir da inclusão de agricultores no processo produtivo sustentável, visando gerar renda nas unidades de economia de base familiar, reduzindo o êxodo rural e a pobreza no campo.

Para execução do componente 2 e subcomponente 2.2 estão previstas atividades como contratação de consultoria para elaboração de material técnico, projetos, diagnósticos, planos, estudos, promoção de melhorias do sistema produtivo, desenvolvimento tecnológico e da comercialização de produtos agropecuários. Compreende ainda atividades de fortalecimento do setor produtivo como construção de agroindústrias e seus equipamentos, equipamentos de irrigação, aquisição de produtos agropecuários, realização de cursos técnicos e outros. Pretende também promover o fortalecimento institucional da Seagro por meio da aquisição de veículos, equipamentos de informática, softwares, mobiliários e outros materiais permanentes.

Em 2015, a implementação consistiu no andamento de diversos processos licitatórios, todos com a anuência do Banco Mundial, visando dentre outros, os seguintes objetos:

a) Elaboração de projetos e execução de obras de arquitetura e engenharia de 16 abatedouros no Estado, para instalação nos municípios de Arapoema, Arraias, Bernardo Sayão, Mateiros, Paranã, Santa Fé do Araguaia, São Valério da Natividade, Wanderlândia, Colméia, Ananás, Carriri, Dianópolis, Barrolândia e reforma em Taguatinga, Pindorama e Sítio Novo do Tocantins;

b) Elaboração do Plano de Negócios Simplificado e Participativo dos 16 abatedouros municipais, com vistas a viabilidade técnica e operacional dos empreendimentos;

c) Desenvolvimento e implantação do software administrador de banco de dados visando equipar a Seagro, juntamente com Adapec e Ruraltins, de ferramentas que possam armazenar, processar e gerenciar informações agropecuárias;

d) Estudo de consultoria para melhoria do sistema produtivo, desenvolvimento tecnológico e comercialização de produtos das regiões Sudeste e Jalapão;

e) Elaboração do Plano Estadual de Agroenergia e marco regulatório de biocombustíveis no Estado do Tocantins, através do estudo do setor agroenergético nos 139 municípios, caracterizando as atividades atuais e levantando informações sobre a viabilidade da produção energética por fontes renováveis;

f) Aquisição de veículos para apoio as atividades do projeto;

g) Aquisição de hardware e software para o apoio às atividades do projeto e fortalecimento institucional da Seagro;

h) Realização de cursos, intercâmbios e treinamento para servidores no Brasil e exterior;

i) Construção de infraestrutura de irrigação para pequenas comunidades selecionadas (poço artesiano, equipamentos de irrigação e placas solares);

1.6. Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola – Prodoeste:

O Projeto Prodoeste visa aumentar a produção agrícola no Estado do Tocantins, através da implantação de infraestrutura hídrica de projetos de irrigação, proporcionando condições para o bom desempenho das atividades, garantindo a produção de alimentos para comercialização em grande escala, visando ainda viabilizar condições favoráveis ao desenvolvimento regional do Sudoeste do Tocantins.

Em 2015 houve a concentração na conclusão dos estudos ambientais, projetos executivos e do planejamento de execução das obras, encaminhando-os para aprovação do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento os processos licitatórios para dar início as obras das barragens.

1.7. Projetos de Irrigação no Estado do Tocantins:

No ano de 2015 o setor de irrigação e drenagem da Seagro atuou principalmente nos projetos São João, no município de Porto Nacional, Manuel Alves, em Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins e Rio Formoso, em Formoso do Araguaia.

O **Projeto São João** está em fase de prestação de contas final junto ao Ministério da Integração Nacional, sendo executado a gestão e manutenção dos equipamentos e infraestrutura de uso comum, bem como o apoio aos irrigantes. Estas ações possibilitaram a ampliação da produção de abacaxi, mamão, coco, banana e hortifruticulturas, além do plantio de manga, pinha e açaí.

No **Projeto Manuel Alves** foram executadas ações relativas aos programas básicos ambientais para a manutenção do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Paralelamente, as ações de gestão integrada possibilitaram aos irrigantes o apoio na administração, operação e manutenção do projeto quanto a sua infraestrutura de uso comum e ainda a assistência técnica aos pequenos produtores do perímetro de irrigação. Esse projeto tornou-se referência junto ao Ministério da Integração Nacional, que possibilitará a disponibilidade de recursos para construção do pátio de entrada, cerca do perímetro, centro administrativo, oficinas, equipamentos parcelares e drenagem complementar.

Outro empreendimento beneficiado com o esforço na aprovação dos projetos básicos e executivos foi o **Projeto Rio Formoso**, que nesse mês de dezembro de 2015 teve celebrado o Termo de Compromisso junto ao Ministério da Integração Nacional para sua revitalização, permitindo após sua conclusão, a ampliação de área produtiva de grãos e frutas no Estado.

1.8. Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Agronegócio:

A Seagro atuou na formulação e implementação de políticas públicas para o fortalecimento das diversas cadeias produtivas do Estado, visando o desenvolvimento das diversas cadeias de vocação, como a fruticultura, grãos, hortaliças, flores, bovinocultura de leite, apicultura, ovinocaprinocultura, pecuária de corte, avicultura, suinocultura, aquicultura e pesca, florestas plantadas, agroenergia e diversas outras de aptidão no Estado, por meio da formalização de parcerias, capacitação de produtores e técnicos em boas práticas, realização/participação em eventos agropecuários, dentre as atividades vale destacar:

a) Elaboração do Planejamento Estratégico da Apicultura com participação da Câmara Setorial da Apicultura do Tocantins;

b) Diversas palestras, dias de campo e seminário durante a Agrotins 2015;

c) Apresentação do potencial agropecuário do Estado para Instituições e investidores;

d) Participação no Dia Nacional de Conservação do Solo;

e) Apoio e participação na 10ª Feira da Soja em Campos Lindos – TO;

f) Realização do Circuito Tecnológico da Cadeia Produtiva de Grãos;

g) Reuniões para discussão sobre a Cadeia Produtiva de Arroz e Programa de Fomento ao Arroz no Tocantins (Proato);

h) Participação em oficinas, atividades e reuniões sobre a mandiocultura e projeto Reniva;

i) Apoio e participação no VI Simpósio Brasileiro da Cultura do Abacaxi;

1.9. Agricultura Familiar:

Muitas atividades foram implementadas no âmbito da agricultura familiar, valendo destacar o Programa de Crédito Fundiário e Programa Terra Forte:

Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é uma política de financiamento para o acesso a terra, criado para possibilitar aos agricultores e jovens filhos de agricultores tocantinenses a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, e conta com a participação do Governo do Estado, através da Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - Seagro.

No ano de 2015, a Seagro acompanhou e monitorou 105 projetos, beneficiando um total de 3.297 famílias, através de visitas técnicas, orientando e capacitando os beneficiários a fim de detectar os problemas que se apresentam nos projetos, além de orientações quanto às aplicações dos recursos e esclarecimentos relacionadas às resoluções de renegociação de dívidas.

Neste ano foi aplicado um montante de R\$ 1.549.148, na perfuração de 17 cisternas, aquisição de diversos equipamentos e melhoria de cercas, construção de 28 unidades habitacionais

rurais e pagamento de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater para os agricultores familiares do PNCF.

Terra Forte

O “Programa Terra Forte” adquiriu 230 tratores e implementos agrícolas, para apoiar a “produção agrícola”, instituído pelo Programa de Modernização do Estado e de sua Infraestrutura Econômica e Social – Proestado.

Como estratégia de readequação deste Programa a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária criou uma gerência para o acompanhamento da gestão das Patrulhas Mecanizadas nos 139 municípios do Estado do Tocantins, através de parcerias com Prefeituras Municipais e associações de produtores rurais, realizando vistas técnicas para verificação das condições de manutenção e utilização dos equipamentos. Objetivo é garantir a continuidade do Programa e evitar o desvio de finalidade dos tratores e equipamentos agrícolas viabilizados pelo Programa Terra Forte.

2. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – Adapec-Tocantins:

Para garantir a segurança fitossanitária das culturas de importância econômica no Estado do Tocantins em 2015:

- Foi realizado o monitoramento de 1.391.093 hectares de lavouras bem como o cadastro de 373.421 hectares de novas áreas plantadas em todo o Estado, priorizando sempre os serviços de defesa, através da prevenção, controle e/ou erradicação das pragas quarentenárias, mantendo o foco no crescimento da produtividade e fortalecendo a competitividade do mercado nacional e internacional dos produtos e subprodutos vegetais.

- Para uma maior segurança com relação ao controle de entrada e saída dos produtos vegetais que circulam no Estado, foram realizadas 22.664 fiscalizações do trânsito de cargas transportando vegetais e seus subprodutos ou insumos, como sementes, mudas e agrotóxicos. Em se tratando do controle do comércio desses insumos podemos afirmar que tivemos um acréscimo sobre o número de fiscalizações realizadas nos estabelecimentos que comercializam esses produtos totalizando 300 estabelecimentos comerciais registradas na Adapec.

- Quanto ao número de fiscalizações, tivemos um aumento de 66% na área de Agrotóxicos totalizando 3.319 fiscalizações sobre o uso correto e seguro de agrotóxicos tanto em estabelecimentos agropecuários como em propriedades rurais. Concomitantemente foram realizados dez recebimentos itinerantes de embalagens vazias de agrotóxicos, totalizando 5.400 kg de embalagens devolvidas. Já o número total de embalagens devolvidas em todo o Estado em 2015 ultrapassou as 400 toneladas, com um total de 402.340 Kg de embalagens devolvidas pelos produtores rurais. Houve também um aumento de 81% em relação a 2014 nas fiscalizações do comércio de sementes e mudas chegando a um total de 2.170 fiscalizações.

Na área de sanidade animal:

- Foi realizado o controle da brucelose e tuberculose no Estado do Tocantins, através da intensificação das ações de fiscalização dos estabelecimentos que comercializam vacina contra brucelose; fiscalização das atividades dos médicos veterinários cadastrados para realização de vacinação contra brucelose; atendimento a focos de brucelose e tuberculose; elevação no número de vigilâncias sanitárias realizadas; elevação no número de médicos veterinários e auxiliares de vacinadores cadastrados no Programa de controle da brucelose;

- Alcance da maior cobertura vacinal de fêmeas bovídeas (bovinos e bubalinos), contra brucelose até hoje registrado no Estado, com um coeficiente vacinal de 93,59%;

- Conclusão do estudo epidemiológico da brucelose e tuberculose em todo o Estado, visando estimar a prevalência dessas enfermidades por região, permitindo maior ação estratégica para o combate de tais doenças; ficando evidenciada a queda na taxa de números de animais e propriedades acometidas com tais enfermidades;

- Intensificação das ações de vigilância epidemiológica nas propriedades com focos de brucelose e tuberculose, ou com vínculo epidemiológico para essas enfermidades, garantindo o fornecimento de produtos de origem animal com maior qualidade sanitária e diminuição dos embargos de exportação para mercados como o da Rússia.

- Obtenção de uma das maiores coberturas de vacinação contra febre aftosa do país (99,20% de índice vacinal contra febre aftosa na 2ª etapa de vacinação) assim como a eficiência vacinal, medida através de inquéritos;

- Abertura de novos mercados com o registro de 144 granjas de frango de corte no Estado do Tocantins conforme padrões exigidos na IN 56/2007 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, totalizando 131 granjas de frango de corte atualmente certificadas.

- Manutenção ou elevação do Status Sanitário do Estado, hoje, status C, para sanidade avícola, através da realização de 697 vigilâncias ativas, reuniões do Comitê Consultivo de Sanidade Avícola do Estado do Tocantins (Coesa), importante para o aumento da produção avícola como também da comercialização do produto;

- Com objetivo de apoiar o reconhecimento do plantel avícola industrial nacional como livre de IA e DNC, foi realizado o Inquérito Soroepidemiológico para avaliação de circulação viral de Influenza Aviária e Doença de Newcastle;

- Manutenção dos status sanitários já adquiridos para febre aftosa através de trabalhos epidemiológicos em propriedades rurais, preferencialmente em regiões de fronteira, lojas agropecuárias, eventos pecuários, controle do trânsito de animais,

- Rebanho bovino da Ilha do Bananal, 93.243 cabeças, vacinado em sua totalidade contra febre aftosa, em 335 retiros com realização da vacinação pelo serviço oficial;

- Atendimento eficaz e ágil a casos de estomatite vesicular e varíola em municípios do Estado, mantendo a comercialização dos produtos para outros mercados e demonstrando os trabalhos de vigilância realizados no Tocantins;

- Manutenção do controle da raiva nos herbívoros, sendo que foram realizadas 1.855 vigilâncias ativas no PECRH (Programa Estadual do Controle da Raiva dos Herbívoros) abrangendo 103 municípios ao longo do Estado, onde durante estas foram capturados 2.268 morcegos hematófagos, com 452 propriedades atendidas e 98 materiais coletados com suspeitas de raiva; instituição da vacinação do rebanho, anual e obrigatória, nos municípios de Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Ponte Alta do Tocantins, Monte do Carmo, Colinas do Tocantins, Bandeirantes do Tocantins e Palmeirantes.

- Indicação do Estado pelo Mapa para reconhecimento internacional de Área Livre de Peste Suína Clássica, devido às ações como: cadastramento e geolocalização de 466 propriedades

de maior risco para o programa de Peste Suína Clássica (PSC); realização de 903 vigilâncias ativas com inspeção de 23.086 suínos; cadastramento e geolocalização de 49 granjas comerciais de suínos e Inserção de dados do inquérito soro epidemiológico de PSC no Sistema de Vigilância; elaboração e envio do relatório anual do sistema de vigilância sanitária para PSC; realização do curso de Emergência Sanitária em Suínos em Paraíso do Tocantins, com participação de 40 inspetores de defesa agropecuária; Treinamento sobre legislação de trânsito de suínos em Araguaína, em junho de 2015, com participação de 22 fiscais agropecuários; treinamento de fiscais agropecuários sobre legislação de trânsito de suínos; reunião com supervisores técnicos da área animal e participação em reuniões nacionais ;

- Êxito na auditoria da SFA/TO para avaliar o sistema de vigilância sanitária nos postos fixos da Adapec nas divisas com Pará e Maranhão;

- Controle efetivo de doenças dos eqüídeos onde foram realizadas 741 Vigilâncias Ativas no programa Pese; atuação rápida e precisa na contenção de focos de Mormo no município de Formoso do Araguaia, realizando-se investigação epidemiológica de áreas vizinhas; realização de treinamento teórico prático em Mormo Equídeo; elevação no número de cadastros de Médicos Veterinários aptos para coleta de material para possível diagnóstico de Mormo e Anemia Infecciosa Equina; implantação da vigilância das Encefalomyelites Equinas através de diagnóstico diferencial para outras encefalites;

- Avaliação positiva com cumprimento na íntegra da IN 24, segundo Nota Técnica do Mapa em relação ao caso de Mormo no município de Formoso do Araguaia;

- Saneamento de 29 propriedades para Anemia Infecciosa Equina, ficando estas “livres” da doença.

- Visando a saúde alimentar, foram intensificadas as fiscalizações e supervisões técnicas nos 25 estabelecimentos registrados (Serviço de Inspeção Estadual) sob Inspeção periódica e permanente como frigoríficos, laticínios e entrepostos cárneos, perfazendo durante o ano em 1.550 fiscalizações;

- Com a finalidade de coibir a venda de produtos impróprios para o consumo, foram interditados 5 (cinco) estabelecimentos e inutilizados 7.459,10 kg de produtos de origem animal através das ações de combate à clandestinidade nos diversos municípios do Tocantins, inclusive trânsito interestadual (Barreiras fixas de fiscalização).

- Adesão do Estado do Tocantins ao Sisbi/POA - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal que permitirá às empresas registradas no Serviço de Inspeção Estadual e Municipal ampliarem a comercialização de seus produtos para todos os Estados da Federação.

- Manutenção e melhoria de “status” sanitários no Estado do Tocantins aumentando assim a possibilidade de comércio a nível estadual, nacional e até mesmo internacional através da realização de fiscalizações rotineiras em seus postos fixos de fiscalização, onde foram realizadas 35.869 fiscalizações de veículos transportando produtos de origem animal e 41.693 veículos que continham 1.085.647 bovídeos, 6.543 ovinos, 577 caprinos, 1.701.776 animais aquáticos, 53.288 suídeos, 159.937.298 aves e ovos férteis e 10.244 eqüídeos. Mas além dos postos fixos existem as barreiras volantes que atuam tanto no trânsito Intraestadual como Interestadual. No presente ano foram registrados 4.060 veículos fiscalizados, que continham 175.616 animais, sendo 93.684 bovídeos, 403 ovinos, 21 caprinos, 1.500 animais aquáticos,

1.003 suídeos, 77.718 aves e 1.287 eqüídeos. Realização de 28.392 fiscalizações em 268 estabelecimentos revendedores de produtos veterinários, garantindo assim a qualidade dos produtos veterinários oferecidos ao consumidor. Fiscalização dos estabelecimentos leiloeiros, eventos esportivos com a presença de animais e exposição de animais, sendo que foram fiscalizados 752 eventos pecuários sendo 633 leilões/feira, 83 eventos esportivos e 36 exposições.

- Foram credenciados 26 empresas/recintos leiloeiros, demonstrando o aumento da atividade pecuária no Estado.

- Quatro propriedades no Estado encontram-se em processo de Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV); sendo uma das exigências para abertura de novos mercados como o da União Europeia;

- Visando a Educação Sanitária da comunidade tocantinense, foram realizadas mais de 900 palestras em 2015, tendo uma evolução de cerca de 300% em relação ao ano anterior, fruto da implantação do Projeto de Padronização de Palestras, que contou com mais de 16.000 cidadãos conscientizados e educados no Estado. A Educação Sanitária, ferramenta primordial no serviço de Defesa Sanitária também foi levada aos servidores do órgão através de reuniões técnicas mensais, cursos de capacitação e atualização, contabilizando mais de 360 servidores capacitados no ano.

- Adapec presente em eventos como a Agrotins, levando conhecimento à comunidade nas áreas vegetal e animal; realização de abertura das campanhas de combate à febre aftosa, nos meses de maio e novembro de 2015, contribuindo para os elevados índices de vacinação conquistados.

- Realização do Projeto Inspetor Júnior contemplando 900 alunos do ensino fundamental das escolas públicas rurais e urbanas da rede municipal e estadual do Tocantins, palestras e atividades extracurriculares foram ministradas com o objetivo de divulgar a necessidade de consumir produtos de origem animal seguros, bem como disseminar as informações sobre as zoonoses e toxinfecções que podem ser adquiridas por meio do consumo de produtos não inspecionados.

3. Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins

Com o intuito de fortalecer o setor rural e principalmente a agricultura familiar do Estado do Tocantins, o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, o Ruraltins não mediu esforços para alcançar seus objetivos, vez que, apesar das adversidades encontradas neste percurso, não intimidaram seu corpo de servidores.

Neste ano foi implantado o Sistema de Gerenciamento dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Rurater, o qual se trata de um banco de dados com as principais informações do produtor rural atendido pelo Ruraltins, bem como os detalhes deste atendimento, prestando informações em tempo real, através da internet. Neste sistema, já se encontram cadastradas mais de dez mil unidades familiares, mais de 3.200 projetos de crédito rural que somam mais de R\$ 121 milhões; mais de 9.900 unidades familiares atendidas em cerca de 12.650 atendimentos realizados pelos servidores do órgão.

Em parceria com a Embrapa e outras entidades, vem sendo executados os programas ABC TO e ABC Leite, os quais têm como principais tecnologias a serem desenvolvidas e divulgadas a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, o Plantio Direto, a

Recuperação de Pastagens Degradadas e o Plantio de Florestas, sendo que este trabalho levou o Estado do Tocantins a ser referência nacional dos programas, possuindo 36 unidades de referência tecnológica, executadas com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, na ordem de R\$ 200 mil, sendo que para o próximo ano, devido ao sucesso encontrado aqui, este recurso aumentou para R\$ 1.016.085,50. Com este mesmo Ministério, está sendo executado um convênio no valor de R\$ 2,91 milhões, sendo que já foram entregues 70 tanques de resfriamento de leite.

Com a entrada de novos servidores no órgão através do último concurso público, se fez necessário a capacitação de 90 novos extensionistas que só foi possível devido ao convênio firmado entre o Ruraltins e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA no valor de R\$ 202 mil, possibilitando assim o melhor atendimento aos produtores rurais tocantinenses, os quais no início do ano de 2015 correspondiam a apenas 13% de propriedades com Cadastro Ambiental Rural – CAR executados, e que ao final deste mesmo ano já são 43%, e que a maioria destes foram feitos através do Ruraltins.

Já em relação ao Compra Direta, foram atendidas 820 entidades assistenciais, 216.924 pessoas em 119 municípios injetando mais de R\$ 7.000.000,00 na economia do Estado, beneficiando mais de 1.400 produtores tocantinenses.

No ano de 2014, o Ruraltins foi o vencedor de três lotes da chamada pública da Agroecologia promovida pelo MDA, que estão sendo executadas no ano de 2015, tendo R\$ 6.500.144,63 em recursos para serem beneficiadas 1.250 famílias de 26 municípios do Estado.

Com recursos próprios, estão sendo adquiridos 60 notebooks no valor de R\$ 240.000,00 e 120 aparelhos de GPS no valor de R\$ 140.000,00 e ambos já estão em processo de licitação.

O Ruraltins participou, ainda, da chamada pública do Incra, a qual era composta de 12 lotes, sendo que destes ganhamos sete, no valor de R\$ 15.752.190,30, que beneficiará 8.395 famílias assentadas em 129 projetos de assentamento de 38 municípios.

Para que a instituição possa ter condições de executar os lotes desta chamada pública e atender as necessidades da população no que tange à execução de políticas públicas, principalmente no meio rural, o Ruraltins buscou recursos para equipar sua estrutura física que há anos está em condições precárias, e para isto buscou e conseguiu o apoio da Assembleia Legislativa do Estado com o intuito de arrecadar R\$ 3,6 milhões em emendas parlamentares para a conclusão da sede do órgão na capital.

Ainda para a reestruturação da instituição, existem R\$ 1,2 milhões oriundos do MDA, destinados à aquisição de 40 veículos, os quais serão licitados no dia 04/01/2016.

Buscou-se também o apoio do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, no valor de R\$ 3,5 milhões, sendo estes, R\$ 2,25 milhões para reestruturação, R\$ 350 mil para os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, R\$ 150 mil para capacitação de técnicos e R\$ 250 mil para capacitação de produtores.

Apesar do contingenciamento das despesas, o Ruraltins realizou o pagamento de R\$ 5.837.684,00 de dívidas da gestão anterior, procurando manter o bom relacionamento com os fornecedores e o atendimento dos cidadãos tocantinenses.

4. Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins

O Programa de Regularização Fundiária compreende as seguintes ações: Promoção do Levantamento da Situação Fundiária Estadual; Desapropriação de imóveis e Legalização de imóveis rurais, onde esta última é a ação prioritária deste Instituto de Terras.

A Regularização Fundiária finaliza-se com a emissão do Título Definitivo de Domínio. No processo de regularização são também emitidas Licenças de Ocupação (autorização para exploração de terras públicas). A expedição de tais documentos requer estrita observância às Instruções Normativas e à Legislação Fundiária em vigor e aplicável ao assunto.

No exercício de 2015, foram expedidos 40 títulos Definitivos de Domínio, perfazendo uma área de 12.223,4720 ha famílias de pequenos e médios produtores rurais em 17 municípios tocantinenses, bem como estão prontos a serem emitidos mais 12 títulos definitivos que beneficiará mais 15 famílias de pequeno e médios produtores rurais nos diversos municípios tocantinenses, e mais 60 títulos em fase final, já com trabalhos de georreferenciamento e vistorias realizadas in loco. Tramitam neste Instituto de Terras 2.114 processos finalísticos para fim de regularização fundiária, dos quais 609 com atos iniciais abertos apenas em 2015.

VI – Infraestrutura, Transporte, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano

1. Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos

A Secretaria da Infraestrutura tem como missão formular e implantar soluções integradas de infraestrutura pública com segurança, conforto, eficiência e comprometimento com o desenvolvimento sustentável do Tocantins.

Mesmo com a contenção de despesas instituídas pela administração pública, a promoção de obras públicas compatíveis às demandas da sociedade, bem como à salvaguarda do meio ambiente e do patrimônio artístico, histórico-cultural também estiveram presentes nas ações desenvolvidas ao longo do ano.

Buscou-se corrigir um viés histórico com mudanças na modelagem institucional, dentro de uma visão sistêmica, dotando-a de autoridade, representatividade e capacidade técnica para exercer suas funções sob estruturas organizacionais mais modernas e enxutas, expressas na Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015.

Lastreada naquele diploma legal, procurou-se fortalecer as superintendências e diretorias de Obras Públicas bem como a Intermodal de Transporte e Infraestrutura incentivando ações específicas a fim de otimizar o uso das vantagens comparativas de cada modal bem como formular e implementar ainda as políticas públicas de mineração e energia cumprindo com diligência as diretrizes estratégicas preestabelecidas em conformidade com o planejamento estratégico.

À Secretaria da Infraestrutura cabe racionalizar a execução de obras nos diversos setores da administração estadual, evitando a criação de setores de engenharia em cada órgão do governo para execução de obras. Entretanto, salientamos que devido alguns entraves burocráticos que regem as licitações públicas, muitas das execuções físicas de obras serão aportadas para o exercício de 2016.

Ainda com relação à Secretaria da Infraestrutura, relevantes ações podem ser destacadas no ano de 2015:

- Foi realizada a reforma do Estádio Nilton Santos, sendo aproximadamente 8.000 m² para realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas;

- Manutenção de 571.000 m² referente ao piso em pedra portuguesa da Praça dos Girassóis;

1. Entrega de 250 unidades habitacionais construídas pelo Pró-Moradia na ARSO 131;



2. Obras de drenagem concluídas no empreendimento da Arso 131 e obras de pavimentação em fase de conclusão;



3. Retomada das obras do Minha Casa Minha Vida 1, paralisadas desde 2012, com 105 unidades já entregues;



4. Lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 2, já em sua segunda etapa com 476 apartamentos em Palmas disponibilizados para comercialização com condições facilitadas de financiamento para servidores públicos municipais, estaduais e federais, modalidade na qual o Tocantins foi pioneiro;



5. Doação de seis áreas urbanas na ALC NO 33 para as entidades Associação de Moradores da Quadra 407 Norte (Asmarno), Associação das Costureiras do Estado do Tocantins (Assomoda), Associação de Apoio à Organização Popular de Moradia (AAOPM), Associação Tocantinense de Preservação Ambiental e Valorização da Vida (Ecoterra), Associação Estadual de Apoio à Moradia Urbana e Rural (Aedamur) e Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins (Facomto) para construção de 2.262 unidades habitacionais;



6. Início do processo de regularização fundiária do Programa PPI - Favelas " Quebradeiras de coco " com levantamentos cartorários, cadastro social e topográficos nos municípios de Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Praia Norte, Sítio Novo do Tocantins e São Miguel do Tocantins ;



É importante registrar, que no ano de 2015 iniciamos as atividades tão somente no mês de abril, oportunidade em que foram feitas a composição, eleição e posse dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Mineratins. Lembramos, que o ano de 2015 foi de intensa crise econômica, devido ao ajuste fiscal que o Governo propôs implementar. Com

a instabilidade na economia, tivemos uma retração nos nossos planos, culminando com a ausência de pesquisas e fomento da atividade minerária, que é o nosso foco.

Não obstante a tudo isso, envidamos todos os esforços no sentido de diminuir a dívida contraída pela Mineratins em gestões anteriores, notadamente a dívida da arrendatária da jazida de calcário de propriedade da Mineratins localizada em Guaraí (processo- DNPM 864.206/2004).

Registramos, que a arrendatária “Guaraí Engenharia Indústria e Comércio Ltda.” contraiu essa dívida originária de Compensação Financeira sobre Produtos Minerais – Cefem, tendo a Mineratins como devedora solidária de referida dívida. Atualmente, a dívida encontra-se acima de R\$ 2 milhões. Entretanto, após gestões feitas junto ao DNPM-TO, referido débito caiu para menos de R\$ 155 mil, em virtude da ocorrência da prescrição e decadência do crédito tributário.

Informamos que, estamos parcelando este débito em 60 parcelas iguais e sucessivas. Deve-se relatar, também, as dificuldades enfrentadas, as soluções encontradas, as alternativas propostas, bem como as expectativas para os períodos seguintes, identificando possíveis riscos e oportunidades na consecução de trabalhos no âmbito da mineração no Estado do Tocantins.

Vale salientar, que neste ano tivemos participações em congressos e seminários minerários.

2. Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – Dertins:

Ao Departamento de Estrada de Rodagem do Estado do Tocantins – Dertins, cabe formular, implementar, assegurar e avaliar políticas, normas, planos, programas e projetos, bem como soluções adequadas de transporte rodoviário de pessoas e bens e ainda, o sistema rodoviário estadual e sua integração com os modais, objetivando um desenvolvimento regional e socioeconômico.

Devido à extensão da malha rodoviária do Estado, o DERTINS, ao longo de vários anos, vem priorizando ações e investimentos nesta modalidade.

No ano de 2015 os trabalhos foram realizados através da mobilização de recursos para alcançar os resultados pretendidos, da articulação dos agentes na busca das melhores soluções para os pleitos setoriais e do equilíbrio nas decisões entre benefícios econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e ambientais.

Há de serem mencionadas ainda, as parcerias com entidades internacionais no sentido de desenvolver as ações que resultaram em efetivo apoio e desenvolvimento das rodovias estaduais:

- Conservação 68 km da malha rodoviária não pavimentada do Estado, Rodovias: TO-365, TO-030 e TO-255;

- Pavimentação de 11 km de rodovias no trecho Tocantinópolis a Ribeirão Grande e Araguatins a Buriti do Tocantins;

- Recuperação de 213 km de pontos críticos localizados nas rodovias tocantinenses – Trecho Dianópolis ao entroncamento da TO-110 e Entroncamento da TO-110 à divisa TO/GO;

- Recuperação de 437 km de rodovias estaduais referente à parceria com o Banco Mundial – Programa CREMA; Lote 1: Porto Nacional, Palmas, Lajeado, Miracema e Miranorte e Lote 2: Paraíso, Monte Santo, Divinópolis, Pium, Cristalândia, Nova Rosalândia, Pugmil e Lagoa da Confusão;

- Parceria com o Banco Mundial para execução do Plano Estadual de Logística e Transporte - PELT;

- Parceria com o Banco Mundial para eliminação de pontos críticos, especialmente em cursos d’água, com a construção de obras de arte (pontes, galerias e bueiros) em aproximadamente 1.039 km de estradas vicinais, abrangendo 72 municípios tocantinenses nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste;

- Parceria com a Caixa Econômica Federal para execução de 242.352 m² de pavimentação e 23.557 metros lineares de drenagem nas vias urbanas das quadras 307 Sul, 309 Sul e 407 Sul em Palmas, setor Itaipu no município de Araguaína, setor Santa Rosa no município de Colinas e Porto Nacional.

3. Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR

A ATR elaborou o Projeto “Ações de Assistência Técnica, Elaboração de Estudos e Captação Técnica em Regulação e Fiscalização de serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário”, que foi selecionado entre os melhores do Brasil por meio de uma chamada pública, de nº 033/2015, do Ministério das Cidades, através da Secretária Nacional de Saneamento e do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas (Interáguas). O projeto tem como objetivo estudos que levarão a ATR a definir uma tarifa justa dos valores aplicados à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e respostas aos questionamentos dos usuários.



Gerência de Saneamento

Fonte: Assessoria de Comunicação ATR



Gerência de Fiscalização

Fonte: Assessoria de Comunicação ATR

A Gerência de Saneamento, no exercício de 2015, objetivamente se concentrou na fiscalização do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, no atendimento à Denúncias protocoladas na Ouvidoria Geral do Estado. No período até a presente data, foram atendidas 192 (cento e noventa e duas) reclamações de usuários relacionadas à prestação de serviços da concessionária Odebrecht Ambiental/Saneatins, atendimento que consiste a averiguação e determinação na aplicação das resoluções, como também à análise da qualidade da água quando relacionada à reclamação. No período foram emitidos 16 (dezesseis) Termos de Notificações e 5 (cinco) Autos de Infração. Foi realizado trabalho de cadastramento de usuários com famílias que se enquadram nos critérios estabelecidos para o benefício da Tarifa Social, atividade realizada em três bairros do município de Palmas. Para este trabalho, também, foi realizada inspeção relacionada à qualidade da água. A equipe de fiscalização da ATR esteve presente nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, realizado na cidade de Palmas, atuando na análise e controle da qualidade da água para consumo. Salientamos, ainda, que, atualmente, o setor está realizando de forma precisa o levantamento da base de ativos da Odebrecht Ambiental/Saneatins para contabilização dos bens públicos e para compor a análise de cálculo tarifário, desde já omissa em nossa base de dados.

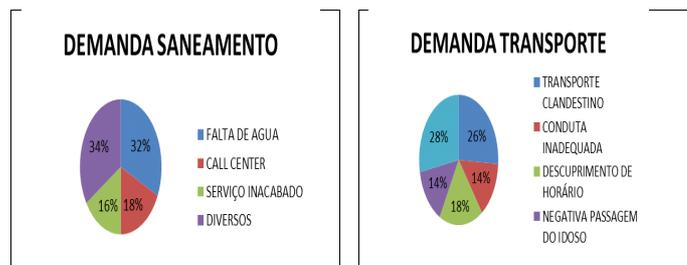
Na área de Fiscalização do Transporte Público Intermunicipal de Passageiros, ocorreu a elaboração do planejamento e

acompanhamento físico e orçamentário no intuito de assegurar à população qualidade e eficiência sobre os serviços públicos, elaboração do fluxograma no tratamento do Processo de notificações, nova metodologia no fluxo de demandas provenientes da Ouvidoria Geral do Estado, com trâmite via e-mail, dando celeridade e economia no retorno ao cidadão; Padronização dos relatórios operacionais emitidos pela fiscalização, melhorando o processo de tomada de decisão; formulário de coleta de dados estatísticos, com envio por meio eletrônico, possibilitando maior aproveitamento na formatação de informações em tempo hábil à gestão.

Conforme demonstração do quadro abaixo, segue as operações volantes (para emprego imediato) ou de Comando (através de Ordem de Serviço), realizadas neste exercício com a respectiva quantidade de notificações de infração, conforme quadros abaixo:

Nº	ABRANGÊNCIA	MÊS/15	MÊS	QUAT. DE NOTIFICAÇÕES DE INFRAÇÃO
01	Todas as Regionais - Operação Carnaval – Abrangendo todas as regionais de fiscalização e cidades circunvizinhas.	FEV	JAN	129
			FEV	385
02	Regional de Dianópolis - Almas, Taguatinga, Peixe, São Valério, Natividade, Silvanópolis e Novo Alegre.	MAR	MAR	239
			ABR	233
03	Operação Bico Seguro – Abrangendo os 25 (vinte e cinco) municípios do Bico do Papagaio.	ABR	MAI	123
			JUN	66
04	Todas as Regionais - Operação Férias Segura – Abrangendo todas as regionais de fiscalização e cidades circunvizinhas.	JUL	JUL	212
			AGO	76
05	Regional de Araguatins – Abrangendo as cidades circunvizinhas.	SET	SET	51
			OUT	71
06	Regional de Gurupi - Abrangendo as cidades circunvizinhas.	NOV	NOV	90
			DEZ	45 até o momento
07	Regional de Araguatins – Abrangendo as cidades circunvizinhas.	DEZ		

A Ouvidoria da ATR recebeu até a presente data 191 demandas oriundas de transporte, e 242 (duzentas e quarenta e duas) demandas de saneamento, tendo sido realizadas diversas fiscalizações nas quais foram notificadas as permissionárias e concessionárias denunciadas, conforme demonstrativo:



A Gerência de Terminais Rodoviários, no desempenho de suas funções, realizou chamamento público para a habilitação de instituições privadas ou públicas com interesse em administrar os terminais rodoviários do Estado, sendo beneficiários os municípios de Formoso do Araguaia, Gurupi, Colinas e Araguatins.



Gerência de Terminais Rodoviários
Fonte: Folha do Bico

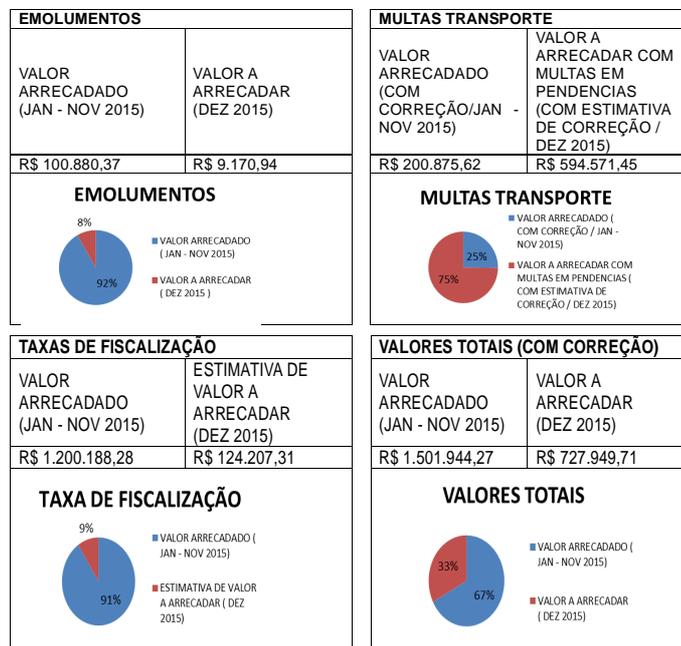
A Diretoria de Regulação foi desvinculada da Diretoria de Fiscalização, no objetivo de subsidiar o sistema regulatório do órgão, resultando na consolidação das resoluções referente ao Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros. O diagnóstico da demanda do Transporte Semiurbano de Passageiros no entorno de Palmas permitirá a implantação da modalidade de transporte semiurbano beneficiando o usuário que diariamente transita entre os municípios da região de influência de Palmas. No 3º trimestre a ATR realizou uma mobilização para o recadastramento dos veículos e linhas de transporte rodoviário, com o objetivo de atualizar as informações referentes ao Sistema de Transporte Intermunicipal, a atualização da base Cadastral do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Tocantins, considerando a necessidade de revisão e adequação das resoluções, a proteção e o acesso ao idoso, a proteção, inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, buscando constantemente a eficiência na prestação dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal.



Diretoria de Regulação

Fonte: Assessoria de Comunicação ATR

A Gerência de Arrecadação com o objetivo de desenvolvimento de Instrumentos para Melhorias de Arrecadação obteve alguns êxitos em sua arrecadação frente às ações de fiscalização e atualização cadastral dos permissionários, conforme demonstrativo:



No setor de Tecnologia da Informação da ATR, iniciou o desenvolvimento de uma nova Plataforma Web, que vai proporcionar ao cidadão consultar horários, tarifas, itinerários e seccionamento do transporte público intermunicipal, através da internet. No futuro o modelo evoluirá para demonstração em tempo real dos veículos e sua posição geográfica instantânea, ou seja, o usuário poderá acionar mecanismos de visualização em tempo real, de onde o ônibus se encontra, sabendo exatamente o tempo e local de chegada.

4. Agência Tocantinense de Saneamento – ATS

A Agência Tocantinense de Saneamento tem como objetivo garantir a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, através de um conjunto de atividades que propicie a população tocantinense acesso ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e dos resíduos sólidos de forma integrada contribuindo com a melhoria da saúde pública e da qualidade de vida através de processos-padrão e de inovadores dos serviços em saneamento, contribuindo com as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental integrando a saúde pública as políticas nacional e estadual de saneamento básico por meio do controle social e da qualidade dos serviços prestados em sua área de atuação.

No presente exercício a Agência Tocantinense de Saneamento procurou focar suas atividades em duas frentes sendo: A operacionalização e manutenção dos sistemas de saneamento básico; Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário.

No âmbito das ações estratégica de operacionalizar e realizar as manutenções nos sistemas de saneamento básico em todos os municípios em que a ATS possui a concessão dos serviços, conseguimos atingir ao longo de 2015 as seguintes metas: executamos ao longo de 2015, 36 mil metros de rede de distribuição de água - RDA, onde 2.579 famílias foram beneficiadas com abastecimento de água em todos os municípios onde possuímos concessão dos serviços com aplicação de recursos próprios; recuperamos o sistema de abastecimento de Itapiratins que estava há mais de três anos sem água. Fizemos a perfuração de um poço tubular profundo e adutora com investimento na ordem de R\$ 320 mil; realizamos um trabalho de recuperação da barragem no município de Pium e Divinópolis, esta barragem é utilizada para captação de água para abastecimento da zona urbana do município com investimentos na ordem de R\$ 250 mil reais que beneficiou e normalizou o fornecimento de água potável; Realizamos no município de Mateiros, região do Jalapão, a construção de todo o sistema de tratamento, reservação, distribuição e hidrometração de água. Este sistema irá atender a zona urbana no município, levando água tratada para toda comunidade, com investimentos na ordem de R\$ 500 mil.

Em virtude do período de estiagem, no município de Chapada da Natividade realizamos a perfuração de um poço tubular profundo, construção da rede da adutora, urbanização e reforma no sistema de distribuição de água para atender os moradores, com valores que na ordem de R\$ 66 mil. Estamos em fase final de licitação de 80 poços, 80 novos reservatórios e 80 mil metros de rede de distribuição de água, onde aproximadamente, 42 mil famílias serão beneficiadas com recursos de aproximadamente R\$ 26.771.191,00 (vinte e seis milhões, setecentos e setenta e um reais e cento e noventa e um reais) recursos próprios da ATS.

Para melhorar as condições de abastecimento e vazão dos poços tubulares profundos, que realizam o abastecimento de água

em vários municípios em que a ATS possui a concessão dos serviços de abastecimento de água, está em fase de licitação a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos sistemas. Os recursos que serão aplicados serão de R\$ 3.694.397,00 (três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais) recursos próprios da ATS.

Concomitante, está sendo realizado o aperfeiçoamento de todo sistema de tratamento de água nas nossas unidades de saneamento, por meio da aquisição de 150 (cento e cinquenta) equipamentos dosadores de cloro e flúor garantindo a boa qualidade dos serviços prestados por esta autarquia nos municípios em que temos a concessão dos serviços, com aplicação de recursos na ordem de R\$ 881.100,00 com recursos próprios da ATS.

Na estratégia de combater a seca, principalmente na região sudeste do Estado, aperfeiçoamos a entrega e instalação dos sistemas individuais de armazenamento de água, que são as cisternas do programa Água Para Todos em parceria com o Governo Federal. Neste exercício já atingimos a marca de 5.100 (cinco mil e cem) cisternas instaladas, um aumento de 47%, em relação a gestão anterior, sendo que até o início de 2015 tinham apenas 1.400 cisternas instaladas.

Em 2015 o Governo Marcelo Miranda, por meio da Agência Tocantinense de Saneamento, investiu o montante de R\$ 26.734.162,00. Paralelamente executamos a operação com caminhões pipa, nos 32 municípios, em ação emergencial da região Sudeste, onde atendeu aproximadamente 3.200 famílias da zona rural com recursos aplicados na ordem de R\$ 3.797.837,00 de recursos próprios da ATS.

Para o enfrentamento do grave problema de falta de esgotamento sanitário em várias cidades do Estado do Tocantins, principalmente nos municípios em que temos a concessão dos serviços de saneamento básico – tratamento de água e esgoto. A Agência Tocantinense de Saneamento firmou com a Fundação Nacional de Saúde – Funasa, convênio para beneficiar 15 municípios: Aurora, Angico, Abreulândia, Aragoimas, Fortaleza do Tabocão, Piraquê, Pugmil, Rio dos Bois, Sandolândia, Riachinho, Santa Terezinha, São Bento, Sucupira, Bandeirante e Itapiratins, com coleta, rede e tratamento do esgoto, com recursos de aproximadamente R\$ 55.722.735,00.

Na área de gestão administrativa, no exercício financeiro de 2015, esta gestão realizou a regularização de débitos da gestão anterior, que totalizaram mais de R\$ 15 milhões em serviços prestados na área de Saneamento e processos de prestadores de serviços.

VII – Meio Ambiente

1. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ações de destaque que foram implementadas pela secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos no decorrer do exercício de 2015:

- A construção de 3.564 Barraginhas na Região Sudeste do Estado do Tocantins, para conter as enxurradas, erosões e assoreamento dos corpos d'águas bem como recarregar o lençol freático e a médio e longo prazo perenizar os pequenos rios e ribeirões das sub-bacias da região.

- A 6ª Semana Estadual da Água, realizada com instituições parceiras, em comemoração ao Dia Mundial da Água, trouxe como tema: “Água e Sustentabilidade em Tempos de Escassez”.

• A inauguração da sala de situação da Defesa Civil que é responsável pelo monitoramento dos quatro reservatórios das usinas hidrelétricas presentes no Estado, dos municípios em situação de estiagem ou em regiões propícias a enchentes, como também dos focos de calor e incidência de queimadas. A sala foi instalada na Sede da Defesa Civil, em Palmas.

• Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica do Programa Qualiágua junto ao governo federal. O Programa estimula a realização e divulgação de dados de qualidade de água (Qualiágua), no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA).

• A realização do Projeto Praia Consciente foi desenvolvido durante toda Temporada de Praias 2015. Durante a temporada foram desenvolvidos trabalhos de monitoramento, educação, orientação e interação com a comunidade e turistas relacionando-os e apresentando-os mecanismos de sensibilização ambiental e de proteção das águas. O objetivo foi implementar ações de educação ambiental no sentido de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, utilizados nas ações de turismo, lazer e esporte.

• Como parte das comemorações ao Dia da Árvore, comemorado no dia 21 de setembro, em parceria com Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária foram realizados o ciclo de palestras: Dia da Árvore - “A importância da Conservação e da Produção de Florestas no Estado do Tocantins”. Durante o evento foram distribuídas várias espécies de sementes de árvores nativas. O objetivo foi debater sobre a importância de preservar as árvores existentes e produzir mais florestas.

• Com o tema “Queimadas: Prevenção e Controle”, o Governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria da Educação e Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), realizou no dia 1º de junho, a 21ª Semana do Meio Ambiente do Tocantins. O evento acontece em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 05 de junho, e ao Dia Nacional da Educação Ambiental, 03 de junho. Neste ano, a programação foca na mobilização e conscientização social em prol da prevenção e controle das queimadas.

• Execução da primeira etapa para elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), através das oficinas regionais, que foram realizadas em 18 macrorregiões: Augustinópolis, Araguatins, Tocantinópolis, Goiatins, Araguaína, Xambioá, Colinas, Guaraí, Pedro Afonso, Novo Acordo, Paraíso do Tocantins, Palmas, Gurupi, Natividade, Dianópolis, Taguatinga, Arraias e Parana. As oficinas atenderam todos os 139 municípios do Estado.

• Realização do *Workshop* para o estabelecimento de Metas para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), na regional de Palmas. Durante o evento foram debatidos temas estratégicos como: Mudança do uso da terra, Florestas, Desmatamento, Queimadas, Resíduos Sólidos, Energia Renováveis e Indústrias. Os workshops aconteceram também nas regionais de Gurupi, Dianópolis, Araguaína e Araguatins e contou com a participação de representantes dos 139 municípios do Estado.

• O Projeto Manejo Integrado do Fogo é uma ação contínua do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que aponta que as queimadas sejam feitas fora dos meses de julho a outubro, época de estiagem, onde a biomassa do Cerrado está mais seca e a precipitação de chuvas é

menor. Neste período a intensidade do fogo é maior e as condições para que as queimadas se tornem um grande incêndio são mais propícias. Por este motivo, o projeto incentiva o produtor rural a praticar a queima prescrita, realizada durante os meses de maio a junho, período onde a biomassa ainda está verde, o fogo é menos intenso e as condições de recuperação das plantas é melhor e mais rápida. A intenção é minimizar o impacto e a intensidade dessas queimadas, delimitar áreas de proteção e diminuir a emissão de gás carbônico na atmosfera.

• Assinatura do convênio com o presidente da Associação Anjos da Selva, que visa atuação de 120 brigadistas civis, no combate aos incêndios em regiões de maior incidência de queimadas, no Estado do Tocantins.

• Apoio à implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR em 96 municípios do Estado por meio do Projeto CAR - Tocantins Legal, o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle do desmatamento, a implantação do programa de descentralização da gestão ambiental estadual nos municípios integrantes do bioma Amazônia e o desenvolvimento de pólo sustentável do Estado. Foram executadas neste ano as seguintes ações: aquisição de seis veículos tipo camionete 4x4 para fortalecimento da fiscalização e acompanhamento das ações do Projeto; Aquisição de imagens de alta resolução do ano de 2015 para atualização da base cartográfica temática do CAR e apoio na realização de 19.491 cadastros, totalizando uma área de 8.124.012 Km², sendo que, no ano de 2015, 16.041 cadastros foram concluídos e abrangeram uma área de 6.597.700 Km² dentro do Estado.

2. Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins

Avanços em Destaque:

• Garantia de segurança jurídica para produtores rurais que investem na produção agropecuária, com o realinhamento técnico de procedimentos de regularização de reservas legais no Estado.

• Força tarefa no julgamento de autos de infração bem como o registro em dívida ativa daqueles autuados que não manifestaram desejo de promover a negociação de seus passivos.

• Saneamento financeiro do Naturatins com redução de débitos de 01/01/2015 de R\$ 2.322.050,83 para R\$ 306.075,87 em 31/12/2015, com fornecedores e diárias, com tendência de alta na arrecadação do Instituto.

• Reestabelecimento de parcerias estratégicas com Ibama, Ministério Público Estadual e Federal, dentre outras 11 novas firmadas no ano de 2015.

• Definição do Planejamento Estratégico do Naturatins.

Desafios:

• Analisar os mais de cinco mil Cadastros Ambiental Rural considerando o fim do prazo para adesão voluntária ao mesmo.

• Aprovar a Lei Estadual de Vegetação Nativa frente aos desafios da COP21 nas estratégias de restauração ambiental.

• Implementar o Naturatins On Line, onde todos os processos administrativos de controle ambiental serão digitais.

• Garantir sustentabilidade financeira do Naturatins compatibilizando o serviço prestado a sociedade com seus custos operacionais.

• Aumentar eficiência e eficácia na emissão dos atos administrativos, reduzindo o período de espera em pelo menos 50% ao final do governo.

2.1. Ações desenvolvidas na área técnica

I – *Gestão do licenciamento ambiental* – no licenciamento ambiental, mesmo com a crise econômica do país, mantivemos os mesmos números de 2014 no que refere-se ao deferimento de licenças ambientais, demonstrando a contribuição do Naturatins para que a atividade econômica não encontre na área ambiental uma desculpa para seu desenvolvimento;

II – *Gestão dos recursos florestais* – foram identificados desvios de conduta no modo operante de alguns setores de controle ambiental, que não obstante aos prejuízos ambientais de atos do governo passado, certamente comprometia seriamente a imagem do Estado do Tocantins perante o cenário nacional. Esses desvios foram denunciados por meio da Ouvidoria Geral do Governo do Estado, e quando apurados na presente gestão, o modo operante de análises e procedimentos de aprovações de atos irregulares de aprovações de desaverbação de reservas legais com posterior relocação indevida em áreas de compensação foram imediatamente suspensas. O Naturatins liderou ainda a elaboração da proposta de Lei da nova Política Estadual Florestal aprovada pelo Coema/TO, bem como está capitaneando o processo de elaboração da Instrução Normativa do CAR, do Programa de Regularização Ambiental - PRA e dos respectivos Termos de Compromisso, para posteriores regulamentações no início de 2016;

III – *Gestão dos recursos hídricos* – um dos avanços significativos em 2015 foi o processo de capacitação dos servidores que atuam na gestão Recursos Hídricos e Fiscalização/Monitoramento, que vem possibilitando fortalecer as ações de Cadastro de Usuários nas bacias prioritárias de gestão do estado, bem como a discussão das leis sobre recursos hídricos junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH;

IV – *Monitoramento Ambiental* – a Comissão de Julgamento de Autos de Infração foi destaque na atuação do Naturatins este ano, com o reforço da equipe técnica obtivemos resultados satisfatórios, avançando consideravelmente no quesito produtividade. Nesse viés está sendo trabalhado pela equipe a rotina de atividade em relação à inscrição dos autuados na dívida ativa estadual. Com as ações de monitoramento também permitiu mapear e quantificar 53.125 hectares de desmatamento supostamente ilegal de vegetação nativa no Estado. Esses dados geraram procedimentos para subsidiar ação fiscalizatória.

IV – *Fiscalização e Inspeção Ambiental* – foram debruçadas em atendimento a 897 denúncias, emissão de 703 autos de infração, totalizando o valor de R\$ 42.310.245,48 (quarenta e dois milhões, trezentos de dez mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Um destaque que deve ser evidenciado é a implementação da emissão de carteiras de pesca no formato online que estará disponível a partir do ano de 2016.

V – *Educação Ambiental* – Por meio do apoio aos protocolos municipais de controle do uso do fogo, foram desenvolvidos junto aos municípios e líderes dos segmentos sociais a elaboração do documento de prevenção das queimadas incontroladas. Foram implantados nove Protocolos do Fogo e renovados oito. O Programa Ambiente-se busca capacitar lideranças, produtores, servidores e diversos segmentos municipais sobre as sensibilização das questões ambientais para serem multiplicadores de informação.

VI – *Gestão das Unidades de Conservação* – no âmbito normativo garantiu-se a regulamentação de assuntos e temas relacionados a efetiva implementação dos planos de manejo das UCs: (i) uso de imagem em unidades de conservação; (ii)

voluntariado em unidades de conservação; (iii) pesquisa em unidades de conservação. Destaque a ser dado no uso e comprometimento dos recursos aprovados pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia - Arpa, referente ao Plano Operativo 2014/2015, no valor de R\$ 1.299.113,79 (um milhão duzentos e noventa e nove mil, cento e treze reais e setenta e nove centavos).

O Estado do Tocantins na execução desse importante projeto junto ao Ministério do Meio Ambiente e doadores internacionais é referência dentro da Amazônia. Ainda em 2015 foi inaugurada a sede do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas. Finalmente, vale destacar o trabalho realizado na prevenção e combate a incêndios nas Unidades de Conservação, que com a contratação de quatro brigadas, juntamente com um plano integrado do manejo do fogo, permitiu reduzir os índices de queimadas nas unidades.

2.2. Ações desenvolvidas na área meio

I – *Reestruturação do Instituto* – um dos objetivos do Naturatins no Governo é promover uma reengenharia na gestão ambiental, que passa necessariamente pela modernização do Naturatins, garantindo-se que as atividades autorizadas pelo órgão estejam de acordo com a legislação vigente, ocorram de forma ágil e possam ser monitoradas de forma eficiente, aliando tecnologia e um quadro de técnicos capacitados. Assim, o Naturatins dará uma resposta diferenciada na gestão dos recursos naturais para o país. Essa modernização deverá atender às prementes demandas que virão da região denominada Matopiba, que certamente fomentará no Estado uma capacidade de atração de investimentos. Para tanto, é essencial nesse cenário, garantir a segurança jurídica e agilidade nos processos ambientais que serão pontos chaves na tomada de decisão dos investidores privados.

II – *Balanço Financeiro Naturatins* – em respeito aos Servidores do Naturatins, todas as pendências relacionadas com o pagamento de diárias foram totalmente sanadas, garantimos ainda que todas as unidades do Naturatins, estejam com suas condições de operação totalmente resolvidas, sem pendências relacionadas a condições básicas de funcionamento e atendimento ao público. Houve pagamento de 90% da dívida com fornecedores.

III – *Gestão de convênios* – apesar de grande parte dos convênios da área ambiental estarem centrados na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, promovemos uma força tarefa para garantir a plena execução dos convênios a cargo do Naturatins. Especialmente o PDRIS o Naturatins avançou naquilo que era de sua competência, e agora está na dependência da liberação orçamentária de contrapartidas ou efetiva liberação da mesma para avançar nos processos de contratação previstos no Plano de Aquisições, o que pode comprometer o alcance dos resultados pactuados com Banco Mundial. No que refere-se a revisão de meio termo o Naturatins obteve sinalização positiva para agenda de ações apresentadas para modernização do Instituto.

2.3. Naturatins em Números – Atos emitidos em 2015

ATO ADMINISTRATIVO	TOTAL
ANUÊNCIA PRÉVIA	61
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA (DRDH)	2
DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE – DUI	161
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	251
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - APUC	8
AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO - AP	387
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL	118
AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS - ATPC	83

AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO - AP	387
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL - DDLAE	496
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE PISCICULTURA - DDP	19
LICENÇA DE INSTALAÇÃO	801
LICENÇA DE OPERAÇÃO	725
LICENÇA PRÉVIA	764
AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE FLORESTA PLANTADA	38
AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL - AEF	516
AUTORIZAÇÃO DE QUEIMA CONTROLADA - AQC	107
CERTIDÃO DE CONCESSÃO DE CREDITOS DE REPOSIÇÃO FLORESTAL	32
HOMOLOGAÇÃO DE AUTEX	62
CADASTRO INICIAL DE CRÉDITOS DE REPOSIÇÃO	22
TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS DE REPOSIÇÃO	267
HOMOLOGAÇÃO DE PÁTIO	40
AJUSTE ADMINISTRATIVO	15
LIBERAÇÃO DE OFERTA	28
LIBERAÇÃO DE PÁTIO	28
LIBERAÇÃO DE VEICULO	8
DECLARAÇÃO BIOMA AMAZÔNIA	28
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL - DDLAE	496
SUPLEMENTAÇÃO/APROVEITAMENTO MATERIAL LENHOSO	11
CERTIFICADO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CEAR	19
JULGAMENTOS	381
DECISÕES	08
CONTRADITAS:	17
DESPACHOS JULGAMENTOS	108
CERTIDÕES DE DÉBITOS	151
NOTIFICAÇÕES JULGAMENTO DE MULTAS	381
CARTEIRAS DE PESCA	2.646
RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO AMBIENTAL	301
PARECERES TÉCNICOS DE MONITORAMENTO	335
DENÚNCIAS ATENDIDAS	897
AUTOS DE INFRAÇÃO	703
TOTAL	11.908

a. *Atendimento político (prefeitos municipais e deputados).* O atendimento a demanda de prefeitos e deputados é uma constante na rotina do Naturatins, são demandas permanentes em termos de informações de rotinas da gestão ambiental, de demandas de licenciamento ambiental, de orientação aos cidadãos quanto a situações de regularização ambiental, dentre outros. O entendimento dessa gestão é garantir agilidade aos processos de controle ambiental para garantir que não sejam perdidos recursos provenientes de convênios federais, que dependem do licenciamento ambiental. Nesse sentido foram mais de noventa atendimentos junto a prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, secretários de estado e vereadores. Destaque ao atendimento a Prefeitos que somaram 53 atendimentos.

b. *Atendimento a demandas do Judiciário, Ministério Público.* As demandas do Judiciário e Ministério Público vem aumentando significativamente, no sentido de requerer vistorias, pareceres técnicos, fiscalização, requerimento de informações de processos que tramitam no Naturatins, e outras informações. Neste ano de 2015 foram mais de 380 ofícios recebidos gerando até agora mais de 220 ações administrativas do Naturatins para atendimento as requisições. O quadro abaixo demonstra a demanda do presente ano:

Instituição	Requerimentos	Ações Administrativas
Justiça Federal	2	1
Justiça Estadual	33	17
Ministério Público Federal	46	31
Ministério Público Federal	286	164

c. *Parcerias formalizadas e em negociação* – o Naturatins é demandado por várias organizações publicas, privadas e não governamentais de realizar ações e projetos em parceria, em função da gama e diversidade da atuação do Instituto. Para ordenar o controle, registro e acompanhamento dessas parcerias está sendo concluído um Manual de Tramitação dos Termos de Cooperação Técnica e outros Acordos e a elaboração de Portaria que regulamenta a tramitação de Termos de Cooperação Técnica.

VIII – Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Turismo e Cultura

1. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A então Agência de Ciência, Tecnologia e Inovação participou ativamente da Agrotins 2015, realizada do dia 05 ao dia 08 de maio, presente com um stand institucional durante os dias do evento, com público estimado de 101 mil participantes, valor este superior ao evidenciado em edições anteriores deste evento.

No stand institucional, os visitantes puderam conhecer as tecnologias simples e de baixo custo, as quais podem facilmente ser multiplicadas na agricultura familiar. O projeto "Importância da Análise Física do Solo", realizado pela Unirg em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), com o apoio da então Agetec, por meio do Programa "Estruturante", é uma das tecnologias apresentadas. O projeto desenvolvido no Assentamento Vale Verde, no município de Gurupi-TO, analisou o cultivo e o conhecimento popular sobre plantas medicinais e implantou a tecnologia social de fossas sépticas biodigestoras em pequenas propriedades no assentamento. Assim, evidenciou-se ao público a possibilidade de pequenos agricultores, inclusive os familiares, em disseminarem tal tecnologia a baixo custo.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) 2015, foi uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), e desenvolvida pelo governo do Estado, via o então Agetec, em parceria com: Eletrobrás/Eletronorte, Embrapa, Investco, Prefeitura de Palmas, Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins-CBMTO, Polícia Militar-PMTO, Ceulp/Ulbra, Faculdade Católica do Tocantins, ETSUS, Senai, Sesi, Unitins, Secretaria de Defesa e Proteção Social, Sebrae, UFT, Unirg, IFTO, Prefeitura de Gurupi, Hemorrede, Colégio Ideal e ONG Casa da Árvore.

Com uma série de atividades desenvolvidas durante toda a semana, de 19 a 23 de outubro, a 12ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) 2015, foi considerada pelo Governo do Estado, por meio da Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação da então (Agetec) um sucesso na promoção do evento no Estado.

Foram realizadas cerca de 600 atividades dentre estas palestras, competições, feiras de ciência e jornadas científicas, semanas acadêmicas, exposições e visitas em laboratórios de diversas áreas científicas, além de visitas em projetos ambientais, oficinas de games, competições e torneios tecnológicos, workshop e apresentações culturais.

O evento aconteceu simultaneamente, em 17 cidades do Tocantins, com ações desenvolvidas por sete instituições de ensino superior e 16 escolas técnicas. A SNCT contou com a participação de 42 escolas estaduais e 28 municipais, somando a participação de 11 mil estudantes.

A Agetec participou da Fenepalmas, no período de 18 a 22 de agosto, através de um stand para apresentação das instituições participantes da Rede Tocantinense de Inovação RTI, em simultâneo com a promoção do 1º Seminário de Inovação, com o

tema: "Pequenas mudanças para lucrar mais". Entre os destaques do Seminário, tem-se o lançamento da Rede Tocantinense de Inovação – RTI, que fora criada e regulamentada por ato legítimo de assinatura do decreto pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor Marcelo de Carvalho Miranda. Estima-se a participação de 30 mil pessoas durante todos os dias do evento.

2. Fundação Universidade do Tocantins – Unitins

A Fundação Universidade do Tocantins – Unitins tem como missão produzir, difundir e socializar cooperativamente conhecimentos científico, tecnológico e cultural para o desenvolvimento e o progresso das diversas comunidades presentes nos espaços tocantinense e da Amazônia Legal.

Na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a universidade vem concretizando a sua missão institucional, pautando suas ações em um conjunto de valores, base do seu forte compromisso com a sociedade, com a produção e avanço do conhecimento nas suas diversas modalidades e a oferta de uma gama de serviços que possam transformar a vida das pessoas e ajudar a construir uma sociedade mais justa e desenvolvida em suas múltiplas dimensões.

Parte importante desses compromissos concretiza-se na qualidade da formação a ser ofertada aos estudantes, capacitando-os a serem profissionais ou pesquisadores de elevada qualidade técnica e, ao mesmo tempo, aguçada sensibilidade para os problemas humanos e sociais da contemporaneidade.

Como uma instituição inserida em um contexto cultural, social, científico, tecnológico, político, complexo e dinâmico, à Unitins impõe-se a necessidade de não olhar apenas o seu momento presente, na busca de maior efetividade das suas ações. Pelo contrário, mais do que nunca, se impõem olhar o futuro, construir cenários e prospectar caminhos que possam, sobretudo, melhorar o seu desempenho interno e externo, ampliando os desejáveis impactos que temos e queremos continuar possuindo, como um importante vetor de transformação social e cultural que reconhecemos ser.

Nesse contexto, convém destacar o importante apoio do Governador Marcelo Miranda, destinando à Unitins condições fundamentais no tocante ao orçamento, disponibilizando mais de R\$ 43 milhões para a continuidade dos campi de Palmas, Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis e, sobremaneira, inserindo a universidade enquanto uma das diretrizes estratégicas que potencializa as forças produtivas e criativas da sociedade e consolida a presença do Estado no cenário regional, nacional e mundial. Destacam-se algumas ações realizadas este ano na Unitins. Foi aprovada pelo Governo do Estado a nova estrutura de cargos comissionados para atender a demanda atual da Unitins e seus campus.

Foram reiniciadas em 2015 as obras do **Novo Campus da Unitins** em Palmas, com inauguração prevista para o dia 16 de Fevereiro de 2016. Atualmente a Universidade possui 615 alunos no campus de Palmas nos cursos de Direito, Engenharia Agrônômica, Serviço Social e Sistema de Informação. No campus de Araguatins são 158 alunos nos cursos de Letra e Pedagogia.

Em Augustinópolis, são 777 alunos nos cursos de Direito, Enfermagem e Técnico em Gestão de Agronegócio que está em fase de encerramento. Em Dianópolis são 261 alunos nos cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração e o curso Técnico em Gestão Ambiental que também se encontra em fase de encerramento.

No **vestibular de 2015** houve um aumento de 25% da demanda. Foram inscritos 4.433 candidatos que disputaram 336 vagas do total de 480 em nove cursos de graduação de 12 turmas dos quatro câmpus – Palmas, Dianópolis, Araguatins e Augustinópolis. As demais 144 vagas serão preenchidas por estudantes selecionados através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação (MEC), com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na modalidade à Distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) a Unitins atende 1.045 alunos nos cursos de Administração Pública, Computação, Letras Matemática e Pedagogia nos Pólos de Ananás, Alvorada, Araguacema, Araguatins, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Mateiros, Nova Olinda, Palmas, Porto Nacional e Taguatinga.

Como forma de ampliar a infraestrutura laboratorial e a melhoria das condições para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária e ambiental, foi inaugurada no dia 13 de novembro de 2015 a Central Analítica de Pesquisa Agroambiental (Cepam), objeto do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2009. Situada no Complexo de Ciências Agrárias, a Cepam conta com uma área física de 1.985 m² com investimento total de R\$ 2.996.988,19 sendo composta por 06 laboratórios multifuncionais de referência, sendo: i) Análise Agroambiental; ii) Diagnóstico Fitossanitário; iii) Diagnóstico Animal; iv) Análises e Modelagem Agroambiental; v) Socioeconomia Aplicada; vi) Processamento de Dados, conjugados com um espaço destinado ao apoio técnico-administrativo, além de 14 salas com capacidade para 28 pesquisadores.

Como resultado de uma conjugação de esforços com a participação do Consep (Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária), da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da Unitins, estão sendo viabilizados recursos financeiros visando a ampliação, revitalização e modernização da infraestrutura física da OEPA/Unitins.

Durante a solenidade de inauguração da Central Analítica, a Reitora Elizângela Glória Cardoso celebrou um Termo de Cooperação Técnica entre a Fundação Universidade do Tocantins e a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária com o objetivo de empreender cooperação mútua em ações que visem o aprimoramento da pesquisa agropecuária, desenvolvimento rural e atividades afins.

Nessa oportunidade, também foi assinado um Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica entre a Embrapa e a Unitins, para execução de trabalhos de pesquisa agropecuária visando o desenvolvimento da agricultura, a melhoria da renda e o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis em prol dos sistemas agrícolas no Estado do Tocantins.

Através de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Projeto Finep 2008, com investimento de R\$ 2.293.047,00, foram adquiridos veículos, máquinas e equipamentos para o apoio da pesquisa agropecuária da Unitins. Também, durante a inauguração da Cepam, foram feitas as entregas de uma Colheitadeira de arroz e duas Motos 150 cc off-road, adquiridos com recursos da Finep.

Ainda com recursos do Projeto Finep 2008, estão sendo construídas as seguintes obras: Alojamento, Biofábrica, Viveiro, Casa Plástica, Laboratório de Agroenergia, Aviário e Aprisco. Essas obras fazem parte da criação e implantação de um Polo de Tecnologia em Agropecuária do Tocantins, denominado de Tecnor, que tem como objetivo o fortalecimento da

infraestrutura e da capacidade técnica da Fundação Universidade do Tocantins.

Na inauguração da Cepam, foi lançado o Projeto Campus no Campo que tem como propósito reafirmar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de uma proposta piloto do câmpus Palmas que tem como objetivo fortalecer as comunidades do campo do entorno da capital e de Porto Nacional, por meio de uma ação articulada e propositiva de forma a promover o desenvolvimento sustentável e humano. Neste sentido será realizado um diagnóstico com a comunidade das localidades de PA Entre Rios, Reassentamento PRB Córrego do Prata, Pará Serra Taquaruçu e Brejo Verde. Pretende-se, com esta iniciativa identificar, a partir da visão das comunidades envolvidas, os seus problemas e só a partir daí propor uma intervenção articulada com a parceria de órgãos como Secretaria do Trabalho e Assistência social e SINE, Ruraltins, Secretaria da Agricultura e outros, conforme demandado no diagnóstico. Foi lançada no primeiro semestre de 2015 a Escola de Conselhos. Na oportunidade Conselheiros Tutelares e de Direitos de todos os municípios do Estado compareceram ao evento.

3. Cultura

Compreender que a Cultura é um direito do cidadão e que a diversidade cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das diferenças culturais de grupos tem sido um grande desafio dos gestores então da Secretaria da Cultura.

Com o intuito de fomentar a diversidade, elencamos abaixo os resultados das ações de difusão artística e cultural, de acesso aos bens culturais, de salvaguarda do patrimônio material e imaterial e de promoção e fortalecimento da produção cultural.

Com o propósito de conduzir uma política cultural democrática por meio de chamada Pública e fortalecer a produção cultural, com recursos do Fundo Cultural do Tocantins, será lançado em breve, edital de audiovisual, no valor de R\$ 1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil) resultante da parceria entre a Agência Nacional de Cinema - Ancine e o Fundo Setorial do Audiovisual -FSA e a então Secretaria da Cultura, que está pronto para publicação.

Para incentivar a produção, a circulação, o acesso e a formação artístico-cultural foram estimuladas capacitações, formações, produções, circulações e acessos à arte e à cultura, realizando quatro ações a seguir:

Realização de Emendas Parlamentares dos Deputados que beneficiou com projetos culturais nos municípios de sua escolha, que faz parte da LOA na cota do orçamento impositivo. Foram formalizadas cerca de 230 (duzentos e trinta) convênios provenientes de emendas parlamentares Estaduais no valor de R\$ 20.544.175,00 (vinte milhões quinhentos e quarenta e quatro mil e cento e setenta e cinco reais)

Realizaram-se duas rodas de Conversa, uma com o ministrante do Curso Sr. Roberto Ripper no dia 03 de novembro, e outra com Naldinho Freire representante da Funarte no dia 04 de novembro, e na sequência aconteceu curso de Fotografia ministrado entre os dias 4 a 8 de novembro. Esta iniciativa contou com a parceria com da Fundação Nacional de Artes - Funarte, UFT e a então Secretaria da Cultura, por meio do Programa de Formação Artística e Cultural do Tocantins - Profcult- TO, sendo ofertada a Oficina Fotografia, Memória e Periferia para fotógrafos amadores, profissionais e demais pessoas interessadas.

Foi consolidada a parceria entre o Governo Federal por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

(Pronatec) que tem objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

Foram destinadas 200 vagas divididas em várias áreas culturais (fotografia, assistente de produção cultural, desenhista de moda, artesão de bijouas, agente cultural e contador de história) nas modalidades presencial e à distância em oito municípios do estado.

Entre os dias 19 a 27 de setembro foi realizada a 11ª Feira de Folclore, Comidas Típicas do Tocantins – Fecoarte que aconteceu junto com o 9º Salão do Livro, no Centro de Convenções Parque do Povo. A Fecoarte é um projeto da cuja viabilização é resultado do convênio com Ministério da Cultura.

O objetivo foi promover o reconhecimento da cultura genuína fazendo com que o público em geral tivesse contato com músicas, artesanato, folclore e comidas típicas das diversas regiões do Tocantins. Esta edição contou com 24 shows de artista regionais e movimentou a economia com vendas em torno de R\$ 40 mil reais de artesanato e R\$ 200 mil na comercialização de comidas típicas.

Empreendeu-se parceria com a Secretaria da Educação, na programação do Salão do Livro, com a organização e assistência a 39 atrações artísticas da região e 4 atrações nacionais.

Fomentou-se a produção e a promoção do artesanato tocantinense, com participação na Fecoarte e em reunião em Brasília junto ao PAB - Programa de Artesanato Brasileiro, nos dias 24 a 27 de agosto, onde foram tratados assuntos, desde a programação dos calendários das feiras até discussões para elaborar a proposta para atuação na cadeia produtiva do artesanato.

Formulou-se e desenvolveu-se políticas públicas de gestão cultural para a implantação e implementação do Sistema Estadual de Cultura e seus componentes. Com este intuito, foram realizadas:

A minuta do Projeto de Lei do Sistema de Cultura do Tocantins - SC-TO e a minuta do Projeto de Lei do Conselho de Políticas Culturais – CPC – TO. Após discussão pelo Conselho Estadual de Cultura, as minutas foram encaminhadas pelo Secretário da Cultura ao Governador e, após, à Casa Civil, que encaminhou a mensagem e protocolou o Projeto de Lei na Assembleia Legislativa.

A I Conferência Indígena nos dias 17 e 18 de agosto, no Palacinho, que visou salvaguardar e engrandecer a cultura indígena e teve como resultado uma ata que relata as necessidades e diretrizes das comunidades indígenas para o fortalecimento das políticas culturais.

Foram eleitos delegados que representaram as oito etnias indígenas na IV Conferência Estadual de Cultura e levaram as demandas e diretrizes discutidas pelos povos indígenas. Foi também criado o Colegiado indígena do Tocantins, vinculado ao Conselho de Políticas Culturais do Estado.

A IV Conferência Estadual de Cultura realizada nos dias 16 e 17 de outubro, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, teve como objetivo a aprovação da minuta de projeto de lei do Plano Estadual de Cultura - PEC-TO, discussão e aprovação das diretrizes, metas e ações dos eixos temáticos e a votação das dez metas prioritárias para a Cultura.

A Construção do Plano Estadual de Cultura – PEC-TO como

parte integrante do Sistema Estadual de Cultura do Tocantins, instrumento de planejamento estratégico, execução e consolidação das políticas públicas de cultura de longo prazo.

A minuta do Projeto de Lei do Plano Estadual de Cultura – PEC-TO, diretrizes, metas e ações aprovados no Plenário da Conferência Estadual de Cultura foi encaminhada ao Governador do Tocantins, para proceder os encaminhamentos da matéria ao Legislativo.

A Caravana da Cultura uniu o campo da ação cultural e do patrimônio Cultural material e imaterial, no que diz respeito à salvaguarda, preservação, manutenção e ampliação o patrimônio cultural tocantinense, conhecimento das produções culturais e dos fazedores de arte e cultura, conhecendo um pouco da diversidade das regiões que receberam esta visita técnica.

A Caravana da Cultura é um projeto que tem como objetivo estimular a arte e cultura, mapear o patrimônio material e imaterial, conhecer a atuação dos agentes culturais em seu território e as abrangências dos setores criativos. Foram realizadas reuniões e eventos locais, e a comunidade foi ouvida.

Em maio de 2015 foi realizada a 13ª Semana de Museus que objetivou debater entendimentos sobre os planos museológicos e a importância de sua implantação, compreender as características e potencialidades das atividades, a relação com agentes da economia local e o envolvimento da comunidade. Foram ministradas Palestras, oficinas e visitas a escolas, com a presença de Representante do Ibram, importante parceria iniciada com o Instituto Brasileiro de Museus-Ibram.

Em agosto de 2015, foi realizada Palestra e apresentação das políticas do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, instituído com o objetivo de incentivar a leitura nos municípios tocantinenses, em parceria com o Ministério da Educação e Ministério da Cultura.

Participação do Tocantins com proposta de Ação Educativa no Museu Histórico do Tocantins e no Memorial Coluna Prestes, no 6º Prêmio Ibero Americano de Educação e Museus tem como objetivo fomentar a capacidade educativa dos museus, considerando a diversidade e a pluralidade das práticas museológicas.

Em agosto de 2015, a Secretaria da Cultura, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e a Fundação Dorina Nowill para Cegos, realizou Encontro para a implantação da Rede de Leitura Inclusiva do Tocantins, com objetivo de ampliar as ações de inclusão e acesso à leitura de pessoas com baixa visão ou deficientes visuais.

Apoio da Secretaria da Cultura aos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, contribuindo com atrações artísticas sendo 3 para Oca da Sabedoria e cinco para a Feira Internacional e artesanato Indígena, em parceria com o Sebrae-TO, em outubro de 2015.

O Dezembro Cultural promovido pela Secretaria da Cultura foi integrado de atividades artísticas e culturais, objetivando o estímulo e a circulação de produtos culturais.

1. No Museu Histórico do Tocantins – Palacinho, aconteceram: o projeto Escola da Imaginação, dias 16 e 17, com programação diversificada, com várias linguagens artísticas, atividades diurnas do projeto para o público infante-juvenil e noturnas para o público em geral;

2. Oficinas Circenses de 18 a 20 abertas gratuitamente ao público em geral, apresentações circenses e de teatro de rua. O projeto Dias de Circo ofertou oficinas de malabares, palhaçaria, perna de pau e acrobacia de solo, com 20 vagas em cada oficina;

3. Apoio ao 2º Festival Estadual de Cantigas de Roda de Capoeira, realizado no Memorial Coluna Prestes nos dias 19 e 20 de dezembro, contou com oficinas culturais, artísticas e de saberes tradicionais,.

4. Apoio ao 1º Ciclo de Debates e Capacitações do Audiovisual no Tocantins. Na programação foi exibida, no Cinemark de Palmas, a première de lançamento do filme nacional “Tudo que Aprendemos Juntos”, um bate-papo com o diretor e atores do elenco. Parceria de realizadores e produtores audiovisuais do Estado com apoio da SECULT.

5. Apoio ao projeto Cidade Perifa – Dsarm Pro Hip Hop, iniciativa de produtores e grupos do segmento Hip Hop, realizada no setor Morada do Sol, com contraposição, por meio da manifestação da cultura hip hop, ao alto índice de violência urbana entre jovens.

IX – DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

A então Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, apresenta o relatório das principais ações realizadas em 2015 das Unidades Gestoras Sedetur e Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE, a seguir:

Para promover o desenvolvimento do turismo sustentável no Estado do Tocantins:

• **Reestruturou a participação do turismo estadual no Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS**, alcançando um investimento superior a R\$14 milhões em projetos relacionados à atividade turística. Os principais projetos do turismo estadual contemplados no PDRIS para 2016/18 são:

• Elaboração do Plano de Marketing dos polos Palmas, Jalapão e Cantão (produto 1 da consultoria entregue);

• Revisão da Política Estadual de Turismo e elaboração dos PDTIS das 4 regiões (em fase de negociação de contrato);

• Adequação da infraestrutura da Cachoeira da Velha, Prainha, Dunas e Trilha da Serra do Espírito Santo no Jalapão;

• Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária e da produção associada ao turismo no Jalapão;

• Implantação do Observatório de Turismo Sustentável do Tocantins;

• Desenvolvimento da Pesca Esportiva nos Polos Palmas e Cantão;

• Desenvolvimento do Sistema de Informações Turísticas do Estado do Tocantins;

• Desenvolvimento do Turismo de Observação de Aves nas regiões de Palmas, Cantão e Jalapão;

• Implantação do plano de recuperação da cobertura vegetal e arborização em Mateiros e São Félix e povoados Mumbuca e Prata;

• Fortalecimento Institucional do órgão estadual e órgãos municipais de turismo;

- Programa de Qualificação e Capacitação dos empreendimentos e serviços turísticos, dentre outros.

- Atualizou os documentos básicos (Due Dilligence, Estudos Econômicos e Matriz de Investimento do Programa) do acordo de financiamento Prodetur Nacional – Tocantins que prevê o investimento de US\$ 120 milhões na infraestrutura de turismo do Tocantins. Os documentos atualizados foram aceitos, sendo que esta Secretaria espera a missão de avaliação da instituição financeira internacional, a Corporação Andina de Fomento (CAF), para a efetiva contratação do financiamento;

- Elaborou versão preliminar, juntamente com a consultoria contratada, dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos Polos Palmas, Jalapão e Cantão. Estes documentos técnicos que foram construídos com ampla participação dos municípios envolvidos e tiveram o acompanhamento do Ministério do Turismo e deverão direcionar o desenvolvimento do turismo e os investimentos públicos e privados nestas regiões;

- Elaborou os projetos arquitetônico e complementares da ampliação da Orla da Graciosa em Palmas, para investimento de R\$10 milhões já assegurados junto a Caixa Econômica Federal;

- Participou da Missão à Europa para atração de investimentos, que resultou em cooperação técnica com a TRAGSA (Governo Espanhol) para a concepção do Centro de Interpretação Ambiental e Turística do Tocantins, investimento contemplado no Prodetur Tocantins;

- Realizou pesquisa de campo em atrativos de destaque na região do Jalapão, para compreender o respectivo fluxo turístico, definir o perfil da demanda, a movimentação financeira dos visitantes, etc. Dos resultados apurados, cabe destacar que o número de turistas no Jalapão duplicou-se em três anos. Em 2015 foram registrados cerca 9.000 turistas em comparação com aos 4.556 turistas apontados em 2012. Houve um equilíbrio em relação ao sexo, porém mais de 50% dos visitantes possuem a faixa etária entre 25 e 49 anos – e 58% não viajaram através de agência.

Temporada de Praia 2015

- Realizou a mobilização e articulação dos parceiros institucionais para a preparação e planejamento da temporada 2015. Além do apoio técnico, a Sedetur firmou convênios com 17 municípios (lista abaixo) para apoio na infraestrutura das praias, num total de R\$1.600.000,00, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Outrossim, viabilizou recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) para 07 municípios de destaque no segmento (lista abaixo), no valor de R\$ 650.000,00, totalizando um investimento de R\$ 2.250.000,00.

Emenda parlamentar	Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE
Ananás	Araguacema
Araguanã	Pedro Afonso
Bernardo Sayão	Tocantinópolis
Buriti	Pau D'Arco
Carmolândia	Peixe
Caseara	São Félix do Tocantins
Couto Magalhães	Guaraí
Formoso do Araguaia	
Guaraí	
Juarina	
Marianópolis	
Pedro Afonso	
Ponte Alta do Tocantins	
Rio dos Bois	
Sampaio	
Santa Fé do Araguaia	
Xambioá	

- Realizou diagnóstico da infraestrutura implantada nas cinco principais praias apoiadas (Araguacema, Araguatins, Pedro Afonso, Peixe e Tocantinópolis) visando fiscalizar o investimento

público e monitorar a qualidade dos serviços prestados na Temporada de Praia 2015;

- Realizou o diagnóstico da infraestrutura turística da região do Jalapão, em parceria com a Naturatins, Semarh e Seinf, para elaboração de projetos de intervenção;

Capacitação turística

- Executou ações do programa de capacitação turística “Tocantins Rebece Bem” nos municípios das principais praias da Temporada 2015, oportunizando cursos de “Beneficiamento de pratos à base do pescado” (parceria com Ruraltins), palestras sobre “Formação de Preços” (parceria com a Procon) e “Acesso a Linhas de Crédito” (parceria com a Agência de Fomento), beneficiando no total 362 pessoas nestes municípios. Também foram realizadas “Oficinas de Educação Ambiental” (parceria com a Semarh) junto a prestadores de serviço que atuam nas praias;

- Executou atividades do programa “Tocantins Recebe Bem” na região do Jalapão (parceria com Senac), com a oferta dos seguintes cursos com duração de 40h: “café da manhã regional”, “cozinha regional”, “camareira” e “técnicas de recepção na hotelaria”, que beneficiaram diretamente 205 pessoas, a maior parte composta por profissionais que já atuam na atividade turística;

Promoção Turística

- Promoveu as regiões e atrativos turísticos do Tocantins através da elaboração de material promocional impresso, da produção de vídeo institucional e do apoio a iniciativas audiovisuais, como reportagens e documentários, bem como no apoio a eventos de interesse da atividade. A equipe coordenou a elaboração do novo layout e conteúdo do site promocional do turismo do Tocantins www.turismo.to.gov.br (com previsão de conclusão para Janeiro de 2016) e criou perfil no instagram @Turismo.to, um canal moderno que atinge em tempo real um amplo nicho de mercado.

- Apoiou eventos geradores de fluxo turístico e outras iniciativas que visaram o desenvolvimento da atividade de turismo no Estado:

Agrotins, Palmas;

- Circuito Nacional Sesc Triathlon, Palmas;

- Missão Internacional para Atração de Investimentos, Espanha e Expo Milão, Itália;

- Festa da Rapadura, Comunidade do Prata / São Félix do Tocantins;

- Expedições Inclusivas e Rafting no MONACC/Jalapão;

- Temporada de Praia 2015;

- FenePalmas, Palmas;

- Festa da Colheita do Capim Dourado, Comunidade do Mumbuca / Mateiros;

- 43ª Congresso Nacional da Abav/MTur, São Paulo;

- 1º Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, Palmas;

CADASTUR

- Realizou atendimentos a 102 profissionais e empresas de turismo, uma função delegada pelo Ministério do Turismo para cadastro e atualização de documentos – procedimento obrigatório aos prestadores de serviço de turismo.

Para promover o desenvolvimento econômico no Estado do Tocantins:

A Sedetur, com recurso do Fundo de Desenvolvimento Econômico, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, fortaleceu a capacidade competitiva dos setores comercial, industrial, mineral e turístico e realizou ao longo do ano uma série de ações com impacto positivo direto na economia do Estado.

LOGÍSTICA

• A logística a partir do Tocantins se consolidou em 2015, com investimento efetivo de R\$ 380 milhões da Valor Logística Integrada (VLI) nos pátios rodoferroviários de Porto Nacional e Palmeirante.

• Atendemos aproximadamente 300 empresários regionais, nacionais e internacionais em busca de informações acerca do potencial econômico e logístico do Estado para investimentos nos mais diversos setores.

• Foi assinado o Protocolo de Intenções com o Governo do Estado do Amazonas, com vistas à construção, implantação e operação na área retro portuária do Porto de Praia Norte, do pólo de distribuição de mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, e de Entrepósito Fiscal do Estado do Amazonas. O Ecoporto Praia Norte já teve investimento da ordem de R\$ 10 milhões.

• A Sedetur produziu documento que demonstra a viabilidade e a necessidade de operacionalização do Terminal de Logística de Cargas - Teca, no aeroporto de Palmas, para ser apresentado à Receita Federal. O referido Terminal de Cargas vai operar inicialmente com a movimentação de carga nacional, com possibilidade de expandir as operações para importação e exportação, após ser liberado pela Receita Federal para tais atividades. A previsão é de que ainda em 2016, já tenha início às operações.

• Através de articulações da Pasta foi assinado Termo de Compromisso entre os municípios de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins e a empresa Reusi Tecnologia Renovável Ltda., visando a implantação de projeto de eficiência energética e tratamento de resíduos sólidos, o qual poderá servir de modelo para implantação por outros municípios.

MINERAÇÃO

• O Governo do Tocantins também caminha rumo ao desenvolvimento de uma política estadual de mineração. Assim, foi realizada Oficina de Planejamento da Política Mineral para o Tocantins, que resultou na revisão do Diagnóstico e das Diretrizes para o Setor Mineral do Estado, contemplados no PPA 2016-2019, inserindo o segmento nas políticas de atração de investimentos.

INFRAESTRUTURA INDUSTRIAL

Visando conquistar novos empreendimentos para o Estado e consolidar os investimentos já existentes, com vistas à geração de empregos e ao aumento da arrecadação, concretizando o desenvolvimento econômico do Tocantins, foram efetivadas obras e realizados estudos de viabilidades para a estruturação e criação de novos Distritos Industriais:

• Palmas - Quadra ASR-SE 55 – revitalização - Obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação asfáltica, o investimento do estado foi de R\$ 2.907.970,77, em fase de conclusão;

• Palmas - Quadra ASR-NE 65 – implantação - Obras de pavimentação asfáltica, saneamento básico, drenagem e energia elétrica, com investimento inicial previsto para 2016 de R\$ 7.000.000,00;

• Palmas - Quadra ASR-SE 85 – revitalização - Obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação asfáltica, com investimento de R\$ 4.314.988,60 a ser iniciada;

• Gurupi – revitalização – obras de pavimentação asfáltica, com investimento de R\$ 2.488.000,00, concluídas, e a rede de energia elétrica no valor de 190.000,00 para o exercício de 2016;

• Paraíso do Tocantins – revitalização - Recuperação asfáltica na via principal e pavimentação em vias secundárias do Parque Agroindustrial de Paraíso do Tocantins, com investimento de R\$ 1.400.000,00, a ser concluído em 2016;

• Guaraí – andamento inicial de implantação, com levantamentos, serviços de consultoria e auxílio na regularização do processo de Licenciamento Ambiental;

• Tocantinópolis - andamento inicial de implantação, com levantamentos, serviços de consultoria e auxílio na regularização de Pano Diretor e uso do solo do Município;

• Porto Nacional - andamento inicial de implantação, serviços de consultoria na elaboração dos Projetos da obra, que receberá pavimentação asfáltica e infraestrutura. O local já tem empresas instaladas, como a Granol, e a previsão é de que novas indústrias sejam atraídas quando a estruturação for concluída, com investimento de R\$7.000.000,00 para o exercício de 2016;

• Praia Norte - Obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação asfáltica. O investimento do Estado foi de R\$ 7.136.106,80, sendo: R\$ 5.376.878,07 já executados e R\$ 1.759.228,73 a executar em 2016.

PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

• Apoio na realização de feiras de negócios e agropecuárias, campanhas de natal e temporada de praia, com investimentos de R\$ 2.900.000,00, pelo qual o Governo do Estado tem promovido o crescimento da economia local.

• A participação na Agrotins, em 2015, aconteceu no Espaço Empresarial da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins, onde foram ministradas cinco palestras de variados temas voltados ao desenvolvimento econômico do Estado, com a participação de 1.000 pessoas, para o público alvo de empresários, universitários e alunos de ensino médio.

• Divulgação das potencialidades e oportunidades do Estado do Tocantins à 20 produtores rurais da Cooperativa Agroindustrial Agrária de Entre Rios e Guarapuava-PR (Culturas: soja, milho, trigo e cevada), através de palestras e vídeos no Palácio Araguaia em Palmas.

• Realização do Seminário "Tocantins a Solução Logística para o Brasil" na Fenepalmas 2015, destinado a empresários locais, onde houve apresentação de 04 (quatro) palestras: A Logística da Soja no Corredor Centro Norte- VLI, Ligação Hidroviária aos Portos do Atlântico Norte do Brasil - Ecoporto Praia Norte, Complexo Aeroportuário de Palmas - Infraero, A Inovação na Aramazenagem de Distribuição - Abralog.

• Foram realizadas rodadas de negócios com as Empresas: Toyota, Mitsubishi, General Eletric, Camicado, JBIC - Japan Bank For International Cooperation, Bradesco, Robert Bosh Ltda, Yasuda Marítima Seguros, Usiminas e Yakult, concomitante à

participação no Seminário Econômico Brasil - Japão, promovida pela Embaixada e Consulado Geral do Japão no Brasil - com a presença do Consul e do Embaixador.

- Participação em Missão Oficial, na qual foi apresentado as oportunidades e potencialidades de negócios do Estado do Tocantins em diversos lugares conforme a programação da missão: na Câmara de Comercio Exportação e Importação de Empordá na cidade de Figueiras (Espanha); na cidade de Barcelona (Espanha) o Estado foi divulgado na solenidade de abertura da reunião anual da Força Tarefa dos Governadores, Clima e Florestas; em Madri (Espanha) na Câmara de Comércio Brasil-Espanha; a empresários da área de tecnológica, engenharia, telecomunicações, saúde e saneamento, evento organizado pelo empresário Gerardo Galeote em Madri (Espanha); em Milão (Itália) o Estado foi apresentado ao Grupo EXO Capital e Commodities, Trading, Grupo financeiro que opera globalmente com capital vinculado ao Sultanato de Omã. Ainda em Milão (Itália) o Estado foi apresentado na Expo Milão, uma das maiores feiras de eventos do mundo.

- Foi aprovada a implantação do “Projeto do Berçário Industrial” em parceria com a Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins, para subsidiar pequenas indústrias, com orientações administrativas, jurídicas e logísticas, inclusive com espaço físico para utilizar como sede, no período de até três anos, preparando e fortalecendo a mesma para inclusão no mercado.

- Para o fortalecimento das APL's - Arranjos Produtivos Locais no Estado do Tocantins, foi realizada uma missão técnica em parceria com a Seagro, Ruraltins e Fieto na comunidade Prata, no município de São Felix do Tocantins, que resultou no levantamento de dados junto a produtores rurais com potencial para implantação de uma agroindústria para processamento de cana-de-açúcar. Em parceria com a OCB/Sescoop-TO - Sindicato e Organização dos Cooperativos Brasileiros no Estado do Tocantins, foi ministrado o curso sobre cooperativismo.

- Foi estruturado o Comitê Gestor do Programa Redesim no Estado e reativado o Femep – Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Tocantins.

- Foi renovado o convênio de Intercâmbio de Informações e Facilitação de Investimentos Produtivos no País, da Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (Renai) com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

- O Tocantins tem um dos melhores programas de incentivos fiscais do País. São 11 modalidades que disponibilizam, entre outros benefícios, reduções tributárias e facilidades para instalação e manutenção do empreendimento. O Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE-TO aprovou a concessão de incentivos fiscais a 09 empresas, sendo 06 do Programa Proindústria, 02 do Programa E-commerce e 01 do Programa Prologística, totalizando uma projeção de 714 (setecentos e quatorze) empregos e com investimentos projetados no valor de R\$ 100.104.679,14.

6. JUCETINS

Ampliação da Infraestrutura da Tecnologia da Informação:

Tendo em vista que a ação em comento tem por finalidade dotar a sede e os escritórios regionais da Jucetins de equipamentos de informática, visando a descentralização dos serviços, foram realizados diversos procedimentos no presente exercício para este fim, dos quais pode-se citar:

- Atualização da Infraestrutura do Escritório de Araguaína com a organização do switch, firewall e ambiente de trabalho;
- Manutenção e atualização do servidor em lâmina IBM e do Software gerenciador;
- Implantação do Antivírus Cooperativo KasperSky na Regional de Araguaína;
- Implantação de Servidor de Backup Báculo para setor: diretoria financeira;
- Manutenção e redistribuição dos ramais telefônicos;
- Manutenção diária na Sede e nas Regionais (através de acesso remoto).

Nesse sentido, verifica-se que a mesma tem sido realizada a contento, pois tem alcançado a finalidade a que foi proposta.

Divulgação das Informações Institucionais:

Com o intuito de alcançar a finalidade da ação em tela, foram confeccionados, 10.500 (dez mil e quinhentos) impressos tipo “folder”, produção de videodocumentário com informações institucionais desta Autarquia para distribuição nos eventos “2º Enaj 2015 – Encontro Nacional de Juntas Comerciais” e “Fenepalmas – Feira de Negócios de Palmas”, possibilitando aos usuários/sociedade o conhecimento quanto às atividades e as funções desempenhadas pela Jucetins.

Verifica-se, portanto, que a referida ação foi executada com êxito, vez que, a meta física estabelecida para o corrente exercício foi superada e o resultado tem sido satisfatório.

Atualização do Cadastro Estadual de Empresas:

No corrente exercício foi possível executar a atualização cadastral do acervo documental pendentes de regularização, por meio da contratação de pessoal, e de estagiários, para execução dos serviços de digitação de dados, atualização do cadastro, de modo a proporcionar maior índice de segurança e eficiência das informações relacionadas às empresas mercantis.

Digitalização do Acervo Documental:

Em 2015, realizou-se a digitalização de cerca de 9.000 processos relativos a empresas mercantis, montante este que engloba o atendimento de todos os municípios do Estado, que são atendidos pela sede na capital e pelos escritórios regionais: Dianópolis, Gurupi e Araguaína.

Assim, tendo em vista que a missão deste Órgão constitui-se em construir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis, a fim de poder, cada vez mais, prestar serviços de qualidade, considera-se que a referida ação foi realizada de modo satisfatório.

Implantação do Projeto Integrar:

O Projeto Integrar, por meio do qual tem sido implantado a Redesim, consiste em um sistema que integra todos os processos dos órgãos responsáveis pelo registro, inscrição, alteração e baixa das empresas, tais como: Receita Federal, Secretaria da Fazenda, Prefeituras, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins-CBM/TO, Vigilância Sanitária, Naturatins e Jucetins, mediante uma única entrada de dados e de documentos.

Atualmente, a Redesim está em funcionamento em Araguaína e Gurupi, onde existem escritórios regionais da Jucetins. Outrossim, cabe informar que o módulo de viabilidade locacional passou a vigorar nos municípios de Miranorte, Guaraí e Colinas,

além do mapeamento situacional do processo da Redesim implantado em Gurupi.

Salienta-se, por oportuno que a implantação da Redesim proporciona à sociedade/Estado inúmeros benefícios, destacando-se o estímulo ao crescimento da atividade econômica nos municípios e a contribuição para a geração de riqueza e trabalho.

Capacitação dos Servidores da Área de Registro de Comércio:

Em busca de melhorias da capacidade técnica e a atualização dos servidores desta Autarquia, foram capacitados no exercício de 2015 um total de 14 servidores da Sede da Jucetins – o que representa que a ação de capacitação dos servidores foi executada, ainda que de forma gradual, em que pese o momento recessivo enfrentado pelo Estado.

Registro de Empresas:

Foram constituídas e devidamente registradas por meio da Sede e dos escritórios Regionais da Jucetins, quais sejam, Gurupi, Araguaína e Dianópolis, um montante de 13.000 (treze mil) novas empresas em 2015.

A ação em tela objetiva atender às necessidades tanto do usuário interno (colaboradores) e externo (cidadão/sociedade), no que concerne à maior celeridade dos serviços prestados pela Junta Comercial, contribuindo de forma positiva com a economia local, com a abertura de novos negócios, criação de novas empresas, e conseqüentemente, geração de renda e novos postos de trabalho.

X – ASSISTÊNCIA, TRABALHO E DEFESA SOCIAL

2015 foi um ano de muitas oportunidades, uma vez que foram renovados convênios importantes e realizadas muitas parcerias que resultaram nas seguintes conquistas:

Reformas e adequações nos Centros de Internação Provisória de Palmas e Gurupi; Reforma na Unidade de Semiaberto Masculino em Palmas; Realização de Processos Licitatórios do Complexo Penitenciário Serra do Carmo, em Aparecida do Rio Negro; Centro de Internação Socioeducativo - Case de Araguaína e aprovações dos projetos de adequação do esgotamento sanitário da Casa de Prisão Provisória de Palmas.

Ainda sobre obras, foram adquiridos vinte e cinco milhões de reais, para construção da Unidade Penitenciária de Cariri, Região Sul do Estado; Aprovados Projetos de Construção de Duas Unidades Semiliberdade do Sistema Socioeducativo em Palmas e Aberto Processo para regulamentação do lote destinado às obras, em negociação com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

Uma conquista inovadora foi a adesão do Tocantins ao Projeto Audiência de Custódia, ação pioneira no Estado em parceria com o Tribunal de Justiça. Através dela, será possível atender com maior eficiência e economicidade as demandas junto ao Poder Judiciário, principalmente no que se refere ao encaminhamento de medidas cautelares de pessoas que cometem atos infracionais.

Complementando essa ação, ainda foram desenvolvidas a Central de Monitoramento Eletrônico, por meio da utilização de tornozeleiras eletrônicas.

Ações pioneiras no Estado, com injunções perante o Departamento Penitenciário Nacional, o Depen, permitiram a aquisição de material, a implantação da Central e o treinamento de técnicos para o uso adequado dos equipamentos. Em caráter experimental, o monitoramento eletrônico mostrou a eficiência

do sistema durante a saída temporária de Natal de 93 detentos de Palmas, sendo que todos retornaram às unidades prisionais nas datas previstas.

Outras conquistas foram a criação do Núcleo de Atendimento ao Adolescente Egresso do Sistema Socioeducativo e de suas famílias; Programa de Atendimento ao Egresso; Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo; Vacinação de Crianças e Adolescentes; Programas de Acompanhamentos de Jovens; Apoio na Emissão de Documentos Pessoais.

Houve participação desta Secretaria nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, ao criar e representar na esfera estadual a Agenda de Convergência de Proteção aos Direitos Humanos, durante as competições. Tal iniciativa focou seu trabalho numa rede de protetores de Direitos Humanos para criança e adolescente e outros públicos vulneráveis. Merecem especial destaque: a Realização de Conferência da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - RPDCA; capacitações aos profissionais da área socioeducativa; Implantação da Escola de Conselhos e formação em Sinase; Realização de encontros regionais com a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente; reuniões do Fórum Tocantinense para Erradicação do Trabalho Infantil e Promoção da Aprendizagem – Fetipa; Outros Cursos profissionalizantes em diversas áreas, através do Pronatec.

Foram garantidas as participações da Secretaria em reuniões com Cedim- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e Câmara Técnica e entre órgãos da Rede; Visita à Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Visita da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Unidades móveis com vasto calendário; Café cultural com mulheres da floresta, do campo e das águas – Fetaet; Marcha das Margaridas rumo a Brasília; Reunião para organização da IV Conferência Estadual e Municipais de Políticas para as Mulheres; Início das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres; Realização de Palestras e Roda de Conversas em Comunidades Quilombolas; Parceria com o Outubro Rosa (Campanha de Combate ao Câncer de Mama); Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, por meio da Campanha Quem Ama Abraça; Campanha do Laço Branco; Palestras em escolas, Postos de Saúde, Comunidades; **14ª Festa da Juventude** Fazenda da Esperança - Lajeado - TO; encaminhamento e manutenção de vagas para recuperação de dependentes químicos; O “Dia D” - Combate às drogas; Visitas e inspeções nas comunidades terapêuticas; Audiência Pública – Ocupa GLBT; 36ª Convenção Mundial dos Narcóticos; Abertura da XIII Semana Estadual Sobre Drogas; Caminhada Cívica do Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa; Aquisição de munição e equipamentos menos letais; Aquisição de tornozeleiras eletrônicas; aquisição de armamento; aquisição de algemas e cadeados; Aquisição de cofre para guarda de armamentos e munições; Substituição da caixa d’água da Casa de Prisão Provisória de Araguaína; Gestões para implantação do Goiáspen; Banco de dados atualizado da população carcerária; Disponibilização de viaturas; Abertura da Unidade de Regime Semiaberto Feminina de Palmas; Abertura da Unidade de Monitoramento Eletrônico de Palmas e Região Metropolitana; Desativação de Unidades Prisionais; Reforma do Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã em Cariri - TO; Elaboração e revisão de edital e termo de referência visando à operacionalização de unidades do sistema penitenciário e prisional; Transporte de presos para comparecimento em audiências de instrução e julgamento, equipando e modernizando unidades prisionais com distribuição e reposição de equipamentos para as unidades

prisionais tais como detectores de metais, coletes, munições, algemas, cadeados, armamentos e colchões, dentre outros; aulas práticas e teóricas através da Escola do Sistema Penitenciário; Elaboração da Primeira etapa do concurso público para técnicos da defesa social e do sistema socioeducativo; Gestão para garantia de recursos para segunda etapa do concurso público.

Ainda sobre os Direitos Humanos foram realizadas as seguintes ações: Distribuição de cestas de alimentos a comunidades quilombolas em parceria com a Conab; Apoio à Marcha das Mulheres Negras rumo a Brasília; Lançamento do Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial; Visitas técnicas às Comunidades Quilombolas; Rodas de conversa em Comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra; Implementação da Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Erradicação do Sub-registro Civil e ampliação da documentação básica; Participação no VI Encontro Nacional de Gestores do Programa de Erradicação do Sub-registro Civil e ampliação da documentação básica; Realização de oficinas de capacitação dos Conselheiros Municipais de Direitos, na 7ª Semana de Direitos Humanos; Realização do Seminário de Educação em Direitos Humanos; Realização do Projeto Mobiliza; Caminhada e blitz sobre combate à violência contra a Pessoa Idosa; Realização de Conferências Regionais Conjuntas de Direitos Humanos; Pacto Internacional dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais; Reunião Pública sobre prática do Trabalho Escravo; Participação em seminário sobre políticas públicas para os povos indígenas; Realização de capacitação com estagiários para a Agenda de Convergência de Proteção dos Direitos Humanos durante os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; Reunião Pública sobre Diversidade Religiosa; Mostra de Cinema e Direitos Humanos, seguida de rodas de conversa; Apoio à parada da Diversidade Sexual; Realização de reuniões ordinárias mensais do Comitê de Combate à Tortura; Fortalecimento da rede estadual dos direitos da pessoa com deficiência; dentre outras.

Todas estas ações estão ligadas à agenda de convergência da então Secretaria de Defesa e Proteção Social, para que a comunidade possa ter acesso livre aos seus direitos e aos serviços disponíveis nos órgãos públicos.

No que tange ao Procon: além do atendimento ao consumidor via carta, eletrônico, pessoalmente, telefônico; foram expedidas notificações a empresas; foram feitas mediações de conflitos; Desenvolvimento de Planejamento Estratégico; Padronização de rotinas e procedimentos administrativos; Capacitações na área do consumidor e contratação de mais profissionais para atuação na área administrativa do órgão.

Esfera operacional: No exercício de garantia de direitos, foram atendidas: cerca de quatro milhões e quinhentos mil refeições ao sistema prisional; aproximadamente quinhentas mil refeições no sistema socioeducativo; quatrocentos presos e egressos capacitados; cento e cinquenta servidores do sistema prisional capacitados; cento e cinquenta atores do sistema socioeducativo capacitados; quarenta e três unidades prisionais mantidas; dez unidades socioeducativas mantidas; dez unidades do Procon mantidas; sete centros de referência da mulher apoiados; 6 comunidades terapêuticas apoiadas; quarenta e um mil cento e dezesseis atendimentos no Procon em 2015; 10 comunidades quilombolas acompanhadas; 29 pessoas acompanhadas em serviços de tratamento ao uso abusivo de entorpecentes; 40 servidores do Procon capacitados.

Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins- AEM-TO

A Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins- AEM-TO é uma Autarquia Estadual criada com a finalidade de executar o Serviço Público Federal de competência do Inmetro- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. Para o exercício dessa atividade delegada, o Inmetro e a AEM-TO firmaram um convênio de cooperação técnica e administrativa, possibilitando que a agência atue em todo o território tocantinense como membro da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade Industrial-RBMLQI, podendo, para tanto, utilizar toda a gama de serviços atribuídos ao Inmetro, verificando e fiscalizando, na indústria, no comércio varejista e na prestação de serviços, a conformidade dos instrumentos de medição e os produtos com certificação compulsória, bem como a qualidade de produtos e serviços ofertados no Estado.

As ações da AEM protegem o cidadão-consumidor e estabelecem a concorrência justa entre as empresas. A AEM-TO continua desenvolvendo ações no sentido de implementar os programas que assegurem a harmonização entre o atendimento às necessidades de cada ação e as metas estabelecidas para a melhoria dos resultados da instituição.

As atribuições da Agência foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dois programas no PPA 2012/2015. O programa Indústria, comércio e mineração que contemplam ações que possibilitam a manutenção das atividades essenciais da Instituição. Esse programa tem como objetivo assegurar que os produtos e serviços produzidos e/ou comercializados no Estado estejam em conformidade com os regulamentos técnicos do Inmetro.

Para a consecução do objetivo proposto, o órgão desloca equipes de fiscalização por todas as cidades do Estado, e tem forte atuação na atividade de comércio, uma vez que é nesse setor que se encontra as maiores demandas da atividade desenvolvida pela Agência. Para o exercício da fiscalização metrológica faz-se necessário a utilização de técnicos especializados e capacitados pelo Inmetro, esta capacitação garante a excelência da atividade delegada, bem como a exata medida dos instrumentos postos à disposição da sociedade, tais como balanças, bombas de combustíveis, taxímetros, medidores de energia elétrica, hidrômetros, entre outros.

O contínuo exercício desse poder de polícia tem importância fundamental para a melhoria da atividade comercial no Estado e garantia dos direitos do consumidor, no que se refere à metrologia e à qualidade dos produtos. Foram realizados dentro dessa iniciativa, ao longo do exercício de 2015: 31.195 atividades, dentre elas verificação periódica, verificação após reparo e fiscalização nos instrumentos de metrologia legal. Ao todo foram 8.082 Balanças; 2.993 Bombas Medidoras de Combustível; 14.949 cronotacógrafo; 113 Medidores de Velocidade; 29 Esfigmomanômetro e 5.741 Outros Instrumentos.

Também dentro desta ação, foram realizadas vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta e uma avaliações preliminares no setor de pré-medidos (produtos da cesta básica, materiais de construção, automotivos entre outros), que resultaram em 2.446 exames finais.

No setor de Qualidade foram realizadas vinte e três mil trezentos e quarenta e nove ações de fiscalização (total de vezes que um determinado produto é fiscalizado), conforme detalhado na tabela abaixo:

Atividades Realizadas	Quantidade
Fiscalização	23.349
Visitas	2.421
Operações Especiais	342
Coletas de produtos Têxteis	54
Serviços de concessão, renovação e manutenção de registro de empresas de extintores de incêndio	15
Serviços de concessão, renovação e manutenção de registro de empresas de reformadora de pneu	9
Inspeção de recebimento em ônibus escolares do programa Caminhos da Escola	14

Em todas as ações de fiscalização, a AEM tem atuado os fornecedores de produtos considerados reprovados, com o intuito de coibir a prática de atos lesivos ao consumidor. Ressalta-se que o número de infrações apuradas no relatório de aferição de produtos pré-medidos tem diminuído sensivelmente graças ao trabalho de fiscalização realizado pelos fiscais da Agência de Metrologia do Estado do Tocantins.

Os resultados dessas análises são amplamente divulgados pela mídia, merecendo especial destaque a confecção de cartilhas orientadoras, cursos e palestras que contribuem para que os consumidores façam escolhas mais fundamentadas e proporcionam à indústria o melhoramento contínuo da qualidade da sua linha de produção, incentivando assim a competitividade dos produtos comercializados no Brasil e no Exterior.

A Agência vem realizando suas atividades delegadas de acordo com as determinações do Inmetro.

Para tanto, o órgão se utiliza de duas ferramentas primordiais que são o plano de trabalho e o plano de aplicação de recursos. Todas as atividades de fiscalização estão contempladas dentro do plano de trabalho e todos os gastos estão previstos dentro do plano de aplicação. A AEM-TO vem ao longo de sua história se consolidando como Instituição primordial na defesa dos interesses dos consumidores e de apoio ao desenvolvimento industrial. Suas ações são voltadas exclusivamente para a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade tocantinense, seus programas vêm de encontro à necessidade de desenvolvimento do Estado. O exercício desse papel faz da Agência Estadual de Metrologia – AEM-TO uma importante instituição que agrega valores aos produtos comercializados no Estado; valores éticos, valores morais e de respeito ao cidadão e às relações de consumo, uma vez que a certificação atribuída à marca Inmetro tem propiciado um diferencial, um atributo especial aos produtos nos quais são afixados. Por essa razão, a AEM-TO, como detentora dessa importante atribuição no território tocantinense, vem conquistando o respeito e a confiança da sociedade.

Para continuar merecendo essa confiança, a AEM-TO tem procurado atender prontamente a todas as denúncias, tem aperfeiçoado seus métodos, através de capacitações constantes de seu pessoal e, acima de tudo, tem procurado estar presente em todas as comunidades do Estado, fiscalizando, orientando e atuando os infratores reincidentes, de modo a atribuir-lhes não somente multa pecuniária, mas, sobretudo incitá-los a um comportamento responsável, justo e mais respeitoso nas relações com o consumidor.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No ano de 2015 foram desenvolvidas atividades que visaram contribuir para a implementação dos objetivos do Programa Temático **Assistência Social e Mercado Crédito e Trabalho**, com o objetivo de atender cidadãos tocantinenses, principalmente os que se encontraram em situação de vulnerabilidade social.

Entre as diversas ações realizadas pelo Governo do Estado em 2015, merecem destaque :

Visitas técnicas a 40 municípios através da Coordenação Estadual Intersectorial, com vistas a reunir famílias e técnicos da Coordenação Intersectorial do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

• Visitas a setenta e quatro municípios, os quais foram orientados quanto ao aprimoramento da gestão do Cras – Centro de Referência de Assistência Social, para oferta dos Serviços da Proteção Social Básica.



Realização da Oficina Regionalizada do PAIF e Prontuário SUAS, em Natividade

• Conforme a Lei nº 2.001, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe da gratuidade dos transportes rodoviário e aquaviário intermunicipal de passageiros do Estado do Tocantins a idosos com idade a partir de 60 anos e renda mensal de até dois salários mínimos, a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social – Setas é responsável pelo processamento dos dados e emissão do Cartão do Idoso, após o envio do cadastro por parte dos municípios. No exercício 2015 foram entregues um total de seis mil e quatrocentos cartões em cento e onze municípios.

• Realização de 16 Audiências Públicas sobre Trabalho Infantil nos municípios de Ananás, Axixá, Babaçulândia, Bernardo Sayão, Campos Lindos, Couto Magalhães, Miranorte, Nova Olinda, Novo Jardim, Paranã, Pau D' Arco, Pequizeiro, Taguatinga, Tocantinópolis, Wanderlândia e Xambioá com oitocentos e trinta e três participantes, dentre eles estiveram presentes representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, CRAS, CREAS, Prefeituras, Câmaras Municipais, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Escolas Municipais e Estaduais, Unidades Básicas de Saúde, Sebrae, Universidade, Pastoral da Criança, Associações de Comerciantes e comunidades em geral.

• 54% dos municípios, ou seja, setenta e cinco municípios receberam apoio com material gráfico repassado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: panfletos, cartazes, estatuto da Criança e do adolescente e camisetas para a campanha do dia 12 de junho - Dia Contra o Trabalho Infantil.

• Visita aos municípios para orientação à equipe técnica quanto aos Demonstrativos Sintéticos, Plano de Ação e Política Municipal de Assistência Social – PMAS, 27 Municípios atendidos.

• Capacitação para setecentos e trinta e sete trabalhadores do SUAS, por meio do CapacitaSUAS, os temas abordados nos cursos foram: Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios

Socioassistenciais do SUAS; Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e BMS - Brasil Sem Miséria; e Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS.



CapacitaSUAS, Palmas

- Realização de Oficinas, em Palmas, para capacitação dos sistemas da Rede SUAS; o Preenchimento do Plano de Ação 2015; e Demonstrativo Sintético 2014, Com participação de 110 pessoas e 66 municípios.

- A Afeto, projeto de inclusão produtiva o qual tem o intuito de incentivar e apoiar mães de família a se profissionalizarem e buscarem sua própria renda, levou oficinas de artesanato e pintura em vidros para funcionários, pacientes e acompanhantes do HGP, além de ensinar um ofício, funcionaram como um antidepressivo para os pacientes e acompanhantes que fazem tratamento no hospital. Também foram realizados cursos de Pintura e Imersão em Vidros, Panificação Básica e Bolsas Necessaire em Capim Dourado nos povoados de Rio Novo, Carrapato, Mumbuca, Prata, Boa Esperança e no município de São Félix, as ações beneficiaram diretamente mais de 150 pessoas, já os cursos de Crochê em Barbante, Panificação, Patch Aplique, Ponto Russo, Pintura em Tecido, Cabelereiro, Manicure, Corte e Costura, realizados nas unidades da capital, contaram com entrega de certificados, degustação e demonstração dos serviços.

- Foram monitorados e avaliados pelo Sistema único de Assistência Social – SUAS 75 municípios, tendo como propósito aprimorar as práticas de gestão do SUAS, por meio de educação permanente de seus trabalhadores.

- A Casa de Apoio Vera Lucia Pagani, sediada em Palmas, têm ações direcionadas aos acompanhantes de pessoas hospitalizadas no Hospital Geral de Palmas, onde passaram **24.558** vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e oito usuários os quais foram atendidos, entre janeiro e dezembro, por meio de acompanhamento pedagógico, psicológico e assistente social; ministrados cursos de cabeleireiro, manicure, oficinas de artesanato, ministrados por voluntários; palestras com grupos religiosos e temas diversos. Oito mil e sessenta e um usuários foram atendidos com almoço e nove mil duzentos e cinquenta e sete com jantar, entre os meses de agosto e dezembro.

- Realização de capacitação Regionalizada na área de Segurança Alimentar e Nutricional com participação de duzentos e setenta e uma pessoas e oitenta e sete municípios.

- Realização do Seminário de Fortalecimento do SISAN e Encontro Preparatório para as Conferências de Segurança Alimentar – SAN, com participação de oitenta e nove municípios e cento e oitenta e quatro pessoas no Auditório da UFT, em Palmas;

- A Secretaria do Trabalho e Assistência Social prestou suporte técnico para Conferência Municipal de Assistência Social dos seguintes municípios: Araguaína, Wanderlândia, Formoso do Araguaia, Sandolândia, Araguaçu, Alvorada, Carrasco Bonito, Sítio Novo, Buriti, São Sebastião, Maurilândia, Pequizeiro, Gurupi,

Brasilândia, Nova Olinda, Combinado, Santa Tereza, Campos Lindos, Oliveira de Fátima, Pau D'arco, Santa Rita, Taipas, Dianópolis, Guarai, Aparecida do Rio Negro e Ipueiras no mês de Agosto.



Realização da 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Tocantins com 326 participantes, onde a Secretaria do Trabalho e Assistência Social prestou suporte técnico.

Realização da 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Tocantins com 326 participantes, onde a Secretaria do Trabalho e Assistência Social prestou suporte técnico.

- No mês de outubro, foi realizada a X Conferência Estadual de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a política de assistência social, a mesma debateu assuntos pertinentes à implementação e consolidação do SUAS de vez, rumo a 2026. O encontro foi histórico, pois coincidiu com as comemorações dos 10 anos do SUAS. O evento contou com a participação cento e trinta e oito municípios e a presença de mais de trezentos e oitenta representantes entre poder público, membros da sociedade civil, entidades, trabalhadores e usuários do SUAS, destes cento e setenta eram delegados. A Secretaria do Trabalho prestou o suporte técnico e foi responsável pela Palestra Magna, ministrada pelo Representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS Alceu Kuhn.



X Conferência Estadual de Assistência Social

MERCADO, CRÉDITO E TRABALHO – SINE

• O Estado do Tocantins destacou-se nacionalmente na geração de empregos para os tocaninenses, pois registrou números positivos e configura na terceira posição nacional com relação ao saldo de vagas de emprego, até o mês de dezembro foram 6.799 pessoas colocadas no mercado de trabalho, por meio das agências do Sine em Palmas, Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

O Estado está entre os quatro do país que tiveram saldo positivo.

• Foram captadas **15.974** vagas para o mercado de trabalho no período de Janeiro a dezembro de 2015.

• Realização de capacitação de curta e média duração para 1.048 trabalhadores, nas áreas de Prevenção a Acidentes no Trabalho, Relações Humanas e Orientação para o Trabalho, Rotinas Administrativas, Auxiliar Administrativo, Frentista, Marketing de Relacionamento, Noções Básicas de Português, Qualidade no Atendimento, Secretaria Executiva, Técnica em Vendas, Relações Interpessoais no Trabalho e Emprego Doméstico, nos Núcleos do SINE.

• Trinta e oito mil quinhentos e setenta e seis trabalhadores foram habilitados ao benefício de seguro desemprego.

• O número de Carteiras de Trabalho emitidas nos núcleos do SINE saltou para quinze mil e trinta e seis.

• Mil e duzentos trabalhadores participaram de palestras sobre saúde, segurança no trabalho e trabalho decente.

• Realização de eventos organizados pelo Diretoria do Trabalho: Palestra de Segurança no Trabalho, no Canteiro de obras da ampliação do Hospital Geral de Palmas; Seminário de Promoção do Trabalho Decente - Erradicação do Trabalho Infantil, Saúde e Segurança no Trabalho, no município de Gurupi; Seminário Promoção do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo em Palmas.



Realização do dia D de Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) e do Beneficiário reabilitado no mercado formal de trabalho, participação de 11 empresas, 44 vagas cadastradas, 134 encaminhamentos realizados e 46 trabalhadores em processo de seleção.

• Realização do projeto “Sine Mais Perto do Trabalhador” em Palmas, que levou cursos de capacitação profissional, como Técnicas de Vendas, Auxiliar Administrativo, Coaching de Carreira, Telemarketing, Atendimento, do Sine/Palmas aos bairros e comunidades mais distantes do posto central, com carga horária de 20 horas cada;

• Foi realizada a Seleção do Processo Simplificado do Projeto Ecosol para escolha de 17 agentes que atuarão neste projeto, que tem como objetivo fortalecer as organizações de Economia Solidária nos territórios do Bico do Papagaio, Jalapão e região Sudeste do Tocantins, no intuito de promover o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza no Estado. As cidades contempladas são:

Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Carrasco Bonito, São Miguel do Tocantins, Esperantina, Sampaio, Lagoa do Tocantins, Mateiros, Rio Sono, Santa Teresa do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição, Porto Alegre do Tocantins, Paranã, Taipas do Tocantins e Dianópolis. O contrato será de um ano, prorrogável por mais um.

BANCO DO EMPREENDEDOR

O Banco do Empreendedor - BEM, através de ações previstas nos programas temáticos, face às exigências legais, no que se refere à responsabilização na concessão de empréstimos e financiamentos à população tocaninense, zelou pela melhoria dos expedientes e processos, com o foco no planejamento, mapeamento e viabilidade operacional. Neste contexto, o BEM prezou pela acessibilidade responsável às linhas de crédito e fomento essenciais aos proponentes empreendedores formais e informais; e ainda para o próximo exercício, tenciona a reativação do programa de Assistência Financeira ao Servidor Público através de apoio financeiro com oferta de crédito direto e visando a contínua melhoria de qualidade de vida.

As informações a seguir registram as atividades desenvolvidas pela equipe do BEM entre os meses de janeiro a dezembro de 2015. Fatos que comprovam a eficiência e eficácia do trabalho desenvolvido e fomentam a busca por novas possibilidades de inovação e aplicação.

As ações temáticas previstas no escopo do Programa Mercado, Crédito e Trabalho- 1022 têm como objetivo: “Ampliar a oferta de microcrédito por meio de novas linhas de crédito, mais abrangentes e desburocratizadas, implantando novas metodologias de controle e cobrança, diminuindo a inadimplência e garantindo o retorno financeiro para redistribuição do crédito”.

O PPA 2012-2015, em seu texto legal, apresenta as Iniciativas de Governo, na forma do inciso III do art. 5º da Lei estadual Nº 2.538/2011, onde esta unidade orçamentária priorizou 06 (seis) iniciativas de entregas de bens e serviços à sociedade, que – em relação ao orçamento autorizado – registraram a seguinte execução:

1) Fortalecimento do Banco do Empreendedor - BEM, no intuito de conceder crédito para população que possui empreendimento informal ou figura como proprietária de pequenos negócios (0376), cujas ações são: **Manutenção da Frota de Veículos** (4496), com a aplicação de R\$ 237.244,81, com percentual de execução de (94,14%) em relação ao orçamento autorizado; **Modernização, Melhoria das Unidades Administrativas do Prodivino** (4498), com aplicação de R\$ 220.334,30 (55,08%) em relação ao orçamento autorizado e **Monitoramento dos Projetos dos Empreendedores Financiados** (4220), sem aplicação realizada;

2) Capacitação do corpo Técnico do BEM (0377), cuja ação corresponde à **Capacitação continuada de servidores** (4034), sem aplicação de recursos;

3) Concessão de empréstimo à população que possui empreendimento ou figura como proprietária de pequenos negócios formais ou informais, micro produtores urbanos e rurais (0379), cujas ações são: **Concessão de Crédito Orientado** (4068), com a aplicação de R\$ 113.453,02 (0,58%) em relação ao orçamento autorizado e **Concessão de Empréstimos a Pequenos Empreendedores Urbanos e Rurais** (4070), sem aplicação de recursos;

4) Apoiar financeiramente o servidor público, observando

suas necessidades materiais e pessoais (0382), cuja ações são: **Concessão de Empréstimos Consignados aos Servidores Públicos** (4071), com aplicação de R\$ 2.794,95 (0,06%) em relação ao orçamento autorizado e Financiamento para Construção de Unidades Habitacionais (4117), sem aplicação de recursos;

5) Divulgação das ações de Governo (0015), cuja ação corresponde à **Divulgação das Ações do BEM** (4532), com aplicação de R\$ 23.626,96 (100%) do orçamento autorizado;

6) Implantação de estrutura de cobrança e recuperação de crédito dos empréstimos e financiamentos efetivados que se encontrarem em situação de inadimplência (0381), cuja ação corresponde à **Implantação de Estrutura de Cobrança** (4152) com a aplicação de R\$ 21.006,36 (35,01%) em relação ao orçamento autorizado;

Os recursos retromencionados por iniciativas totalizaram R\$ 594.833,44 (quinhentos e noventa e quatro mil oitocentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) de recursos orçamentários aplicados no bojo do programa 1022, ou seja, 1,93% do total de recursos autorizados pela LOA/2015.

O Programa de Gestão e Manutenção do Banco do Empreendedor - BEM - 1053 registrou a aplicação de R\$ 6.245.627,81 (94,18%) integralmente com despesas tipicamente administrativas. Ressaltamos que devido à condição “sine qua non” desta autarquia que se encontra em processo sistemático de reestruturação, no que se refere ao seu corpo técnico operacional e administrativo, somente com folha de pagamento foram aplicados R\$ 5.753.219,91, ou seja 86,75% dos recursos orçamentários deste programa.

Outros fatores preponderantes foram os contingenciamentos e replanejamentos orçamentários, que através de movimentações prioritárias à administração pública impactaram tanto o alcance das metas físicas como a execução orçamentária prevista no início do exercício 2015.

O carro chefe para a reestruturação desta autarquia foi a recuperação de crédito, com intuito de diminuir a inadimplência que estava em patamares elevados, causando a inviabilidade operacional.

Como medida e boas práticas de gestão, com foco na economicidade dos gastos desta autarquia, foram implantadas as seguintes medidas:

a) Os funcionários promoveram com assiduidade o desligamento dos aparelhos de ar condicionado, sempre nos horários de saída para o almoço, como a partir do término do expediente, não se registrando “esquecimentos” de um dia para o outro;

b) Uso racional da água;

c) Otimização dos serviços externos, a fim de promover economia de combustíveis quando da realização de entrega de documentos e outros expedientes em órgãos, viagens e demais serviços inerentes de deslocamento.

Os resultados alcançados na gestão de 2015 do Banco do Empreendedor - BEM teve como base a efetivação precípua das cobranças das operações vencidas, visando à baixa da inadimplência e, conseqüentemente, à entrada de recursos. Assim, esta cobrança possibilitou a consolidação dos recursos disponíveis para novos empréstimos e para a operacionalização da estrutura desta autarquia.

No que se refere ao desempenho institucional, há de se considerar que o BEM terá que empreender maiores esforços de melhoria do sistema de controle das operações e capacitação do corpo técnico, operacional e administrativo, haja vista, o

propósito de alcançar a excelência no atendimento das demandas apresentadas, agregando “know how” necessário para garantir integralmente o acesso da população tocantinense às ações desenvolvidas com melhoria da qualidade de vida.

O BEM se propõe a dar continuidade na estratégia de buscar investimentos viáveis no setor de empréstimos e financiamentos, cumprindo os preceitos legais e das responsabilidades inerentes aos objetivos propostos, com vistas à continuidade de sua estruturação administrativa e efetivo desenvolvimento institucional.

MENSAGEM Nº 7/2016

Palmas, 2 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **OSIRES RODRIGUES DAMASO**
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
TOCANTINS
N E S T A

Assunto: **Indicação de Líder do Governo.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência e Nobres Pares a escolha da Ilustre Deputada **Valderez Castelo Branco** para desempenhar a função de Líder do Governo a partir desta data.

Estou certo de que a escolha em muito contribuirá para o fortalecimento do processo de interação e articulação política entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, relacionado ao encaminhamento dos assuntos que, a partir dessa Casa, determinam o futuro do povo tocantinense.

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (PTB)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico (SD)

José Bonifácio (PR)

José Salomão (PT) Suplente

Júnior Evangelista (PRTB)

Luana Ribeiro (PR)

Mauro Carlesse (PTB)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (DEM)

Paulo Mourão (PT) Licenciado

Ricardo Ayres (PSB)

Rocha Miranda (PMDB)

Toinho Andrade PSD

Valdemar Júnior (PSD)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)